

**ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, reuniu-se virtualmente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor MARCELO KNOBEL, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Adriana Nunes Ferreira, Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, Alexandre Oliveira da Silva, Álvaro de Oliveira D'Antona, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Carlos Bannwart, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Antonio José de Almeida Meirelles, Carlos Alberto Rodrigo da Silva, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Claudiney Rodrigues Carrasco, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Guilherme Gonçalves Capovilla, Eliana Martorano Amaral, Erich Vinicius de Paula, Ester de Paula Moraes, Fernando Antônio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Cendes, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Gláucia Maria Pastore, Heloise Oliveira Pastore, Ignacio Maria Poveda Velasco, Jefferson Cano, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Luis Saraiva Moraes Abreu, João Paulo Ferreira Bertacchi, João Raimundo Mendonça de Souza, José Alexandre Diniz, José Cláudio Geromel, José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro, Lucas Marques de Almeida, Luiz Carlos Zeferino, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Mirna Lúcia Gigante, Munir Salomão Skaf, Nancy Lopes Garcia, Orival Andries Júnior, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Patrícia Kawaguchi Cesar, Paulo Adriano Ronqui, Paulo César Montagner, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Roberto Luiz do Carmo, Robson Bomfim Sampaio, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Samuel Rocha de Oliveira, Sávio Machado Cavalcante, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Teresa Dib Zambon Atvars e Vanessa Petrilli Bavaresco. Como convidados especiais, compareceram os professores: Ana Silvia Volpi Scott, Cláudia Regina Cavaglieri, José Antônio Rocha Gontijo, Marco Aurélio Pinheiro Lima, Maria Silvia Viccari Gatti, Mariano Francisco Laplane, Néri de Barros Almeida, Newton Cesario Frateschi, Paulo Lício de Geus, Sandro Rigo, Shirlei Maria Recco Pimentel e Teresa Celina Meloni Rosa; os doutores Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, Andrei Vinicius Gomes Narcizo, Fernanda Lavras Costallat Silvado e Octacílio Machado Ribeiro; os senhores Aduino Bezerra Delgado Filho, Gilmar Dias da Silva e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Álvaro Gabriel Bianchi Mendez, sendo substituído pelo conselheiro Roberto Luiz do Carmo; Elaine dos Santos José, sendo substituída pelo conselheiro Guilherme Gonçalves Capovilla; Cláudio José Servato; e Daniela Patrícia Villegas Barbosa. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Sexagésima Oitava Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, realizada de forma virtual, o que se justifica pela necessidade de manter o isolamento social diante da pandemia de Covid-19. Está na sala do Conselho, com uma equipe

1 mínima para viabilizar esta reunião, em busca de manter o funcionamento da Universidade.  
2 Solicita a todos que mantenham os microfones silenciados para que possam iniciar a reunião.  
3 Está recebendo inscrições para o Expediente, que devem ser feitas por meio da ferramenta do  
4 Zoom que tem o símbolo de uma mão. Os conselheiros deverão respeitar o limite temporal de  
5 cinco minutos para a Ordem do Dia e três minutos para o Expediente. Informa que a  
6 homologação do *ad referendum* da congregação referente ao item 15 da Ordem do Dia, os  
7 pareceres CLNs referentes aos itens 01, 02 e 03 da Ordem do Dia Suplementar e o parecer PG  
8 2898/2020 referente ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar estão disponibilizados no site da  
9 Secretaria Geral. Também informa que o processo número 01-P-8792/2020, retirado de pauta  
10 na Sessão anterior, que é a proposta de deliberação que dispõe sobre a participação de servidores  
11 em férias, licença-prêmio e licença sabática, não retornou, ainda está sendo discutido em um  
12 grupo de trabalho. Em seguida, submete à apreciação a Ata da 167ª Sessão Ordinária, realizada  
13 em 04 de agosto de 2020, e a Ata da Segunda Sessão Extraordinária, realizada em 25 de agosto  
14 de 2020. Não havendo observações, submete à votação as referidas Atas, que são aprovadas  
15 com 05 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 26 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com  
16 03 itens, informando que há destaque da Mesa para os itens da Ordem do Dia 01 – Proc. nº 01-  
17 P-24425/2019 –, Segunda Revisão do Orçamento 2020; e 13 – Proc. nº 01-P-18061/2003 –, do  
18 Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, e para os itens da Ordem do Dia Suplementar: 01 –  
19 Procs. nºs 01-P-1300/1967 e 01-P-02719/2001 –, minuta de deliberação Consu; 02 – Proc. nº  
20 01-P-13759/2020 –, minuta de deliberação Consu; e 03 – Proc. nº 01-P-13762/2020 –, minuta  
21 de deliberação. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro  
22 FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO destaca os itens 06 – Proc. nº 01-P-9401/2020 –  
23 , e 07 – Proc. nº 01-P-8776/2018. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE destaca o item  
24 12 – Proc. nº 01-P-15575/2003 –, da Faculdade de Engenharia Agrícola. O Conselheiro JOSÉ  
25 CLÁUDIO GEROMEL destaca o item 02 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-23722/2019 –,  
26 minuta de deliberação Consu. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR destaca o  
27 item 02 da Ordem do Dia Suplementar. O MAGNÍFICO REITOR responde que já está  
28 destacado. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE destaca o item 25 – Proc. nº  
29 01-P-8371/2020 –, da Agência de Inovação da Unicamp – Inova. Não havendo mais destaques,  
30 submete à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados com 02  
31 abstenções os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: F - Normas Eleitorais – Para  
32 Aprovação – c) Representação Discente da Pós-Graduação – 08) Proc. nº 01-P-21012/2005 –  
33 Proposta de Deliberação Consu que altera o § 3º do artigo 17 da Deliberação Consu-A-14/2017,  
34 que dispõe sobre as Normas Eleitorais que regulamentam as eleições da Representação Discente  
35 da Pós-Graduação junto ao Conselho Universitário e Comissão Central de Pós-Graduação –  
36 Pareceres PG-2678/2020 e CLN-41/2020. d) Representação Discente da Graduação – 09) Proc.  
37 nº 01-P-5319/2007 – Proposta de Deliberação Consu que altera o § 3º do artigo 17 da  
38 Deliberação Consu-A-13/2017, que dispõe sobre as Normas Eleitorais que regulamentam as  
39 eleições da Representação Discente da Graduação junto ao Conselho Universitário e Comissão  
40 Central de Graduação – Pareceres PG-2679/2020 e CLN-42/2020. G – Regimento Interno –

1 Para Aprovação – 10) Proc. nº 34-P-28040/2004, Instituto de Computação – Proposta de  
2 alteração da Deliberação Consu-A-04/2006, que dispõe sobre o Regimento Interno do Instituto  
3 de Computação – Aprovada pela Congregação em 06.05.20 – Pareceres PG-2461/2020 e CLN-  
4 43/2020. 11) Proc. nº 01-P-3769/1976, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Proposta de  
5 alteração do inciso III e § 1º do artigo 34 da Deliberação Consu-A-26/2013, que dispõe sobre o  
6 Regimento Interno do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Aprovada pela Congregação em  
7 07.08.20 – Pareceres PG-2527/2020 e CLN-44/2020. C – Tabela de Gratificações de  
8 Representação – Para Aprovação – 03) Proc. nº 01-P-18408/2017 – Proposta de alteração dos  
9 Anexos I e II da Deliberação Consu-A-16/2019 que dispõe sobre a Tabela de Gratificações de  
10 Representação – Pareceres PG-2716/2020 e CLN-39/2020. D – Programa de Professor  
11 Colaborador e de Pesquisador Colaborador e Programa de Pesquisador Visitante Convidado –  
12 Para Aprovação – 04) Procs. nºs 01-P-7426/1990 e 01-P-16775/2019 – Proposta de Deliberação  
13 Consu que altera as Deliberações Consu-016/2020 e Consu-A-017/2020, que dispõem sobre o  
14 Programa de Professor Colaborador e de Pesquisador Colaborador e sobre o Programa de  
15 Pesquisador Visitante Convidado, respectivamente – Pareceres PG-2897/2020 e CLN-45/2020.  
16 E – Diretoria Executiva de Direitos Humanos – Para Aprovação – 05) Proc. nº 01-P-13073/2020  
17 – Proposta de alteração dos artigos 1º e 3º da Deliberação Consu-A-004/2019 que institui a  
18 Diretoria Executiva de Direitos Humanos – Pareceres PG-3011/2020 e CLN-48/2020. J –  
19 Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – Indicação de Membros  
20 – Para Aprovação – 14) Proc. nº 01-P-605/1968, da Comissão Permanente de Dedicção  
21 Integral à Docência e à Pesquisa – Indicação de representantes titulares e suplentes das áreas  
22 de Ciências Biológicas e Ciências Exatas, com mandato de 02 (dois) anos a partir de 03.10.20  
23 – Ofícios CPDI-04/2020 e SG-88/2020, como segue: Representação da Área de Ciências  
24 Biológicas: Titular: Prof. Dr. José Guilherme Cecatti – FCM e Suplente: Profa. Dra. Vera  
25 Nisaka Solferini – IB. Representação da Área de Ciências Exatas: Titular: Profa. Dra. Heloise  
26 de Oliveira Pastore – IQ e Suplente: Profa. Dra. Carola Dobrigkeit Chinellato – IFGW. K –  
27 Congregações – Para Homologação – 15) Proc. nº 39-P-5949/2016, da Faculdade de Ciências  
28 Farmacêuticas – Eleições da representação docente (bancada geral, MS-6, MS-5 e MS-3) e da  
29 representação dos servidores técnico-administrativos, realizadas nos dias 24 e 25.08.20 –  
30 Homologadas pela Congregação em 28.08.20; e da representação discente (graduação e pós-  
31 graduação), realizadas pelo Centro Acadêmico de Farmácia nos dias 12 a 14.08.20 – *Ad*  
32 *referendum* da Congregação em 31.08.20. Homologação do *ad referendum* da Congregação em  
33 25.09.20. 16) Proc. nº 02-P-8742/2020, da Faculdade de Ciências Médicas – Eleições da  
34 representação docente (MS-2/MS-3, MS-5 e MS-6), da representação dos servidores técnico-  
35 administrativos, da representação discente da graduação (Fonoaudiologia e Medicina) e da pós-  
36 graduação e da representação das residências em saúde, realizadas nos dias 1º e 02.07.20 –  
37 Ciência da Congregação em 28.08.20. 17) Proc. nº 05-P-15146/1999, da Faculdade de  
38 Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – Eleições da representação discente da pós-  
39 graduação, realizadas nos dias 11 a 13.08.20 – Homologadas pela Congregação em 27.08.20.  
40 18) Proc. nº 38-P-21380/2014, da Faculdade de Enfermagem – Eleições da representação

1 docente (MS-3, MS-5 e MS-6), da representação dos servidores técnico-administrativos e da  
2 representação discente (graduação e pós-graduação), realizadas nos dias 24 e 25.08.20 –  
3 Aprovadas pela Congregação em 28.08.20. 19) Proc. nº 18-P-8294/2020, da Faculdade de  
4 Engenharia Química – Eleições da representação docente (MS-3, MS-5 e MS-6) e da  
5 representação dos servidores técnico-administrativos, realizadas nos dias 13 e 14.07.20 –  
6 Aprovadas pela Congregação em 24.07.20. 20) Proc. nº 18-P-10901/2020, da Faculdade de  
7 Engenharia Química – Eleições da representação discente (graduação e pós-graduação),  
8 realizadas nos dias 19 e 20.08.20 – Aprovadas pela Congregação em 28.08.20. 21) Proc. nº 17-  
9 P-4494/2013, do Instituto de Artes – Homologação da aprovação dada *ad referendum* pelo  
10 Magnífico Reitor para as eleições da representação docente (MA-I e MS-6 –suplentes), da  
11 representação dos servidores-técnico-administrativos e da representação discente (graduação e  
12 pós-graduação), realizadas nos dias 22 e 23.06.20 – Homologadas pela Congregação em  
13 25.06.20. 22) Proc. nº 26-P-2131/2020, do Instituto de Economia – Eleições da representação  
14 docente (MS-3, MS-5, MS-6), realizadas nos dias 06 a 10.08.20 – Aprovadas pela Congregação  
15 em 12.08.20. L – Uso de Espaço Físico – Para Aprovação – 23) Proc. nº 01-P-23203/2019, do  
16 Gabinete do Reitor – Termo de Autorização de Uso – Partes: Unicamp e Adunicamp –  
17 Vigência: 05 anos – Resumo do Objeto: Autorização de uso de uma área de 360m<sup>2</sup> do espaço  
18 físico localizado no campus I de Limeira, para construir a subsede provisória da Associação  
19 dos Docentes da Unicamp – ADunicamp – Parecer: CAD-07/2020. M – Convênios – a) A ser  
20 celebrado – 24) Proc. nº 34-P-9517/2020, do Instituto de Computação – Convênio – Partes:  
21 Unicamp/Funcamp, Instituto de Pesquisas Eldorado e Motorola Mobility Comércio de Produtos  
22 Eletrônicos Ltda. – Executores: Esther Luna Colombini, Eric Rohmer, Ricardo Ribeiro Gudwin  
23 e Paula Dornhofer Paro Costa – Vigência: 12 meses – Recursos: R\$826.630,00 – Resumo do  
24 Objeto: execução do projeto de pesquisa “C-Mob: Implementação de uma Arquitetura  
25 Cognitiva para Dispositivos Móveis” – Parecer: Cacc. b) Para homologação da aprovação ad  
26 referendum do Reitor – 26) Proc. nº 01-P-19001/2019, do Grupo Gestor de Benefícios Sociais  
27 – Convênio de Cooperação Mútua – Partes: Unicamp e Cooperativa de Economia e Crédito  
28 Mútuo aos Servidores da Unicamp – Cooperunicamp – Executores: Airton Lourenço e Marcos  
29 Zanatta – Vigência: 05 anos – Resumo do Objeto: Regularizar a cooperação das partes para  
30 a implantação e funcionamento da Cooperunicamp e para a concessão de crédito consignado  
31 pela Cooperunicamp aos servidores da Unicamp; e permissão de uso de uma área de 32m<sup>2</sup> do  
32 espaço físico localizado no piso térreo do prédio da Prefeitura/Unicamp, localizado na Avenida  
33 Roxo Moreira, nº 1831, para que a Cooperunicamp se instale, pelo prazo necessário, até que  
34 tenha condições financeiras de possuir sua sede própria – Parecer: CAD-08/2020. Ordem Do  
35 Dia Suplementar - D – Congregação – Para Homologação – 04) Proc. nº 34-P-2793/2020, do  
36 Instituto de Computação – Eleições da representação discente da pós-graduação, realizadas nos  
37 dias 10 a 19.08.20 – Homologadas pela Congregação em 02.09.20. O MAGNÍFICO REITOR  
38 passa à discussão do item 01 – Proc. nº 01-P-24425/2019 –, que trata da Segunda Revisão do  
39 Orçamento 2020, com Demonstrativo Receita/Despesa. A Conselheira GLÁUCIA MARIA  
40 PASTORE diz que para ela não apareceu a votação anterior. O MAGNÍFICO REITOR solicita

1 que ela verifique o computador, mas que envie o voto para a Secretaria Geral. Em seguida,  
2 solicita que o professor Francisco faça os comentários iniciais do item 01. O Conselheiro  
3 FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO passa a palavra ao senhor Thiago,  
4 da Aeplan, para que ele faça uma breve apresentação desta Segunda Revisão Orçamentária. O  
5 senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que a segunda revisão orçamentária manteve o  
6 padrão das outras revisões, de pegar o executado do primeiro semestre e fazer uma estimativa  
7 para o segundo semestre. Os dados da revisão orçamentária estimam um déficit de despesas  
8 aprovadas em 2020 de aproximadamente R\$263 milhões, e um déficit total, considerando as  
9 despesas aprovadas em exercício anterior, de quase R\$380 milhões no final do ano. As despesas  
10 da Universidade são superiores às Receitas do Tesouro do Estado, ficando em 119,35%. As  
11 receitas da Universidade sofreram maior impacto durante a pandemia, havendo uma redução  
12 de R\$270,5 milhões nos valores estimados anteriormente para o exercício. A perda de  
13 arrecadação está sendo maior que 10% ao previsto inicialmente. Detalhando um pouco esses  
14 números, apresenta o gráfico do ICMS: o ICMS estimado inicialmente foi de R\$113,8 bilhões.  
15 O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO diz que vai continuar  
16 a apresentação porque o senhor Thiago teve problema com a conexão. Observa que o déficit  
17 orçamentário foi de R\$263,4 milhões neste ano, número que vai aparecer melhor na previsão  
18 do senhor Thiago porque ele inclui o dinheiro das doações, que é o que aparece como Receita  
19 e aparece também como Despesa. A queda de receita, excluindo as doações, foi de R\$283,3  
20 milhões de receita. E apesar de terem conseguido uma redução de despesas de R\$95,3 milhões,  
21 isso ainda os deixou com um déficit para o ano de 2020 de R\$188 milhões. Felizmente  
22 conseguiram, com o trabalho da Aeplan, reduzir o déficit oriundo de anos anteriores em R\$12,4  
23 milhões. Então, no final do ano, terão um incremento de déficit de R\$175,6 milhões daquilo  
24 que foi previsto no orçamento original, o que vai consumir as reservas, que já estão seriamente  
25 abaladas. Sem contar com o PL 529, que está em discussão na Assembleia Legislativa, e que  
26 prevê a exclusão de um valor entre R\$49 e R\$149 milhões, se for aprovado da maneira que está  
27 prevista hoje na proposta do governo. Portanto, estão em uma situação particularmente difícil,  
28 embora essa retirada de recursos decorrente do PL só vá ocorrer em 2021. O saldo no fim do  
29 ano vai ser bem pequeno, provavelmente ficarão sem reservas para completar o ano de 2021.  
30 Há alguma esperança de que a previsão de arrecadação do governo do estado esteja um pouco  
31 subestimada, mas ainda assim isso não seria suficiente para compensar a retirada que está  
32 prevista para o PL 529. Estão terminando este ano em uma situação difícil, o ano de 2021  
33 provavelmente será ainda mais difícil, apesar do movimento que fizeram para reduzir as  
34 despesas, mas um movimento naturalmente insuficiente se comparado com a redução das  
35 receitas, que foi muito forte ao longo deste ano, e que também não recuperará o valor desejado  
36 em 2021. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz, em relação à arrecadação, que o estado  
37 em janeiro, fevereiro e março, que envolve ICMS, IPVA, taxa e ITCMD, ficou de acordo com  
38 a LOA. Abril, maio e junho tiveram queda. Junho começou a recuperar, em agosto a  
39 arrecadação do estado teve um crescimento real de 1,1%, segundo declaração do secretário  
40 Meirelles ontem no “Estadão”. Em setembro, outubro, novembro e dezembro deve voltar a

1 arrecadação igual à LOA de 2020, haverá uma recuperação forte. A lei complementar 173  
2 repassou para o estado R\$7,688 bilhões, em quatro parcelas, e mais R\$12 bilhões de suspensão  
3 de pagamento de dívida. O estado, com a perda de R\$10 bilhões de arrecadação, vai ter um  
4 superávit de cerca de R\$9 bilhões. Propõe uma comissão do Consu para tentar uma ação para  
5 recuperar esse recurso, porque o estado recebeu o repasse da perda de arrecadação e não  
6 repassou para a Universidade. A Universidade, por lei, recebe 9,57%, e no caso da Unicamp,  
7 8,1958%. Essa comissão do Consu prepararia ações, tanto judiciais quanto no Tribunal de  
8 Contas, para reaver esse dinheiro, que daria para a Unicamp cerca de R\$168 milhões. Seria  
9 mais do que necessário para cobrir a despesa que terão este ano e esse déficit que está  
10 apresentado. A lei 173 foi criada para recuperação da perda de arrecadação de ICMS. E no caso  
11 do estado, a Unicamp recebe uma quota-parte garantida por lei em 2020, no artigo 5º da lei das  
12 diretrizes orçamentárias. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que  
13 espera que a arrecadação realmente se recupere; os números estão mostrando isso, vai ser muito  
14 bom, e é um problema menor, mas não um problema a menos. Chama a atenção para uma parte  
15 do documento da Aeplan que ressalta a necessidade de tomarem extremo cuidado neste  
16 momento e recomenda que a Universidade empregue os recursos orçamentários com extrema  
17 parcimônia. Participa da COP e também da comissão que faz os cenários para a Universidade,  
18 e o cenário realmente é delicado. Pelas contas que aparecem na segunda revisão orçamentária,  
19 terminariam o ano com um volume de reservas que não seria suficiente para cobrir as despesas  
20 de 2021, conforme hoje está aprovado. Então, acha que essa extrema parcimônia precisa  
21 também agora se traduzir em propostas; qual é o plano de contingência que possuem para  
22 enfrentar 2021 com orçamento já menor do que aquele que vão precisar do ponto de vista  
23 financeiro. Enfrentarão o oitavo ano de déficit financeiro se nada mudar ano que vem, que será  
24 ainda pior, porque esse déficit financeiro já não vai encontrar as reservas que possuem hoje,  
25 que suprem o déficit financeiro. Além disso, paira a ameaça do projeto de lei 529; se ele retirar  
26 R\$49 milhões, que seria o cálculo que imaginam ser o do chamado superávit, que na verdade  
27 não é bem um superávit, ele é contábil de 2019, isso já comprometeria as condições financeiras  
28 da Universidade para o ano que vem. Então, esse plano de contingência é urgente, precisam  
29 caminhar para isso. A COP tem discutido esses cenários, e precisam trazer para o Conselho  
30 Universitário quais as propostas para o próximo ano, ou seja, como vão enfrentar essa situação.  
31 Sabe que estão em fase de mudança de Reitoria, terão a consulta em breve, mas não deveriam  
32 esperar o ano que vem para pensar em como fazer isso. As propostas estão acontecendo, mas  
33 precisam agora trazer para o Conselho esta discussão, que é crítica, para o ano que vem. Solicita  
34 ao senhor Reitor informações sobre como estão indo as negociações na Assembleia Legislativa  
35 em relação ao PL 529. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que  
36 também iria perguntar como estão as negociações com a Assembleia Legislativa relacionada ao  
37 PL 529; houve uma modificação no artigo 14, mas ainda existe o risco de recuperação de  
38 dinheiro da Universidade, que eles consideram um superávit. É uma visão errada, mas acha  
39 difícil demovê-los dela. O orçamento aponta um déficit bastante considerável e, portanto,  
40 pergunta se a Universidade consegue terminar o ano pagando todas as suas contas, ou se haverá

1 pendências, como no pagamento de décimo terceiro e coisas desse tipo. A outra pergunta é  
2 relacionada ao impacto que vai acontecer no ano de 2021 frente a uma eventual aprovação do  
3 PL 529 do jeito que ela está, que retira recursos da Universidade. Pergunta se em 2021 ela  
4 conseguiria honrar com todas as contas. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que,  
5 como já fez em outras oportunidades, vai traçar um quadro mais negro do que o que está sendo  
6 traçado. A pandemia está cedendo no país, com baixa velocidade, mas está cedendo. No  
7 entanto, preocupa imensamente o que está acontecendo hoje em dia nos países da Europa, em  
8 particular França, Itália e Espanha, em que o retorno da epidemia se dá inclusive de forma muito  
9 mais aguda. Isso pode fazer com que o impacto econômico seja muito mais duradouro e,  
10 portanto, é preciso ter máxima cautela. O Conselho Universitário tomou algumas decisões no  
11 passado que se mostraram extremamente preocupantes no que diz respeito ao gerenciamento  
12 efetivo dos recursos da Universidade. Em setembro de 2013, a Unicamp tinha R\$1,250 bilhões  
13 em caixa; teriam hoje, certamente, mais do que um orçamento anual da Universidade. Porém,  
14 tomaram algumas decisões, inclusive na gestão do professor Tadeu, através de ações e  
15 deliberações do Conselho Universitário, que tiveram impactos magistrais no dia a dia do  
16 controle financeiro da Universidade. Por exemplo, aquilo que o Conselho Universitário aprovou  
17 de passar celetista para estatutário ainda custa centenas de milhões de reais. Custa dezenas de  
18 milhões de reais a possibilidade de redução de 40 para 30 horas, e que colocou o HC em um  
19 ponto de equilíbrio financeiro muito difícil, o que fez com que no ano passado tivessem de  
20 ajudá-lo. Imagina o que acontecerá este ano, se for novamente necessária essa ajuda, que não  
21 poderá ser negada. O Conselho Universitário foi além ao aprovar, por exemplo, o pagamento  
22 através de dupla matrícula, que foi muito comentado, aprovou aquelas gratificações para a alta  
23 direção da Universidade, e que logo em seguida foi eliminada pela atual Administração. Isso  
24 tudo teve impacto imenso nos recursos financeiros. No que diz respeito à situação atual, observa  
25 que na pauta de hoje, do item 02 em diante, constam contratações que ainda continuam sendo  
26 feitas. Os dados que possuem a partir do que foi fornecido, de 30 de junho deste ano, é de que  
27 havia em caixa um valor financeiro de R\$377 milhões, que estima que incluam R\$120 milhões  
28 para o pagamento de décimo terceiro e 1/3 de férias neste ano. Portanto, o saldo financeiro  
29 efetivo é de R\$257 milhões. Mas o déficit projetado por esta proposta de revisão orçamentária  
30 é de R\$263 milhões, portanto não possuem recursos agora para cobrir esse déficit. Lembra que  
31 a indicação é de R\$200 milhões como perspectiva mínima dos recursos financeiros da  
32 Universidade. Imagina, e provavelmente o senhor Reitor pode dizer, que pode ocorrer algum  
33 tipo de variação no dia a dia do recebimento dos recursos do estado. No entanto, a Universidade  
34 sempre garantiu o pagamento da folha no quarto dia útil, e esses R\$200 milhões seriam  
35 exatamente para fazer face a essas modulações e pequenas variações que podem ocorrer, para  
36 que não atrase o pagamento. Perderam R\$72 milhões da última revisão orçamentária até esta,  
37 em dois meses, o que significa que estão gastando da ordem de R\$30 a R\$32 milhões a mais  
38 por mês, o que dá, no mínimo, nos próximos seis meses, mais R\$180 milhões. Com mais R\$200  
39 milhões, seriam portanto R\$380 milhões, abaixo dos R\$377 milhões que possuem em caixa.  
40 Certamente antes do final do ano entrarão no limite mínimo de R\$200 milhões, deixando em

1 dificuldade a execução do pagamento dos salários do próximo ano. O momento é de extrema  
2 dificuldade e a maneira de tentar atenuar essa situação é fazer algum tipo de antecipação, tomar  
3 medidas para viabilizar a execução orçamentária dentro dos padrões históricos de proteção,  
4 pelo menos do pagamento de salário. É nesse sentido que considera que esta proposta  
5 orçamentária deveria ser reorganizada, repensada imediatamente, frente às perspectivas do  
6 futuro imediato. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que faz coro  
7 ao professor Geromel sobre as diversas tomadas de decisões que este Conselho Universitário  
8 fez, naquele momento sem esperar que entrariam na mais longa crise da história do país.  
9 Lembra também o dispêndio de R\$178 milhões na compra da Fazenda Argentina no ano de  
10 déficit. O relatório da Aeplan menciona que serão necessários cortes mais severos,  
11 independentemente das ameaças externas atuais. Esse preocupante cenário traçado no final da  
12 segunda revisão orçamentária era previsto para acontecer mais cedo ou mais tarde. Isso porque,  
13 independentemente da conjuntura, foram os aspectos mais estruturais da crise que os trouxeram  
14 até aqui. E esses efetivamente precisam enfrentar para ter alguma luz no fim do túnel, mesmo  
15 porque muitas das decisões supracitadas pelo professor Geromel já foram tomadas e as  
16 consequências já estão dadas. Alguns dos principais aspectos estruturais foram, em primeiro  
17 lugar, os descontos indevidos, que às avessas do previsto na legislação, já reduzem nossa base  
18 de arrecadação. De 2008 a 2017, houve uma redução média anual de 3,7% no orçamento da  
19 Universidade. Em segundo lugar, há a questão da insuficiência financeira, que saltou de R\$31  
20 milhões para R\$333 milhões em alguns anos, sendo que o que está previsto em lei é que ela  
21 deveria ser paga pelo governo do estado. Um terceiro problema estrutural é o não reajuste da  
22 tabela SUS, que está legando ao orçamento da Universidade os custos da saúde do estado e do  
23 município, de forma cada vez mais dispendiosa, sem falar em outros repasses que não estão  
24 sendo realizados para a área da Saúde. Também não podem esquecer da expansão da FCA, que  
25 aumentou em 17% as vagas da Universidade, em troca de uma promessa de que receberiam um  
26 acréscimo de 0,05% da quota-parte, porém que nunca foi cumprida. A seu ver, não há saída: ou  
27 a Universidade se garante em uma reforma tributária próxima, ou avançam sobre esses aspectos  
28 estruturais. Agora ela não está fazendo nem um, nem outro. E não se trata de falta de vontade  
29 política da Reitoria, mas o fato é que não estão encontrando sustentação e força política para  
30 tal. Diante disso, a crença de que a elite paulista ia continuar assegurando como assegurou, e  
31 bancando essas maravilhosas universidades de excelência já caducou, e que aqueles que ainda  
32 tiverem essa esperança olhem um pouco para o PL para terem certeza disso. Vê um caminho  
33 irremediável para garantir a sustentação política da Universidade, que é se apoiar no povo deste  
34 estado. É apenas com os filhos da população pobre que passa a adentrar na Unicamp a partir  
35 das políticas afirmativas, que frequenta os hospitais daqui, apenas contando com eles que  
36 poderão defender esta Universidade. Um ponto central é que eles só o farão se, mais do que  
37 puderem acessar a Universidade, puderem permanecer, viver e compor esta comunidade  
38 acadêmica. No ano que vem, mal sabem se haverá recursos orçamentários para pagarem os  
39 salários, imaginem para garantir as bolsas e os demais custeios. Sabem, inclusive pelas  
40 pesquisas recentes que os estudantes fizeram, que os bolsistas que ficam sem bolsas são



1 forçados a abandonar a Universidade; apenas 1,5% deles têm certeza de que não abandonaria.  
2 Parece não haver escapatória: a Universidade terá de se debruçar sobre os recursos próprios e  
3 extraorçamentários para garantir essas bolsas, porque os recursos orçamentários não garantirão.  
4 A permanência estudantil está intrinsicamente ligada à defesa da universidade pública. Existe  
5 uma grande oportunidade e uma solução, que já foi indicada no relatório final do GT *lato sensu*,  
6 que sugere que rediscutam as taxas de ressarcimento à Universidade de custos indiretos,  
7 oriundas dos cursos e programas de pós-graduação *lato sensu*, sobre os quais aprovaram que  
8 serão incididas cobranças, com objetivo de criar um fundo institucional para bolsas, o que lhe  
9 parece uma grande solução. Um segundo ponto que vale reiterar é que existe uma promessa,  
10 feita em 1986, de 1500 vagas de moradia, que foi reiterada em 2016 com a suposta construção  
11 até 2020, que não foi realizada. Ano que vem, quando acabar a verba para bolsas, a menos que  
12 comecem a se debruçar sobre os recursos próprios e extraorçamentários para tal, se tivessem  
13 essa moradia estudantil, a permanência desses estudantes pobres estaria muito mais garantida.  
14 Infelizmente, com o cenário que se projeta para o ano que vem, se não tomarem nenhuma  
15 decisão de um plano emergencial para permanência estudantil, o que é responsabilidade desta  
16 gestão e da próxima que virá, assim como dos conselheiros, o destino dos estudantes pobres  
17 desta Universidade estará comprometido, assim como grande parte do apoio da população, que  
18 precisam aumentar. O MAGNÍFICO REITOR diz que muitos conselheiros não conseguiram  
19 entrar na reunião hoje, e acredita que deva haver alguma instabilidade na internet em Barão  
20 Geraldo. Sugere que quem não conseguir entrar, assista pelo Youtube e mande, na hora das  
21 votações, o voto por e-mail ou por Whatsapp para a doutora Ângela, da Secretaria Geral, para  
22 computarem os votos. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que faz acompanhamento  
23 dos repasses dos municípios, e desde abril não ultrapassa a ordem de R\$1 bilhão distribuído  
24 para os municípios. Hoje, 29 de setembro, tem repasse para o município, a maioria dos  
25 vencimentos de ICMS é agora no final do mês, está repassando acima de R\$1 bilhão, R\$1,083  
26 bilhão. E está com uma queda acumulada nominal de cerca de 4%. Então há uma recuperação,  
27 mas insiste na comissão para tomarem alguma ação para obter esse recurso que o governo  
28 federal repassou para o estado e o estado não repassou para a Universidade. O Conselheiro  
29 ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz, como o senhor José Luis colocou agora, que a  
30 situação do ICMS conjunturalmente nos últimos dois, três meses, está melhorando, a  
31 arrecadação de agosto já foi maior em termos nominais do que a de agosto do ano passado. Tem  
32 bastante relação com o auxílio emergencial etc. Conjunturalmente, a arrecadação está  
33 melhorando não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro. Concorde que é preciso uma discussão  
34 ampla, e as soluções são difíceis e estruturais, mas acha que não é muito produtivo ficar  
35 imaginando um cenário em que poderiam ter R\$1 bilhão de reservas agora. Certamente, se  
36 tivessem, a Unicamp não seria o que ela é hoje, e não teria perspectiva futura. É preciso não  
37 confundir a crise que os trouxe até o início deste ano - até para valorizar o ajuste doloroso, mas  
38 produtivo, que foi feito - com esse impacto gigantesco da pandemia. Acha que são problemas  
39 diferentes, e que pensar para a frente é o que lhes resta, não ficar tentando imaginar que não  
40 deveriam ter feito uso das reservas. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que

1 entre 2017 e início de 2020, tiveram uma trajetória muito virtuosa na correção de rumos da  
2 Universidade em relação a muitas coisas que encontraram. Isso levou a Universidade a uma  
3 situação financeira, até março deste ano, de recuperação, e é importante dizer que essas medidas  
4 não foram fáceis de serem tomadas, muito pelo contrário. Em diversos momentos, as situações  
5 de confronto foram claramente colocadas no Conselho Universitário, e felizmente conseguiram.  
6 Isso implica apresentação de propostas ao Conselho Universitário e capacidade para implantar  
7 as propostas que são, foram e continuarão sendo muito difíceis. Não é um esforço pequeno,  
8 tanto da Administração quanto da comunidade, e os impactos também não são pequenos. Os  
9 ajustes que foram feitos em muitos casos estão levando a vários órgãos e unidades ao limite do  
10 suportável, e a Administração sabe disso. Então, quando dizem que devem parar todas as  
11 contratações, podem tomar essa decisão, que trará como consequência que aulas deixarão de  
12 ser dadas. Então, as propostas têm de ser avaliadas e dosadas no limite que a Instituição pode  
13 suportar, a partir do qual as atividades de natureza acadêmica passam a ter impactos  
14 substanciais. Dosar isso é que faz com que estejam conseguindo, até o presente momento,  
15 manter o conjunto de atividades de natureza acadêmica funcionando. A pandemia trouxe muitos  
16 impactos do ponto de vista pessoal e também para a Instituição. A prioridade é sempre atuar no  
17 sentido de preservar as atividades de natureza acadêmica, e é esse esforço que está sendo feito.  
18 Sem dúvida nenhuma a questão do orçamento preocupa imensamente a Administração, e  
19 envolve o esforço de todos. Vão ter de encontrar coletivamente a solução para saírem desta  
20 situação extremamente difícil, porque não depende só da Administração. Há ações internas e  
21 externas, e na medida da capacidade física e mental, estão atuando decisivamente para ir  
22 superando. Sobre a pergunta relativa às informações da Alesp, acha que o professor Marcelo  
23 pode comentar, e, se for o caso, complementa com alguma pequena informação, em função de  
24 haver representado a Reitoria em um encontro com o vice-governador na semana passada. O  
25 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que a manifestação do professor André veio em  
26 boa hora, porque também não gosta de ficar olhando para o passado, gosta de olhar para o  
27 futuro. Entretanto, o passado ensina alguma cautela. No caso em particular, houve muitas boas  
28 discussões no Conselho Universitário com o professor Paulo, ex-diretor do Instituto de  
29 Economia, cuja visão, como fez agora o professor André, era de olhar para o outro lado da  
30 questão, dizendo que o ICMS daquele ano tinha diminuído, mas que aquilo não ocorreria  
31 novamente no próximo ano que vem. Mas sucessivamente ocorria. Portanto, é preciso trabalhar  
32 agora com cautela extrema. Os dados que possuem para uma análise do orçamento se encerram  
33 em 30 de junho, mas imagina que podem agora ter dados até 30 de agosto. Isso permitiria uma  
34 visão mais apurada, se esses dados pudessem ser disponibilizados. O Conselheiro FRANCISCO  
35 DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO diz que a arrecadação de ICMS no primeiro  
36 trimestre foi 1,1% menor do que o previsto no orçamento original. No segundo trimestre, a  
37 queda foi de 21,7%. E nos meses de julho e agosto, essa queda foi respectivamente de 9,7% e  
38 de 2,4%. Então, embora de fato a situação esteja melhorando e a previsão de arrecadação do  
39 governo do estado pareça um pouco subestimada, ainda estão em uma situação difícil e não  
40 conseguirão chegar nem perto do valor que foi proposto originalmente no orçamento da

1 Universidade. Até o mês de agosto, a arrecadação definitiva com relação à prevista no  
2 orçamento original corresponde a 89,9%, portanto tiveram uma queda de 10% com relação ao  
3 que foi previsto acumulado até agosto. Do ponto de vista do recurso que terão em 2021, olhando  
4 a proposta de revisão orçamentária, verificam que o déficit total é de cerca de R\$380 milhões,  
5 e tinham em caixa no início do ano R\$401 milhões. Espera que a arrecadação melhore e  
6 consigam algum recurso a mais do que está previsto, mas se ela se confirmar, terminarão o ano  
7 com R\$20 milhões de diferença entre o déficit anual e o recurso que havia no caixa no começo  
8 do ano. Em 31 de agosto, o valor que tinham disponível era R\$375 milhões das reservas  
9 financeiras. Deixará para o professor Marcelo os comentários referentes não só à negociação  
10 do PL 529, mas também aos recursos associados à lei complementar 173, que não foram  
11 repassados às universidades. Ele poderá melhor do que ninguém falar disso, pois esteve na linha  
12 de frente das negociações com o governo do estado a respeito dessa transferência de recursos  
13 federais da lei 173. O MAGNÍFICO REITOR diz que, de fato, foram muito surpreendidos com  
14 o projeto de lei 529, porque estavam pressionando o governo justamente ao contrário, para  
15 liberar os recursos para as universidades. Vínham discutindo com o vice-governador, com a  
16 secretária Patrícia Ellen, e foram surpreendidos com a informação que a intenção do governo  
17 não era conceder, mas sim retirar recurso. Com isso, o último mês foi realmente de muita  
18 intensidade com relação a discussões políticas, idas ao palácio, idas à Alesp, conversa com  
19 absolutamente todos os deputados. A proposta que o senhor José Luis fez já está em curso, mas  
20 em um âmbito muito mais amplo, que é o Cruesp. Com os três reitores atuando juntos, foi criado  
21 um comitê de crise, com representantes das três universidades, que têm ido todos os dias à  
22 Alesp e conversado com o governo. Ontem o professor Ignacio Velasco, que é o representante  
23 da USP, passou o dia na Alesp conversando; solicita a ele que relate um pouco das negociações.  
24 O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO diz que está aqui agora como membro  
25 do Conselho Universitário, representante externo pela Fapesp, e tem acompanhado essas  
26 questões, tanto pelo lado da Fapesp, como membro do Conselho Superior, quanto pela USP,  
27 como superintendente de relações institucionais e Procurador Geral da Universidade.  
28 Reforçando o que o professor Marcelo falou, esse comitê de crise, formado por representantes  
29 das três universidades, tem feito um trabalho diário, de acompanhamento, de conversas  
30 pessoais, porque todo o relacionamento com o governo tem sido feito, na medida do possível,  
31 pelos três reitores. O governo tem a sua pauta, tem agido de uma maneira muito pouco clara,  
32 para não dizer desleal, mas são os interesses dele. O fato é que nas conversas com o governo, a  
33 coisa não andou muito. Na semana passada, houve uma reunião com o coronel Garcia, o Mauro  
34 Ricardo e a secretária Patrícia Ellen; depois que saíram de lá, surgiu a notícia de que havia um  
35 relatório especial, que foi mais uma jogada do governo dentro do regimento da Alesp. O  
36 relatório especial era do deputado Alex de Madureira, do PSD, que é o partido presidido pelo  
37 Kassab, então os três reitores e a senhora Patrícia Ellen falaram com o Kassab, que teve uma  
38 reação muito positiva, dizendo que os apoia. Hoje, inclusive, saiu um artigo dele no jornal,  
39 muito claro, falando sobre essa questão, e ele disse que iria conversar com o Alex de Madureira.  
40 De fato, ele conversou. Ontem esteve por pouco mais de 45 minutos falando com o deputado

1 Alex de Madureira em seu gabinete e foi muito bem recebido. Não vai entrar em detalhes de  
2 porque ele é o relator, mas ele deu a entender que não concorda com uma série de questões que  
3 estão lá no PL. Precisam encontrar a forma de enfrentar o rolo compressor do governo, e como  
4 parte dessa estratégia de rolo compressor, ontem o deputado Cauê Macris, que é o presidente,  
5 marcou duas reuniões extraordinárias em plena segunda-feira, que é um dia em que os  
6 deputados não estão, muitos deputados foram pegos de surpresa, muitos não compareceram,  
7 outros que queriam estar, pela razão que for, para dar quórum porque eram favoráveis ao  
8 governo, ou até alguns também para não deixar que o governo conduzisse uma sessão tão  
9 importante como essa sozinho, então vários até vieram de fora de São Paulo. As duas sessões  
10 extraordinárias foram realizadas, a segunda, em um determinado momento, caiu por falta de  
11 quórum, e completaram 2 horas e 35 minutos de discussão. Existe uma norma regimental que  
12 estabelece que quando um projeto de lei vai à plenária, tem de haver, pelo menos, seis horas de  
13 discussão. Então, dessas seis, 2 horas e 35 minutos já foram gastas ontem nessas duas reuniões  
14 extraordinárias. Há mais duas já convocadas para hoje, a partir das 19h. É possível que se  
15 completem as seis de discussão, ou então que fique um restante de tempo para amanhã, mas,  
16 entre amanhã, quarta e quinta, é bem provável que o assunto vá à votação. Têm analisado  
17 algumas possibilidades, uma delas é sob o ponto de vista do regimento da Alesp: está em  
18 contato com a assessoria jurídica, que conhece muito bem o regimento, e consultou sobre a  
19 possibilidade de haver destaques no momento da votação. Da forma como está, com o pacote  
20 fechado, se o governo realmente tiver votos, vão perder. Hoje à tarde estará lá, já marcou com  
21 vários deputados. O governo tem feito uma campanha de desinformação, por exemplo correu  
22 entre os deputados que já tinha sido feito um acordo com as universidades. O comitê de crise  
23 saiu em campo para desmentir isso, que claramente foi feito para desmobilizar. Não houve  
24 acordo nenhum, o fato é que as universidades e a Fapesp saíram do artigo 14, que previa o  
25 confisco anual, como regra permanente, dos tais superávits. Mas, se ele deu com uma mão,  
26 tirou com a outra, porque colocou o artigo 6º, das disposições transitórias, que estabelece que  
27 o superávit de 2019 eles vão pegar. Isso será feito não imediatamente, mas com descontos mês  
28 a mês no repasse que o Tesouro deveria fazer para a Universidade. De todo modo, tanto faz se  
29 isso é feito de uma só vez ou em vários pedacinhos, pois é recurso que será tirado da  
30 Universidade. Em relação a USP, tem os dados e pode afirmar que esse confisco vai representar  
31 nesses descontos mês a mês o custeio mensal, de maneira que os repasses serão suficientes  
32 apenas para cobrir a folha. É verdade, como foi dito, e isso é um argumento que precisam olhar  
33 com cautela, porque os fragiliza, que a arrecadação tem aumentado. No entanto, não existe uma  
34 tendência clara de recuperação para efeitos de 2021; até pode ter havido agora um respiro, mas  
35 pode cair depois. São incertezas. Na situação atual, para a USP, assim como para a Unicamp e  
36 Unesp, esse confisco do artigo 6º das disposições transitórias inviabiliza o dia a dia das  
37 universidades. Voltando à questão jurídica, uma primeira possibilidade seria de pedir destaques  
38 pontuais, porque o pessoal da oposição vai votar contra o PL totalmente, mas outros deputados  
39 poderão se sentir incomodados em votar contrariamente ao PL em bloco. Destacando o artigo  
40 6º das disposições transitórias, pode ser que consigam apoios pontuais, porque em termos

1 jurídicos se resolve o problema retirando do projeto o artigo 6º das disposições transitórias. Vão  
2 analisar se é possível, se teriam deputados em um eventual destaque para votar pela retirada  
3 etc. Outra questão, ainda jurídica, é a seguinte: fez uma reunião com seus colegas especialistas  
4 da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, grandes processualistas, tributaristas, e  
5 existem algumas possibilidades de demandas judiciais. Porém, elas serão *a posteriori*, assim  
6 que o projeto for aprovado, se ele for aprovado do jeito que está, com esse confisco do dinheiro  
7 das universidades e da Fapesp. Uma primeira demanda, primeira ação de controle, chama-se  
8 abstrato difuso, que é uma ação direta de inconstitucionalidade, e vai para o Supremo. O  
9 fundamento da inconstitucionalidade da lei, que é, no caso da Fapesp, por desrespeito ao artigo  
10 271 da Constituição do Estado e, no caso das universidades, o desrespeito ao mandamento da  
11 Constituição Federal, que determina a autonomia administrativa, acadêmica e financeira das  
12 universidades; no estado de São Paulo, foi concretizada no decreto de 1989. Essa seria uma  
13 primeira possibilidade, que os leva a uma discussão delicada sobre a questão da autonomia, e  
14 não sabe se o momento nacional é muito propício, ainda mais com o Supremo deflagrado. A  
15 segunda possibilidade é uma ação de controle concreto, ou seja, um mandado de segurança  
16 preventivo. Supondo que o projeto seja aprovado, se transforme em lei e seja publicado no  
17 Diário Oficial, o que o governo estará dizendo é que está sobrando dinheiro, o que é uma falácia,  
18 é um superávit inexistente. O mandado de segurança preventivo de controle concreto  
19 jurisdicional seria exatamente para provar que há um prejuízo por conta desse confisco, um  
20 prejuízo muito grave, concreto e imediato para as universidades, que isso inviabiliza o seu  
21 funcionamento. Se isso teria chance de prosperar no judiciário, não podem afirmar, mas a tese  
22 é robusta, ela se sustenta, porque estão em fase de prejuízo concreto. Se retirarem esse recurso  
23 das universidades, elas terão dificuldades para continuar pagando as contas, honrando  
24 compromissos, até a folha, dependendo de como forem a arrecadação e os repasses mensais.  
25 Então é um mandado de segurança preventivo porque tentariam uma liminar que sustasse o  
26 artigo 6º e, portanto, a possibilidade de o governo fazer esse confisco. Lógico que depois caberia  
27 um julgamento do mérito etc., mas seria uma medida imediata para tentar obstar esse confisco  
28 por parte do governo. Além disso, sempre existe a possibilidade de ação popular, que pode ser  
29 apresentada por qualquer cidadão, alegando o grande prejuízo que existe em decorrência  
30 daquilo que a lei dispõe, mas é uma tramitação mais lenta. Em termos concretos, seria esse  
31 mandado de segurança preventivo que procuram fazer, como chamam, controle concreto de  
32 legalidade. A conversa ontem com o Alex Madureira foi boa, sente que ele quer ajudá-los, e se  
33 houver essa possibilidade do destaque regimental, ele vai ajudar. Porém, ele está muito  
34 amarrado porque o governo realmente tem atuado de uma forma truculenta, feito um rolo  
35 compressor passando por cima de tudo. O MAGNÍFICO REITOR agradece o professor Ignacio  
36 pelo excelente relato. Eles têm se mobilizado muito, feito reuniões praticamente diárias do  
37 Cruesp, falado com todos os deputados. Também falou com todos os prefeitos da região em  
38 que a Unicamp tem *campus*. E, de fato, existe essa campanha de desinformação; ontem, recebeu  
39 cerca de cinco telefonemas de jornalistas dizendo que o governo escreveu dizendo que já abriu  
40 mão, mas hoje saiu no “Estadão” sua declaração dizendo que não é nada disso, que não tem

1 acordo. A situação é dramática do ponto de vista das finanças, da parte orçamentária, e vem  
2 para piorar esse projeto de lei. Tem acionado também o Ministério Público, tentando de todas  
3 as maneiras, reverter esse quadro. O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO diz  
4 que encaminharam para todos os deputados o estudo do fórum de carreiras do estado, que  
5 mostra que na verdade não haveria déficit, haveria até um superávit para 2020. Isso tudo é  
6 questionável, discutível, porque o governo vai dizer que as contas não são essas, que a situação  
7 é outra etc. Há o problema alegado pelo governo com o PL, que é a falta de recursos, a  
8 necessidade de reequilibrar as contas do estado e recuperar a capacidade de investimento. Mas,  
9 para além dessa discussão que pode ser real, mais ou menos, ou pode não ser real no sentido de  
10 não haver falta de dinheiro para o governo do estado, o que está em jogo, do ponto de vista do  
11 governo do estado – e o professor Marcelo poderá dizer porque esteve lá olho no olho com os  
12 senhores Rodrigo Garcia e Mauro Ricardo –, é essa questão de certos burocratas, como já foi  
13 colocado, dentro do governo, que são frontalmente contrários a qualquer tipo de indexação.  
14 Então eles não querem saber qual a porcentagem de repasse da quota-parte etc., porque é um  
15 problema ideológico, eles querem de qualquer maneira atacar a autonomia. Se ocorrer esse  
16 confisco do artigo 6º, e as universidades não tiverem dinheiro para pagar as contas, terão de ir  
17 lá estender a mão e dizer que precisam de recurso para pagar folha, para pagar as contas de luz  
18 etc., e a autonomia estará acabada. Na sua opinião, o que está por trás de tudo é um ataque  
19 frontal, mas sorrateiro, bastante bizantino, à questão da autonomia. O MAGNÍFICO REITOR  
20 diz que todos possuem essa visão muito clara desse ataque. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO  
21 ROMERA diz que fez uma proposta de montar uma comissão e o governo encerrou a  
22 negociação. O MAGNÍFICO REITOR diz que não encerrou, têm ido fazer a negociação,  
23 discutir. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que está propondo uma comissão do  
24 Consu para discutir de pegar esse recurso que o estado já recebeu. O MAGNÍFICO REITOR  
25 diz que ainda estão discutindo isso no âmbito do Cruesp, estão lutando para isso. Não só do PL  
26 173, mas diversos recursos da área da Saúde que também não foram repassados. O Conselheiro  
27 JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que possui uma proposta de encaminhamento: que esta  
28 proposta seja retirada de pauta e seja marcada uma reunião do Conselho Universitário, pode ser  
29 na semana que vem, com o objetivo de fazer uma análise concreta de quais seriam as alterações  
30 no orçamento até o final do ano para garantir que o déficit mantenha recursos de R\$200 milhões  
31 enquanto recursos financeiros da Universidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que não há como  
32 fazer isso em uma semana, pois há muitas variáveis indefinidas nesse processo, portanto é  
33 impossível fazer essa projeção de uma maneira efetiva. Mas garante que a proposta colocada é  
34 absolutamente conservadora no sentido de buscar o equilíbrio financeiro, que é o que tem sido  
35 feito durante toda a gestão. Todas as ações no dia a dia são no sentido de buscar esse equilíbrio,  
36 manter o nível de R\$200 milhões no saldo para terem sempre a possibilidade de pagar em dia.  
37 Mas, certamente, com essa lei 529, com a economia de uma forma que não sabem para que lado  
38 vai, é impossível fazer uma previsão dessas em uma semana. Não havendo mais observações,  
39 submete à votação a segunda revisão do orçamento 2020, que é aprovada com 53 votos  
40 favoráveis, 02 votos contrários e 10 abstenções. Passa ao item 02 – Proc. nº 01-P-23722/2019

1 –, que trata de minuta de Deliberação Consu que suspende os efeitos da Deliberação Consu-A-  
2 003/2020 em função das limitações impostas pela Lei Complementar 173. Destaque do  
3 professor Geromel. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que, se pode bem  
4 imaginar o que aconteceu no passado, já estão operando dessa forma, tanto é que nos itens 04  
5 e 05 do Expediente constam tabelas que indicam novas contratações da carreira docentes e  
6 funcionários que foram solicitadas pelas unidades. Solicita à Mesa um esclarecimento a respeito  
7 do que efetivamente foi concretizado nos itens 04 e 05 do Expediente, em termos de  
8 contratações, com recursos do orçamento do presente ano. É claro que todos reconhecem o  
9 empenho, a dedicação, o sucesso da presente Administração em tentar trazer a Universidade  
10 para uma trajetória que permitisse resolver os seus problemas de déficit orçamentário de longos  
11 anos. Isso foi feito. Acha que este ano teriam uma solução bastante confortável, bastante boa,  
12 porém a pandemia terminou com todas essas perspectivas, não apenas no que diz respeito ao  
13 orçamento, mas também quanto aos aspectos acadêmicos. Tem certeza de que todos concordam  
14 que as aulas atuais não são tão boas como eram. A perspectiva de trabalhar em conjunto com  
15 os alunos, presencialmente, no dia a dia, é absolutamente essencial, e não ocorre. Portanto, estão  
16 operando academicamente de maneira pior do que operavam anteriormente. As aulas têm de  
17 continuar a ser ministradas, o acompanhamento dos alunos, tudo isso deve ser feito com  
18 bastante cuidado. Reduzir as contratações é o único meio de reduzir os gastos orçamentários.  
19 Ficarão piores, mas acha que assim protegerão o futuro da Universidade. Acaba de ser dito aqui,  
20 e concorda, que se acontecer de no início do ano que vem estarem abaixo de um nível de  
21 segurança e terem de ir ao governo do estado ou à Assembleia solicitar recursos para o dia a  
22 dia, acabou a autonomia. Portanto, certamente todas as unidades têm necessidades, todas têm  
23 bons argumentos, mas precisam que as contratações estejam sendo feitas em uma parcimônia  
24 imensa, se possível sem que elas ocorram no curto prazo. O MAGNÍFICO REITOR solicita à  
25 professora Teresa, que preside a CVD/CVND, que responda. A Conselheira TERESA DIB  
26 ZAMBON ATVARS diz que as contratações só podem ser aquelas absolutamente essenciais,  
27 e é isso que está sendo feito. A questão que consta hoje em pauta da suspensão da vigência da  
28 Deliberação Consu-A-003/2020 é que estão fazendo tomando por base uma resolução GR, e  
29 entendem que suspender a vigência de uma deliberação Consu por uma resolução do Reitor não  
30 é a forma mais adequada de continuar fazendo aquilo que estão fazendo. O objetivo é o de  
31 institucionalizar a prática que, em conjunto com a PRDU, estão efetivando. Todas as  
32 contratações que estão na tabela se justificam com base em excepcionalidades, mas ela contém  
33 coisas que foram feitas ao longo de todo ano de 2020 e, portanto, antes e depois da pandemia.  
34 E é fundamentalmente isso que está sendo feito. Um exemplo objetivo é de um professor do  
35 Cotuca que foi membro do Conselho Universitário, que pediu demissão. Não há quem dê as  
36 aulas dele. São essas análises que, em detalhe, caso a caso, estão sendo feitas em conjunto entre  
37 a CGU – como presidente da CVD – e a PRDU, em função de que ali está a gestão de quadros.  
38 Garante ao Conselho Universitário que todas as análises estão sendo feitas caso a caso. A  
39 questão é que a Deliberação Consu-A003/2020 dava uma automaticidade à reposição das  
40 demissões e dos falecimentos, e passaram então por uma resolução GR a fazer a análise caso a

1 caso, e não encaminhar aqueles casos que julgam não ser absolutamente urgentes e necessários.  
2 Essa deliberação que está colocada aqui, portanto, legítima a prática que já estão adotando.  
3 Possuem um grande problema, que é preservar as atividades acadêmicas minimamente, e é isso  
4 o que estão procurando fazer. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR  
5 submete à votação a matéria, que é aprovada com 51 votos favoráveis, 05 votos contrários e 11  
6 abstenções. Passa aos itens 06 – Proc. nº 01-P-9401/2020 –, que trata de proposta de alteração  
7 do § 2º do artigo 28 da Deliberação Consu-A-027/2020, que fixa normas para a Consulta à  
8 Comunidade com caráter indicativo ao Conselho Universitário, para composição da lista  
9 tríplice para escolha do(a) Reitor(a); e 07 – Proc. nº 01-P-8776/2018 –, que trata de proposta de  
10 Deliberação Consu que altera o § 3º do artigo 19 da Deliberação Consu-A-05/2018, que dispõe  
11 sobre as Normas Eleitorais que regulamentam as eleições da Representação dos Servidores  
12 Técnicos-Administrativos junto ao Conselho Universitário. Os itens foram destacados em bloco  
13 pelo professor Fernando Coelho. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO  
14 diz que está um pouco preocupado com as eleições relacionadas especificamente à parte  
15 eletrônica. Acompanha com bastante cuidado e atenção esse processo porque é membro da  
16 comissão que vai acompanhar a eleição para sucessão de Reitor. Houve uma modificação que  
17 considera muito infeliz no que se refere à retirada do VPN, porque o VPN seria restritivo.  
18 Possuem muitas dificuldades de acessar o VPN porque o número de acessos é restrito, e isso  
19 caminhou para um acesso mais geral, universalizando a possibilidade de acesso em uma eleição  
20 que é eletrônica, mas sabem que já houve problema na eleição para a Cipa, assim como um  
21 outro problema que aconteceu na eleição de representantes de funcionários para o Consu. Nesta  
22 última, a contagem de votos teve um problema, aparentemente de natureza técnica, e teve de  
23 ser postergada para o dia seguinte. Destacou o item para perguntar às pessoas que estão  
24 relacionadas e que trabalham exatamente no CCUEC e em sequência, quais são as garantias  
25 que podem ter de que esse tipo de problema não aconteça em uma eleição da importância da  
26 eleição de sucessão para Reitor. A Unicamp como um todo ficaria em uma situação bastante  
27 complicada se tivessem qualquer problema de natureza computacional, e que a eleição fosse  
28 travada ou tivesse qualquer problema dessa natureza. Pergunta também se trabalham com um  
29 plano B, dando a possibilidade de ter os dois sistemas funcionando, ou seja, em alguns pontos  
30 da Universidade ter computador ou alguma coisa desse tipo que permitisse que as pessoas  
31 tivessem uma opção, havendo qualquer problema dessa natureza, de ter um lugar fixo onde  
32 pudessem votar. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA diz que possui as mesmas  
33 preocupações do professor Fernando. Acha que são colocações importantes. Não foi destacado  
34 o ponto sobre as eleições de representante da graduação, mas acha relevante colocar opinião  
35 sobre isso. Têm visto uma queda de quórum importante das eleições da graduação, acha que  
36 essa existência concomitante de pontos de votação físicos com eleição on-line pode ajudar na  
37 divulgação das eleições, fazer com que chegue a mais pessoas. Uma preocupação da bancada  
38 discente é que os alunos vêm se deparando com um problema que terão de rever. Este ano já  
39 foi votado o regimento eleitoral, mas para ano que vem acha que cabe a reflexão. Há alguns  
40 pontos específicos do regimento que considera um pouco prejudiciais para a organização



1 estudantil. O ponto específico sobre vedar a entrada de dois estudantes da mesma unidade, por  
2 exemplo, atrapalha e acaba distorcendo a representatividade de votos dos representantes que  
3 são eleitos mesmo. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que de fato a eleição Cipa  
4 teve problema, tentou votar várias vezes e o sistema estava fora do ar, depois foi restabelecido  
5 e foi ampliado prazo de votação. Mas a eleição aconteceu, avaliou depois o número de pessoas  
6 que votaram, não é um número pequeno, ele segue o padrão da eleição Cipa. Na eleição do  
7 Consu, estava em atividade presencial no Hospital de Clínicas, houve sim problema na  
8 apuração, ela começou no dia que estava programado, as pessoas ficaram horas aqui e a questão  
9 não avançou, a apuração foi suspensa e retomada no dia seguinte. No seu entendimento, tendo  
10 já participado de muitas eleições, demorou um pouco para se fazer a apuração. Mas o problema  
11 que vai colocar é o do cotidiano das pessoas, que podem chamar de excluídos digitais; no  
12 HC, há muitas máquinas que não têm acesso à internet. A questão do VPN já foi excluída, o  
13 que ajuda bastante, porque um número grande de pessoas esquece o login e senha do e-mail  
14 institucional, que é o @unicamp, pois só usam esse e-mail para fazer a votação. Acha que vale  
15 a pena depois dar uma olhada no Saus, porque a pessoa que esquece senha e login do e-mail  
16 institucional tinha de entrar em contato com o Saus para ele enviar para a pessoa depois fazer a  
17 troca da senha. Portanto, acha que não é insignificante a questão dos excluídos digitais. Sempre  
18 defendeu o e-voto, não tem ainda restrição com ele, salvo esse problema que houve com a  
19 apuração. Além dessa questão dos acessos, que é preciso verificar, pois as pessoas têm bastante  
20 dificuldade. Comparou a eleição para o Consu de agora com a de 2018, e o número de pessoas  
21 que votaram não é tão diferente, sendo que o colégio eleitoral em 2018 era maior do que o  
22 colégio eleitoral de 2020. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao professor Paulo Lício,  
23 para explicar a situação e comentar as peculiaridades do sistema. O Professor PAULO LÍCIO  
24 DE GEUS diz que fizeram uma pequena modificação no sistema da Universidade para permitir  
25 essa comodidade de usar as credenciais @unicamp.br, que é a conta institucional padrão. Se o  
26 usuário não sabe nem essa senha, fica mais complicado. O sistema padrão Helios envia  
27 credenciais por e-mail, então além de o usuário ter o e-mail para ler o seu e-mail normal, ter  
28 acesso a esse e-mail, ainda é necessário acessar este e-mail, pegar o username que é criado  
29 especificamente para uma eleição e a senha que é associada a ela. O processo complica mais,  
30 mas é mais padrão. Fizeram essa modificação no sistema para facilitar a vida dos usuários,  
31 tendo de se lembrar apenas da sua senha de uso. Precisa ficar claro a todos os servidores da  
32 Universidade que este é o mecanismo padrão de comunicação da Unicamp com todos os seus  
33 servidores. Até hoje isso não existiu e está tentando corrigir esse problema. São uma corporação  
34 e precisam ser tratados e funcionar como uma corporação. E essa padronização em cima do e-  
35 mail @unicamp.br é o único jeito de ter um mecanismo pelo menos 100% confiável no sentido  
36 de que a Universidade sabe o que está mandando para os seus servidores. O que tinha no  
37 passado eram e-mails particulares, privados, com inúmeros tipos de restrições, e quando eram  
38 enviadas essas credenciais específicas do Helios, as pessoas não recebiam, ia para Spam, aquele  
39 típico problema que todos têm com e-mails perdidos. Então, garantindo agora esse e-mail  
40 padronizado institucional da Unicamp, é um lugar conhecido, um ponto de ancoragem correto

1 onde estarão as credenciais e o link de votação para todos. Sobre o incidente na apuração dos  
2 votos da eleição do Consu, esclarece que não houve problema na votação em si, apenas em uma  
3 etapa seguinte do processo, que roda inclusive uma outra aplicação do mesmo sistema, que é a  
4 apuração dos votos. Nessa parte houve um problema, o sistema travou, e não possuem certeza  
5 absoluta, mas todas as evidências apontam que ocorreu por conta de uma modificação que foi  
6 feita no sistema para acelerar o processo de apuração. Essa modificação que foi testada várias  
7 vezes, muitas vezes inclusive em alta escala, em grande número de votantes em uma eleição  
8 simulada, não apresentou problema, mas no momento da apuração real apresentou. Como  
9 decorrência da detecção desse problema que ocorreu, a equipe trabalhou durante toda a  
10 madrugada para resolver esse problema, voltaram à versão original do sistema, com menos  
11 modificações, ele nem demorou tanto assim, talvez por conta do novo ambiente de nuvem em  
12 que está rodando, e a apuração levou apenas 62 minutos. Dessa forma, determinou que não se  
13 fará nenhuma modificação para tentar acelerar o processo; acha que 62 minutos é um tempo  
14 mais do que adequado para apurar todos os votos, entre 60 e 90 minutos, no pior dos casos.  
15 Assume a responsabilidade e as ações pretendidas agora são não fazer nenhum tipo de  
16 modificação no sistema. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que  
17 apesar de o e-mail institucional centralizar em um único e-mail todas as informações  
18 relacionadas às eleições, tem acompanhado as duas últimas eleições, que foram on-line, para  
19 Conselho Universitário, e elas tiveram um forte problema de estudantes que tinham sua caixa  
20 de e-mails institucionais cheia, por nunca olharem, nunca cuidarem dela ao longo dos seus anos  
21 de graduação, nunca deletarem. E dessa forma não conseguiam acessar o local para votação.  
22 Um segundo problema, que neste ano de pandemia é menor, é a questão das urnas presenciais;  
23 uma mix na votação seria muito adequado, porque tinham em torno de 1.000 a 1500 votos de  
24 estudantes para a eleição do Consu quando ela ainda era feita junto ao DCE de forma presencial.  
25 Já na última eleição, tiveram uma média de 200 votos. Então perdem uma representatividade,  
26 um envolvimento da comunidade discente que é importante. O MAGNÍFICO REITOR passa a  
27 palavra ao professor Sandro Rigo. O Professor SANDRO RIGO diz, sobre esse ponto que o  
28 conselheiro João Luis levantou agora, que hoje o problema da caixa postal não existe mais, pois  
29 desde que os e-mails foram institucionalizados no G Suite, há cerca de um ano, o espaço é  
30 ilimitado. Então realmente no passado existia o problema da caixa postal estourar, mas agora  
31 os e-mails dos alunos também estão em nuvem, estão com espaço ilimitado de armazenamento.  
32 Com relação à fala de todos os membros que se manifestaram sobre o mix de urnas, da eleição  
33 puramente eletrônica com computadores disponíveis, ele e o professor Paulo participaram de  
34 uma reunião da COC, a comissão que está organizando a consulta para Reitor, e os membros  
35 estavam discutindo sobre isso. Isso é uma prática em algumas áreas, como a área da Saúde, por  
36 exemplo, no HC, para tentar minimizar o problema de muitas pessoas não terem tanta facilidade  
37 ao acesso digital, como o conselheiro Adilton relatou hoje. Com relação aos problemas das  
38 últimas eleições, em particular tocando o ponto do porquê da retirada do VPN, que o professor  
39 Fernando colocou, neste ano estão em uma situação atípica devido à pandemia. Então, apesar  
40 de o sistema ser o mesmo e estarem utilizando o Helios há muito tempo, está bastante testado,

1 a realidade das eleições mudou drasticamente do seguinte ponto de vista: até o ano passado,  
2 tinham uma minoria do colégio eleitoral votando de fora da Unicamp; a grande maioria das  
3 pessoas votava de dentro da rede da Universidade, no horário de trabalho, de dentro do *campus*,  
4 e agora é exatamente o contrário, estão no afastamento. Então, a grande maioria do colégio  
5 eleitoral vai votar de casa, e isso causa necessidades de mudança de infraestrutura, em particular  
6 a retirada da VPN, já que, como o professor Fernando mencionou, não teriam condições de ter  
7 conexões de VPN suficientes para que fosse possível ter uma eleição em que todos votassem  
8 de fora do *campus*. O MAGNÍFICO REITOR diz que o preocupou um pouco a fala do professor  
9 Fernando Coelho, que disse que “aparentemente” os problemas foram de natureza técnica. O  
10 termo “aparentemente” o preocupou, pois pode atestar a licitude do processo, que é feito de  
11 maneira extremamente criptografada para evitar qualquer tipo de problema na contagem de  
12 voto, na visualização de votos, ou seja, não há nenhuma possibilidade de fraude no sistema, e  
13 isso tem de ser colocado. Conversou bastante com o professor Sandro sobre os problemas.  
14 Como não é da área de Computação, questionou o tempo para apuração, dizendo que uma hora  
15 era muito, mas foi esclarecido de que primeiro modificações tiveram de ser realizadas no  
16 próprio sistema, porque o sistema original não permite o voto nulo. Em algum momento terão  
17 de repensar isso, mas por enquanto deixarão assim. Outra questão é que o sistema é  
18 absolutamente criptografado e demora um tempo essa descriptografização. Os problemas  
19 aparecem, são de natureza absolutamente técnica, e estão sendo cuidados pelo CCUEC. No  
20 caso do voto da Cipa, eram três dias previstos de eleição, e tiveram problema por algumas horas,  
21 perfeitamente compensados com o número de dias para votar; além disso, sempre existe a  
22 possibilidade, caso haja algum problema, de a eleição ser cancelada e ser realizada novamente.  
23 O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO diz que faz parte da COC como  
24 membro da comunidade externa, e na reunião o professor Paulo Lício explicou essa questão da  
25 limitação dos VPNs e tudo o mais. Pode dar seu testemunho para corroborar o que o professor  
26 Marcelo Knobel está dizendo. Foi durante cinco anos secretário geral da USP e foi justamente  
27 o momento em que implantaram as votações eletrônicas customizando o Helios Voting dentro  
28 da Universidade de São Paulo, tal como a Unicamp fez. Conversou longamente com o professor  
29 Marcelo e o colega do setor de Computação, e ficou muito claro que o sistema de votação é  
30 seguro, não há risco de violação do sigilo do voto. A questão do VPN era uma segurança extra  
31 para o caso de alguém estar acessando a partir de máquinas fora da Universidade, mas pela  
32 limitação do número de acessos do VPN e pelo fato de o Helios Voting ser seguro, isso foi  
33 retirado. Pode atestar essa segurança pois a USP já teve diversas eleições feitas nesse sistema,  
34 inclusive eleição de Reitor, para representação discente, com milhares de eleitores, e é seguro.  
35 Quanto a isso, a Unicamp pode ficar muito tranquila. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO  
36 SANTOS COELHO diz que em nenhum momento colocou qualquer dúvida a respeito da  
37 licitude da eleição nem do processo. O que falou simplesmente foi que houve sim, e o senhor  
38 Reitor acabou de confirmar, um problema de natureza técnica. O MAGNÍFICO REITOR diz  
39 que o professor Fernando disse “aparentemente de natureza técnica”. O Conselheiro  
40 FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que isso não significa que colocou em

1 dúvida a licitude do processo. Houve uma modificação que foi feita, que não funcionou, e o  
2 professor Paulo Lício explicou que voltou atrás e não vai mais fazer a modificação. Ele foi de  
3 natureza técnica, não foi “aparentemente”; o fato de ter dito isso não tem a ver com qualquer  
4 dúvida a respeito da licitude do processo. É um defensor de eleições dessa natureza, apenas  
5 devem zelar para que não aconteça esse tipo de problema. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
6 está esclarecido e que, conforme o conselheiro Adilton comentou, ainda não está nas regras,  
7 mas está previsto na eleição que haja um local de votos, principalmente no HC, para a votação  
8 geral, que considera fundamental. Não havendo mais observações, submete à votação os itens  
9 06 e 07 da Ordem do Dia, em bloco, que são aprovados com 61 votos favoráveis e 06  
10 abstenções. Passa ao item 12 – Proc. nº 01-P-15575/2003 –, da Faculdade de Engenharia  
11 Agrícola, que trata da proposta de reestruturação departamental, passando de quatro para dois  
12 departamentos, da seguinte forma: excluir o Departamento de Ciência de Alimentos – DCA; o  
13 Departamento de Engenharia de Alimentos – DEA; o Departamento de Alimentos e Nutrição  
14 – Depan; e o Departamento de Tecnologia de Alimentos – DTA; e criar o Departamento de  
15 Ciência de Alimentos e Nutrição; e o Departamento de Engenharia e Tecnologia de Alimentos.  
16 O item foi destacado pela professora Gláucia. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE  
17 diz que essas modificações lhe trazem inquietude e tristeza. Como o senhor Reitor e muitos  
18 daqui sabem, a FEA tem um papel importantíssimo no país e na América Latina. Ela é a sexta  
19 instituição mais importante na área de alimentos, passando na frente inclusive de instituições  
20 consolidadas como Davis, na Califórnia, e tem ao longo dos 50 anos contribuído de forma  
21 incrível para o desenvolvimento da área de alimentos no país. Dos departamentos que deixaram  
22 de existir, o Departamento de Tecnologia de Alimentos é responsável por um dos maiores  
23 valores de ressarcimento por conta da transferência de tecnologia que foi feita, é responsável  
24 por uma nova forma de formulação de alimentos, muito mais voltada para a saúde, em que a  
25 gordura trans foi eliminada graças ao trabalho desenvolvido pelos docentes e funcionários do  
26 Departamento de Tecnologia de Alimentos. O Departamento de Alimentos e Nutrição é o  
27 grande responsável pela produção de uma tabela que não existia no país, de composição de  
28 alimentos brasileiros. Foi feito um projeto pelo Ministério da Saúde em 2010, e essa tabela,  
29 conhecida como Tabela Brasileira de Composição de Alimentos - Taco, é a tabela utilizada em  
30 todos os hospitais, em todos os serviços de nutrição do país, para terem uma ideia da  
31 importância. Antes dela, utilizavam as tabelas do exterior, não tinha nada do Brasil. Então, o  
32 Departamento de Alimentos e Nutrição, juntamente com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em  
33 Alimentação - Nepa, foi responsável por tudo isso. E só para dizer dois exemplos mais recentes  
34 da importância das atividades acadêmicas desses dois departamentos, essa modificação foi  
35 originada justamente na redução do número de docentes que houve no Departamento de  
36 Alimentos e Nutrição, que tinha dez docentes, de acordo justamente com o que dizia a  
37 deliberação, mas que em um ano perdeu um docente que se aposentou, ficando, portanto, com  
38 nove. O departamento tinha uma atividade acadêmica exemplar, ele foi nota 6 na avaliação da  
39 Capes por muito tempo e passou a 5 justamente por conta da falta do número de docentes. Então  
40 é um departamento que produzia ciência de altíssima qualidade dentro desse campo,

1 correlacionando a nutrição e os alimentos, o que é extremamente importante nos dias de hoje.  
2 Foram tentadas várias coisas, ela própria conversou com o chefe de Gabinete, sabe que a  
3 diretora da FEA tentou arduamente, mas, infelizmente, foram tolhidos por uma medida  
4 administrativa que não levou em consideração as análises acadêmicas, e é isso o que acha grave.  
5 Acha que precisam rever essa deliberação, no seguinte sentido: é importante estabelecer o  
6 número mínimo de docentes para que haja um departamento, mas para extinção, a análise tem  
7 de ser acadêmica, ela não pode ser administrativa. É gravíssimo. Com base nisso foi feita toda  
8 uma reformulação, os docentes de cada um foram juntados nos outros dois departamentos, o  
9 que se chamou de novos departamentos. Não sabe o que vai acontecer, mas a impressão que se  
10 tem, inclusive fora da Universidade, é que a FEA encolheu, é que a FEA está sofrendo algum  
11 problema e precisou ser encolhida desse tanto. É muito triste, acha que é uma das coisas piores  
12 por que já passou dentro da Universidade a extinção do Departamento de Alimentos e Nutrição.  
13 Lamenta profundamente, e não está culpando a diretoria, a congregação, sabe que todos lutaram  
14 muito, mas provavelmente o tempo vai dizer que erraram. E não só para a FEA, mas erraram  
15 para tudo aquilo que a Unicamp representa na área de alimentos. Então, conclama os diretores  
16 das outras unidades que puderem lutar e não deixar que isso mais aconteça, a não ser que haja  
17 uma avaliação de fato acadêmica que indique a extinção. Não podem utilizar critérios dessa  
18 forma, que simplesmente cortam, pois terão esses problemas para enfrentar. O ambiente não é  
19 dos mais agradáveis, as pessoas estão se acomodando, se localizando, mas há entraves, há  
20 inclusive a divisão de um laboratório muito importante na FEA, o laboratório de cereais, e duas  
21 docentes estão disputando o local para onde vai, o que é lamentável. Enquanto isso, perde-se  
22 pesquisa, perdem-se bons artigos, perdem-se projetos, tudo isso por conta de uma coisa que  
23 falhou desde o início, avaliação acadêmica, para verificar qual é realmente o impacto. Pergunta  
24 qual foi a vantagem da Unicamp ao fazer isso. Podem dizer que eliminaram duas GRs,  
25 economizaram R\$40 mil por ano, mas pergunta se vale a pena. O MAGNÍFICO REITOR diz  
26 que não se trata de uma deliberação, está nos Estatutos da Universidade que os departamentos  
27 têm um número mínimo de docentes. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE concorda  
28 plenamente com a professora Gláucia, com a ciência de altíssima qualidade que a FEA faz, está  
29 de pleno acordo com isso. A reestruturação departamental certamente não irá abalar essa ciência  
30 de altíssima qualidade. Parece que está existindo uma confusão entre as atividades acadêmicas  
31 e a existência de departamentos. Os departamentos não são atividades acadêmicas. Possuem  
32 quatro programas de pós-graduação, dois programas de pós-graduação avaliados como 7 pela  
33 Capes, e outros dois programas avaliados como 5 pela Capes. Esses programas são ligados à  
34 Pró-Reitoria de Pós-Graduação, e não aos departamentos, embora na FEA exista uma confusão  
35 entre o programa de pós-graduação e os departamentos. O primeiro equívoco é que os  
36 departamentos tenham sido eliminados; ninguém eliminou departamento. Esse não foi o  
37 processo de construção de uma nova estrutura da FEA. A reestruturação departamental se  
38 iniciou em 2018 quando a Reitoria comunicou à FEA o fato de que o Depan tinha uma  
39 deficiência no número mínimo de docentes, então pediu a extinção desse departamento. O  
40 Depan tem um histórico de falta de docente que nunca conseguiram repor, é uma história

1 bastante longa, desde 2012. Em função dessa manifestação, em janeiro de 2019 a diretoria  
2 elaborou uma proposta de reestruturação, fazendo com que se reestruturasse em três  
3 departamentos. Isso foi discutido em uma série de reuniões com docentes e funcionários. Foi  
4 feito um acordo, uma proposta, que foi distribuída para a comunidade; retornou da comunidade  
5 e se fechou em uma interdepartamental e, em seguida, na congregação de fevereiro, a proposta  
6 que foi levada à congregação, totalmente acordada, foi rejeitada na congregação, e a  
7 congregação propôs a criação de um grupo de trabalho para estudar o assunto. Em fevereiro, a  
8 diretoria conversou com a PRDU, pediu uma ampliação de prazo para fazer essa reestruturação,  
9 de mais seis meses, até agosto de 2019. Em abril de 2019, a congregação criou um grupo de  
10 trabalho, todos os docentes foram consultados sobre a intenção de se transferir para outro  
11 departamento, para manter o número de docentes. Nenhuma manifestação foi nesse sentido,  
12 ninguém queria fazer essa transferência. Em junho de 2009, após uma reunião, o GT decidiu  
13 contratar uma consultoria para assessorar nesse planejamento departamental, nesse  
14 planejamento estratégico e reestruturação departamental. Em agosto, a empresa foi contratada,  
15 voltaram à PRDU e pediram uma ampliação de prazo porque estavam ainda trabalhando nesse  
16 assunto. Em outubro de 2019, o grupo de trabalho realizou workshops de dois dias, com  
17 assessoria contratada em um espaço alugado da Funcamp para trabalhar nesse planejamento  
18 estratégico e reformular essa proposta de estrutura departamental. Em outubro de 2019, o GT  
19 apresentou uma proposta de formação de dois novos departamentos. A proposta foi apresentada  
20 em uma reunião aberta e ela foi votada na congregação de 21/10 e foi aprovada. Em novembro  
21 de 2019, a diretoria enviou a proposta para a PRDU e solicitou ainda uma ampliação de prazo  
22 para que continuassem discutindo isso na comunidade. O prazo foi ampliado para 19 de  
23 dezembro, que era a data do fim do mandato do chefe do departamento. Em novembro de 2019,  
24 o GT realizou análise de *swot* na FEA, visando à elaboração de planejamento estratégico. Em  
25 dezembro de 2019, o grupo de trabalho organizou uma reunião aberta com a comunidade para  
26 discutir os possíveis critérios de formação dos dois departamentos. Ainda em dezembro de  
27 2019, na congregação, o grupo de trabalho apresenta o cenário de pesquisa da FEA na  
28 configuração administrativa da instituição na área de alimentos no mundo, material esse  
29 disponibilizado à comunidade. Em dezembro de 2019, a PRDU concedeu uma nova ampliação  
30 de prazo para envio da nova reestruturação departamental, esse prazo foi até maio. Em janeiro  
31 de 2020, o GT fez uma consulta on-line à comunidade sobre os possíveis eixos norteadores dos  
32 dois novos departamentos. Em março de 2020, a consulta foi concluída com uma tendência  
33 clara de um resultado que foi informado à comunidade, que era juntar os dois departamentos  
34 que estão apresentados hoje. Isso foi aprovado, foi conversado também em uma reunião da  
35 interdepartamental e na congregação. Em 09 de março, o GT informou à comunidade que  
36 proporia os dois eixos mais votados na congregação do dia 30 de março. Não ocorreu. Em  
37 março de 2020, novamente a diretoria se reuniu com a PRDU, que faz apresentação das  
38 propostas e pediu mais uma extensão de prazo, que permitia inclusive a extensão dos mandatos  
39 dos chefes dos departamentos de Ciência de Alimentos e do Depan. Em 18 de maio de 2020, o  
40 grupo de trabalho encaminhou essa proposta para a congregação, definindo os dois eixos mais

1 votados pela comunidade, como havia sido anunciado em 09 de março. Em maio e junho de  
2 2020 os docentes poderiam escolhem onde desejavam se alocar e ter os seus trabalhos nesses  
3 dois eixos de departamento. Em 29 de junho de 2020, esse conceito dos dois departamentos foi  
4 aprovado pela congregação da FEA. Então esse é o histórico de como chegaram nessa estrutura  
5 departamental, isso foi absolutamente discutido com a comunidade, e tiveram a necessidade de  
6 uma assessoria externa. A despeito da insatisfação da professora Gláucia, assim que receberam  
7 essa incumbência, ela e o professor Julian juntos a procuraram, por ser a representante da área  
8 de Alimentos na Capes, e a convidaram para participar e apoiá-los nessa empreitada, que  
9 reconhecem ser muito difícil. A própria Capes já vem discutindo a necessidade de possível  
10 integração de programas de pós-graduação justamente para terem sustentabilidade. Não é  
11 sustentável hoje em dia, na situação que vivem, um programa de pós-graduação com seis, cinco  
12 docentes. Então convidaram a professora para participar dessa empreitada, fazendo um olhar  
13 tanto para a questão administrativa quanto para a qualidade da ciência produzida pela Faculdade  
14 de Engenharia de Alimentos. Foi uma pena que a professora Gláucia não se dispôs a se juntar  
15 a essa tarefa, porque acha que teriam chegado com muito mais sucesso, pelas características e  
16 pelo olhar competente que ela tem sobre a FEA, com sua experiência inquestionável da  
17 administração da FEA, teriam conseguido chegar a esse resultado talvez por um processo menos  
18 árduo do que a FEA trilhou para chegar. Considera que isso é um sucesso e que a Faculdade  
19 está de parabéns. A FEA não encolheu; na sua visão, ela pode florescer. A Conselheira  
20 GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que a professora Mirna falou corretamente, ela de fato a  
21 convidou e participou do GT até quando foi possível, porque depois teve licenças. Mas  
22 acompanhou de perto todas as movimentações, e em nenhum momento deixou de manifestar a  
23 sua opinião. Com relação à Capes, acha bastante preocupante porque há um movimento no país  
24 de encolhimento da pós-graduação também, inclusive com fusões cujo interesse maior  
25 infelizmente não é o crescimento da pós-graduação, então precisam ter toda a cautela possível  
26 neste momento. O Conselheiro ANDRÉ VICTOR LUCCI FREITAS diz, sobre esse assunto  
27 que já havia aparecido no último Consu em relação a outro departamento, que precisam tomar  
28 cuidado para não confundir presença de estruturas administrativas com eficiência em pesquisa  
29 ou em soluções acadêmicas, ou qualquer outro critério acadêmico que seja. Cita como exemplo  
30 o próprio Instituto de Biologia; há dois ex-diretores participando da reunião de hoje, professora  
31 Shirlei, como chefe de Gabinete adjunta, e professor Alexandre Leite, como titular da  
32 representação docente, e eles podem comprovar. Fizeram duas reformas administrativas, uma  
33 delas bastante grande, reduzindo de 11 departamentos para cinco no IB. E, sendo sincero, por  
34 ele teria reduzido até mais. Acha que mais do que apenas economia, um departamento não está  
35 relacionado com excelência acadêmica de pós-graduação ou de pesquisa. Brigas internas são  
36 questões internas do Instituto, não são relacionadas à estrutura departamental. Como exemplo,  
37 o Instituto tem o curso de pós-graduação em Ecologia que é o melhor do país, foi o primeiro  
38 curso 7, continua 7, um dos primeiros três cursos de Ecologia a serem criados, e nunca existiu  
39 um departamento de Ecologia no IB. Então, as questões administrativas não devem se confundir  
40 com as questões acadêmicas, que são as relevantes. Coloca-se à disposição dos professores

1 Gláucia e Álvaro Bianchi, caso desejem conhecer melhor a experiência do IB e como essa  
2 reforma não afetou de maneira alguma a excelência acadêmica. Tem certeza de que os  
3 professores Alexandre, Shirlei e Paulo Mazzafera também podem atestar que não há relação  
4 direta entre excelência acadêmica, eficiência e estrutura administrativa. A Conselheira  
5 PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR diz que há várias questões a serem levadas em  
6 consideração, uma delas é o fato de estar nos Estatutos, que evidentemente precisa ser seguido.  
7 Porém, o artigo 85-A prevê que o Conselho Universitário pode, em caráter excepcional,  
8 autorizar a permanência de um departamento com um número menor de docentes, por um limite  
9 de 24 meses, desde que haja justificativas acadêmicas. E parece-lhe que as justificativas que a  
10 professora Gláucia trouxe são justificativas acadêmicas. Pode ser que em outras unidades tenha  
11 funcionado a junção de departamentos, acha que cada caso é um caso, não é porque funciona  
12 em um que vai funcionar nas outras. A professora Gláucia trouxe diversos problemas que estão  
13 ocorrendo em decorrência dessa fusão, que devem ser considerados. Concorde com o que ela  
14 disse em relação às fusões que estão sendo propostas pela Capes, o que também é um assunto  
15 que os representantes da pós-graduação encaram com muita preocupação, pois não lhes parece  
16 que será algo positivo, muito pelo contrário. Propõe que utilizem o artigo 85-A para discutir a  
17 manutenção desses departamentos. O MAGNÍFICO REITOR diz que a professora Gláucia  
18 trouxe aqui sua opinião legítima, como conselheira, mas existe uma aprovação da congregação  
19 da Faculdade de Engenharia de Alimentos para essa reforma. A professora Mirna colocou o  
20 histórico, não foi de um dia para o outro, foi detalhado e tem uma aprovação de uma  
21 congregação contra uma opinião importante e legítima de uma conselheira. O Conselheiro  
22 MATHEUS ALVES ALBINO diz que, como a conselheira Patrícia colocou, os mesmos  
23 Estatutos que estabelecem o número mínimo no mesmo artigo dão ao Conselho Universitário  
24 autonomia para decidir de acordo com critérios acadêmicos. Isso ocorre para resguardar a  
25 autonomia das unidades em cenários excepcionais. Os Estatutos deixam isso claro, e todos os  
26 diretores são conhecedores dos Estatutos. Se não há relação entre excelência acadêmica e  
27 estrutura administrativa, como disse o professor André Freitas, pergunta por que a FCA  
28 continua como um dos únicos exemplos de uma estrutura sem departamentos. A resposta é  
29 porque cada unidade, dentro do seu plano, dentro dos critérios acadêmicos, pode decidir, deve  
30 ter autonomia em uma universidade pública de decidir a sua estrutura departamental. Quando  
31 se aproxima a consulta para Reitor, alguns grupos acabam usando isso para dizer que estão  
32 trabalhando, tornando a estrutura mais enxuta, e acha que essa questão precisa ser  
33 descontaminada de teor político, precisam encarar as coisas como Conselho Universitário, com  
34 seriedade e pela perspectiva acadêmica. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz  
35 que está corretíssimo o que os conselheiros Matheus e Patrícia colocaram; existe uma fala sobre  
36 o que é acadêmico e o que não é acadêmico dentro da discussão, como se fosse uma  
37 desqualificação do debate político, acadêmico, e que tem a ver com a questão da estrutura dos  
38 departamentos. Precisam chegar ao mesmo entendimento do que seria essa definição de  
39 atividade acadêmica; a visão da representação discente é a mesma da professora Gláucia, trata-  
40 se de uma questão acadêmica. O debate é estritamente acadêmico quando falam sobre a



1 manutenção do departamento pela sua importância acadêmica. Cada unidade, dentro da sua  
2 autonomia, tem a sua visão sobre essa estrutura, como se mantém, como se organiza, para poder  
3 ter o melhor desenvolvimento acadêmico. A questão da manutenção desses departamentos pela  
4 relação acadêmica não é só ter um falso debate que se traz quando se coloca que só está  
5 discutindo por uma relação administrativa. O administrativo está relacionado ao acadêmico. O  
6 Conselheiro PAULO REGIS CARON RUFFINO diz que muito do que ia dizer já foi dito pelos  
7 professores André e Mirna. Cumprimenta a professora Mirna pelo esforço de gestão e por suas  
8 palavras, pela grandeza da FEA de ter feito o que fez e pelo esforço. Solicita que sejam tiradas  
9 da discussão palavras e expressões do tipo “extinção de departamento”, “fechamento”,  
10 “supressão”, “encerrar departamento”, pois não se trata de nada disso. A pesquisa científica e a  
11 reputação desses professores não estão relacionadas com a parte administrativa, é muito mais  
12 do que isso. Claro que a reputação da FEA é altíssima e é um orgulho para a Unicamp, então  
13 não se trata disso, de não reconhecer o campo disciplinar. Muito pelo contrário. Também acha  
14 que não se trata de uma separação de departamentos, que pode gerar brigas etc., trata-se de uma  
15 fusão de departamentos. Isso é para ser celebrado, isso é para gerar um crescimento ainda maior.  
16 E, mais do que isso, seguiram o regulamento da Unicamp, isso é respeito, é solidariedade com  
17 todos os outros grupos de pesquisa que a Universidade tem, que são centenas. O professor  
18 André não veio aqui propor para criar um departamento de Ecologia. Como diretor do Imecc,  
19 não vai propor a criação de um departamento de Geometria, embora houvesse muito mais do  
20 que 10 docentes um departamento como esse, mas não cabe, não precisa, e acha que isso é sinal  
21 de grandeza, de respeito com toda a Universidade. Então mais uma vez parabeniza a professora  
22 Mirna, e acha que estão indo na direção correta. Não se trata só de R\$40 mil a mais ou a menos,  
23 mas é o tempo de um chefe de departamento que em vez de estar fazendo ensino e pesquisa,  
24 vai perder, horas, dias ou semanas acumuladas durante o ano, com funções burocráticas, com  
25 reuniões etc., algo desnecessário porque tem menos de 10 professores, é uma coisa  
26 relativamente simples de ser feita. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES  
27 FILHO diz já havia se manifestado sobre um assunto parecido na reunião da CAD, aqui esse  
28 assunto volta, e o próximo item da pauta tem exatamente a ver com este assunto. A professora  
29 Mirna acabou de dar um ótimo exemplo do esforço interno baseado em planejamento e em uma  
30 discussão certamente acadêmica e também administrativa; as duas coisas caminham juntas, mas  
31 evidentemente o acadêmico vem antes. As caixinhas são importantes, mas o mais importante é  
32 a discussão do conteúdo, de como se organizar. Como mencionou da outra vez, a  
33 disciplinaridade é uma questão importante, é uma força impressionante que existe dentro da  
34 Universidade. Brinca que é a quinta força da natureza, pois é muito difícil sair de dentro da  
35 disciplinaridade e desenvolver na unidade uma perspectiva mais pluridisciplinar, multi, inter,  
36 transdisciplinar, o termo que quiserem. E acha que a discussão que a professora Mirna relatou  
37 aqui é um exemplo. O IG teve um processo desse, não era ele o diretor à época, era o professor  
38 Roberto Xavier. Teve de ser mudada a configuração departamental, aliás, é a terceira vez que  
39 o IG muda a configuração departamental se adaptando aos novos tempos, se adaptando a como  
40 as disciplinas se reorganizam, como as áreas interagem, como o próprio planejamento do

1 Instituto aponta. Acha que precisam ter essa flexibilidade. Parabeniza a FEA, a professora  
2 Mirna, por ter levado um trabalho que deve ter sido muito desgastante. Não é fácil enfrentar  
3 esse tipo de situação dentro das unidades, e acha que a FEA deu um grande passo. Como a  
4 professora Mirna mencionou, possivelmente vão florescer novas atividades e novos resultados  
5 de produtos da Faculdade. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que, como  
6 lembrou o professor Marcelo, uma vez que essa reestruturação departamental foi aprovada na  
7 congregação, as questões acadêmicas já foram muito bem cuidadas. Quando a congregação diz  
8 ao Conselho Universitário que aprovou essa reestruturação, ele deve apoiar a unidade, que de  
9 uma forma madura e consequente fez as adequações necessárias para atender os regimentos da  
10 Universidade. Sua fala vai na direção da manifestação do professor Sérgio, de cumprimentar a  
11 professora Mirna e, na figura dela como diretora aqui presente, toda a FEA, inclusive a  
12 professora Gláucia, por essa maturidade e essa consequência. A FEA é um exemplo de  
13 atendimento ao que a Universidade precisa fazer nos dias de hoje. O Conselheiro FRANCISCO  
14 DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO parabeniza a professora Mirna, o professor Julian  
15 e o grupo todo de professores da FEA por essa proposta. Acompanhou o trabalho da professora  
16 Mirna, do professor Julian, discutiram esse assunto por muito tempo dentro da unidade, é  
17 testemunha do esforço deles para construir uma proposta que fosse ao mesmo tempo  
18 academicamente bem elaborada e que atendesse, naturalmente, aos Estatutos da Universidade,  
19 do qual não podem escapar. E isso foi feito com apoio da PRDU em todos os momentos,  
20 discutiram esse assunto junto com a certificação da FEA, fizeram algumas reuniões na PRDU,  
21 e tem a impressão de que a FEA conseguiu encontrar o perfeito equilíbrio entre excelência  
22 acadêmica e atendimento ao que prescrevem os Estatutos, e isso não poderia ter sido feito se  
23 não fosse pela competência da professora Mirna e do professor Julian. A Conselheira ANNA  
24 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que sua fala vai na direção de uma certa preocupação  
25 em relação a essas questões de verdades gerais em nome de interesses muito específicos. O  
26 histórico de construção da Universidade se dá em torno de questões disciplinares, os  
27 departamentos não foram criados à toa. Não está se referindo ao processo da FEA, que parece  
28 ter sido bastante discutido dentro da comunidade, apesar de que a preocupa muito, talvez a FEA  
29 possa fazer isso em função da identidade que tem dentro da Universidade, a contratação de uma  
30 empresa, de uma assessoria para discutir planejamento departamental. Acha muito interessante  
31 olharem todas essas questões. Não acha que nenhuma unidade é modelo para a outro, e fica  
32 muito preocupada com as falas nesse sentido, em função do fato de que as unidades têm suas  
33 trajetórias internas, que precisam ser respeitadas, e é importante que elas não se transformem  
34 necessariamente em um modelo para toda a Universidade. Redução nunca foi algo modelar  
35 necessariamente. Em outros tempos, a criação de departamentos é que era importante. É óbvio  
36 que estão falando de palavras, e acha que as palavras são importantes, criação e extinção são  
37 dois movimentos em sentidos diferentes e as pessoas vão escolher falar sobre isso dependendo  
38 do tipo de objetivo, propósito, e como se inserem no interior da Universidade em relação a esses  
39 alunos. Vai agora abordar o problema da relação entre o nome dos departamentos e as áreas do  
40 conhecimento. É óbvio que várias áreas do conhecimento são, no caso das tabelas do CNPq,

1 bastante fragmentadas, ou divididas, superespecializadas. É óbvio que não é verdade que os  
2 departamentos têm o nome das áreas de pesquisa, mas também é óbvio que é possível que seja  
3 exatamente isso, os temas de pesquisa são representados por departamentos, então acha que  
4 isso não é algo trivial nessa discussão. Está preocupada com falas feitas aqui como se tivessem  
5 de seguir um modelo que, na sua opinião, está começando a lhes dizer que é preciso vir gente  
6 de fora para determinar qual é o melhor planejamento para eles internamente. E imagina que as  
7 unidades que não tiverem recursos para isso, talvez não consigam fazer suas melhores  
8 reformulações, e quem sabe no futuro possam ser até extintas em função disso. Pensa que  
9 precisam pensar um pouco na história, que leva, por exemplo, à minguação de departamentos,  
10 como políticas de não contratação, esse arrocho que tiveram ao longo dos anos em relação à  
11 não contratação de docentes. E agora estão dizendo novamente que não precisam e não podem  
12 contratar docentes em função, novamente, dos contextos. A Universidade vive há décadas  
13 dizendo que não pode contratar, ou que pode contratar de forma muito especial. Então essas  
14 trajetórias, essas motivações que levam às vezes à diminuição dos professores do departamento  
15 nunca são consideradas nesses novos tempos, em que sempre precisam se adequar a uma nova  
16 realidade ou a uma racionalidade que não necessariamente é uma racionalidade boa para as  
17 unidades e para as universidades. Pode ser muito boa para algumas unidades e para algumas  
18 universidades, e sob certos parâmetros, não sob todos. Respeita muito o processo que aconteceu  
19 na FEA, não tem nada a dizer sobre ele, apenas sobre as avaliações que foram feitas sobre ele.  
20 As avaliações a preocupam, principalmente em função do próprio relato da professora Mirna.  
21 Acha que essas questões internas são importantes para saberem como acontece dentro das  
22 unidades, mas também é importante saber que estão, há muito tempo, sob um regime de  
23 escassez, como diz o professor Belluzzo. Então é sob esse regime de escassez que fazem  
24 reformulações, e necessariamente elas podem ser interessantes para certo momento, mas não  
25 necessariamente são valorosas porque são em função da escassez. A Conselheira TERESA DIB  
26 ZAMBON ATVARS diz que falas são falas, mas além de falas, há fatos. O primeiro fato é  
27 como leem os Estatutos; leem como querem, não como ele está escrito. E está escrito que é  
28 possível ter departamentos com menos de dez professores, estabelecido um prazo para que isso  
29 se ajuste. Pergunta que prazo, o prazo a partir de hoje ou o prazo a partir de uma deliberação  
30 do Conselho Universitário de 2012, que concedeu aos departamentos que tinham menos de 10  
31 professores o prazo de 24 meses para serem ajustados. Portanto, terminaria em 2014. Esse  
32 assunto está sendo colocado em pauta, portanto, desde 2014, em uma época em que,  
33 diferentemente do que se disse aqui no Conselho Universitário, não havia escassez, e uma época  
34 em que houve reposição automática de professores, que permaneceu durante alguns anos, não  
35 foi um ano ou dois. E, claro, as unidades discutem internamente onde contratar, com base nos  
36 seus critérios acadêmicos; a Administração Central nunca diz “vai contratar em tal lugar”, ela  
37 diz “pode contratar”, e as unidades optam onde contratar. Isso aconteceu em todos os casos, em  
38 todas as unidades. Portanto, ler os Estatutos é importante, com o devido cuidado, vendo  
39 inclusive que ele permite a opção de ter departamentos ou não ter departamentos, e duas  
40 unidades da Unicamp optaram por não tê-los, a Feagri e a FCA. Outro ponto é sobre a liberdade

1 acadêmica, um princípio do qual a Unicamp não abre mão. Liberdade acadêmica não tem nada  
2 a ver com liberdade administrativa, não tem nada a ver com as formas de organização  
3 administrativa. Vê com muito bons olhos o projeto que foi apresentado aqui, consistente, de  
4 integração entre áreas. Aliás, para os membros do Conselho Universitário que participaram da  
5 reunião extraordinária, no qual foi discutido o relatório de avaliação institucional, observa que  
6 o parecer da comissão externa recomenda que a Unicamp adote medidas para melhor integração  
7 entre as áreas e entre cursos, justamente buscando uma maior interdisciplinaridade na formação  
8 dos estudantes e das linhas de pesquisa. E, finalmente, também é importante comentar sobre a  
9 relação entre o curso de pós-graduação e áreas e departamentos; essa é uma relação que em  
10 alguns lugares pode existir, mas ela não é o condicionante da qualidade. E há na Unicamp  
11 dezenas de casos em que essa condicionante não se apresenta. Do ponto de vista objetivo,  
12 possuem uma boa proposta, que não é não será unânime, mas que está muito bem estruturada e  
13 tem as suas razões objetivas. Enfatiza que esse processo de conceder prazos foi uma prática na  
14 sua gestão na PRDU e é uma prática atual da PRDU. Não estão atropelando os processos, estão  
15 dando até o limite do que é possível os prazos, e deram, na gestão passada e nesta gestão, para  
16 que as unidades fossem se ajustando aos Estatutos. É um assunto que não é simples, é polêmico  
17 e, sem dúvida nenhuma, não terá unanimidade. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO  
18 REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 47 votos favoráveis, 13 votos  
19 contrários e 07 abstenções. Informa que ainda há os itens 13 e 25, e propõe uma inversão, para  
20 que possam fechar até o almoço o item 25, que deve ser mais simples. Obtendo a concordância  
21 do plenário, passa ao item 25 – Proc. nº 01-P-8371/2020 –, da Agência de Inovação da Unicamp  
22 – Inova, que trata do Contrato de Cessão de Direitos de Propriedade Intelectual, entre as partes  
23 Unicamp e Zasso Brasil Indústria e Comércio de Máquinas Ltda., tendo como executores:  
24 Newton Cesario Frateschi, Marina Luciana da Silva, Iara Regina da Silva Ferreira e Raquel  
25 Moutinho Barbosa, Data de Assinatura: a ser celebrado, Vigência: Indeterminada, Recursos:  
26 R\$22.000,00, Resumo do Objeto: estabelecer a cessão da Unicamp à Zasso da Propriedade  
27 Intelectual da tecnologia “Dispositivo de desativação de ervas daninhas”, depositada junto ao  
28 Instituto Nacional de Propriedade Industrial – Inpi sob o nº BR 11 2019 020016 em 27/11/2017,  
29 bem como de todos os resultados, metodologias, inovações técnicas, produtos, processos e  
30 *know-how*, privilegiáveis ou não, obtidos em virtude da tecnologia. O item foi destacado pelo  
31 professor Sávio. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que leu os  
32 documentos dessa solicitação da Inova em relação a uma discussão a respeito de patentes, e  
33 como imagina que esse tema vá aparecer tantas outras vezes, já apareceram algumas, gostaria  
34 de entender melhor como funcionam essas decisões. No caso em tela, a Unicamp está abdicando  
35 de 10% dos direitos sobre a patente. Embora exista um imbróglio, porque isso não foi  
36 formalizado ainda, entendeu que está com uma dificuldade na formalização, tem duas  
37 perguntas: a primeira é por que a Unicamp está abdicando desses direitos, e a segunda é como  
38 se estimam os valores disso, para terem uma ideia mais fundamentada de como fazer a  
39 aprovação ou reprovação da solicitação. Neste caso, o valor estimado são R\$22 mil. Confessa  
40 que não tem condições de avaliar se isso é pouco, se isso é muito, se é de acordo com o interesse

1 da Universidade passar 10% dessa patente por esse valor. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
2 solicitou ao professor Newton Frateschi, da Inova, para esclarecer. Ele entrou na reunião mas  
3 sua conexão caiu. O Conselheiro JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que se lembra  
4 de que na época da aprovação do projeto Inova-se, a ideia era de que iria para o Conselho  
5 Universitário para aprovação exclusivamente os contratos e convênios em que houvesse  
6 concessão de propriedade intelectual. Solicita confirmação se é isso mesmo. O MAGNÍFICO  
7 REITOR responde que sim. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS diz que quando  
8 retiraram convênios e contratos do Conselho Universitário como reforma estatutária, deixamos  
9 no Conselho Universitário aqueles convênio em que a Unicamp abre mão dos seus direitos,  
10 como são os casos na Ordem do Dia de hoje. Todos os outros casos estão para deliberação na  
11 CAD ou na Cepe, dependendo do tipo de assunto. Mas não tem informação sobre como se faz  
12 o cálculo. O MAGNÍFICO REITOR diz que também preferia que o professor Newton  
13 respondesse. Como ele caiu da reunião, deixará essa resposta para o início da reunião à tarde,  
14 caso ele esteja presente. Em seguida, faz uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o  
15 MAGNÍFICO REITOR solicita ao professor Newton Frateschi que responda ao  
16 questionamento do conselheiro Sávio. O Professor NEWTON CESÁRIO FRATESCHI pede  
17 desculpas por não ter conseguido responder pela manhã, teve problemas com a internet. Esta é  
18 uma boa oportunidade em esclarecer como funcionam esses processos. Basicamente cabe ao  
19 núcleo de inovação tecnológica, de acordo com a política de inovação, todo o gerenciamento e  
20 a negociação do portfólio da propriedade intelectual ou de conhecimento, do ponto de vista do  
21 *know how*, todas as formas possíveis de proteção da Universidade. No caso em particular, pode  
22 haver licenciamento, transferência de tecnologia às vezes para uma empresa, ou a cessão. A  
23 cessão é quando se transfere a titularidade daquela propriedade intelectual. A Inova é capacitada  
24 há muitos anos para fazer avaliação mercadológica, a avaliação que seja mais vantajosa para a  
25 Unicamp. É um processo baseado na experiência que a Inova tem, de muitos anos, de avaliar a  
26 proposta, no caso de cessão de tecnologia, e trazem para o Conselho Universitário aprovar. Se  
27 o Conselho Universitário aprovar, vai seguir o que a Inova entendeu como mais vantajoso para  
28 a Unicamp. Se o Consu não aceitar, precisam voltar e negociar algo diferente. Nesse caso, trata-  
29 se de uma tecnologia que havia sido depositada já há algum tempo, não está sendo utilizada de  
30 fato; há inventores na Universidade, mas a titularidade não estava acertada. Estão trabalhando  
31 há cerca de dois anos para acertar a titularidade, para ter certeza de que a Unicamp faz parte, é  
32 cotitular, e a empresa manifestou interesse de ter a titularidade toda. Ela poderia ter deixado a  
33 cotitularidade e ter licenciado para eventuais pagamentos de ganhos econômicos, mas a  
34 negociação a que se chegou foi essa que está proposta aqui, e pelo fato de ser uma negociação  
35 de cessão da tecnologia, em que a partir daí a titularidade não é mais da Unicamp, a Inova  
36 avaliou o mercado, avaliou as condições da proposta, e trouxe para o Consu com seu parecer  
37 favorável. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE pergunta se é uma exigência  
38 da empresa que a Unicamp abdique desses 10%, e se quando se faz essa cessão completa,  
39 qualquer ganho com a tecnologia não gera retorno para a Universidade. O Professor NEWTON  
40 CESÁRIO FRATESCHI responde que há várias maneiras de transferir a tecnologia e negociar

1 o ganho para a Universidade. É como se fosse uma aposta, há uma divisão de titularidade, que  
2 às vezes pode ser 50%, pode ser mais ou menos, dependendo de cada caso. As negociações  
3 também são caso a caso. Ninguém pode pedir isso ou aquilo, é uma negociação. Ocorre que às  
4 vezes ficam todos os custos divididos na mesma proporção, custos de manutenção da patente,  
5 fica tudo por conta da divisão da titularidade. Nesse caso, a partir desse momento não há mais  
6 nenhum custo com ela junto ao Inpi, onde tem a proteção. Quando é assim, se ficam com os  
7 custos da manutenção da propriedade intelectual e eventualmente a empresa comercializar ou  
8 tiver algum ganho com aquilo, teriam de negociar os *royalties* quando utilizar a tecnologia.  
9 Essa é uma opção. Muitas vezes a avaliação da Inova é de que é melhor, em vez de fazer essa  
10 aposta para o futuro, se é uma tecnologia realmente disruptiva, que acreditam que vai ser algo  
11 que pode levar a um grande ganho, vão negociar. Se acharem que é melhor, já resolvem isso de  
12 uma vez, faz a cessão, e dessa forma antecipam o quanto acabariam ganhando de qualquer  
13 forma. É até bom poder falar isso aqui porque as pessoas entendem mais ou menos como  
14 trabalham, e é sempre da forma mais vantajosa para a Unicamp, sem sombra de dúvida. Não  
15 havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é  
16 aprovada com 52 votos favoráveis, 04 votos contrários e 06 abstenções. Diz que alguns  
17 conselheiros avisaram que terão de sair em breve da reunião, e há um item que depende de 2/3  
18 para aprovação, pois se trata de mudança estatutária. Então solicita mais uma vez a inversão da  
19 pauta, para discutirem primeiro o item da Ordem do Dia Suplementar. Havendo concordância  
20 do plenário, passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Procs. nºs 01-P-1300/1967 e 01-  
21 P-02719/2001 –, que trata de minutas de deliberações Consu que alteram os Estatutos, o  
22 Regimento Geral da Unicamp e o Regimento Interno do Conselho Universitário, de acordo com  
23 propostas apresentadas pela CGU e ProEC, conforme segue: a) Estatutos: Revogações: art. 5º,  
24 § 1º, item 6; art. 6º; art. 17, inciso V; parágrafo único do art. 21; art. 30, §§ 1º a 3º; arts. 34; 35;  
25 36; 37; 38; 42; art. 48, inciso I, alíneas “o” e “q”; art. 49, inciso II, alíneas “a”, “b” e “f”; art.  
26 49, inciso VI; art. 52, § 1º; art. 56, incisos IV a IX e § 2º; arts. 103 e 104. Alterações: art. 2º,  
27 incisos III, IV e V; art. 4º, caput; art. 5º, caput, § 1º e item 5; art. 14; art. 16; art. 17, § 3º; art.  
28 28, *caput*; art. 30, *caput*; art. 33; art. 48, inciso I, alíneas “c” e “z”; art. 48, inciso II, alínea “c”;  
29 art. 49, inciso I, “d” e “f”; art. 49, inciso II e alínea “c”; art. 49, incisos III e VIII; art. 50, inciso  
30 I, alínea “h”; art. 52, inciso I e alíneas e § 2º; art. 56, § 1º; art. 76, inciso VI; art. 83, *caput*,  
31 incisos III e V; art. 85, inciso I; art. 88; art. 91; art. 105, caput, §§ 1º e 2º; art. 107, §§ 1º e 2º;  
32 art. 123, caput e parágrafo único; art. 129; art. 132; art. 151, inciso VIII. Inclusões: art. 5º –  
33 inclusão dos incisos XI a XXIV; “Título IV.A Da Extensão” com os arts 43-A a 43-G; art. 49,  
34 inciso I – inclusão da alínea “g”; art. 49, inciso II – inclusão de alínea “g”; art. 50, inciso I –  
35 inclusão da alínea “l”; art. 101, § 1º – inclusão de alínea “f”. b) Regimento Geral: Revogações:  
36 art. 5º, item 6 do § 1º; art. 6º; art. 31, inciso V; art. 37, parágrafo único; art. 47, §§§ 1º, 2º e 3º;  
37 arts. 69, 70, 71, 72 e 73; art. 77; art. 83, inciso I, alíneas “o” e “q”; art. 84, inciso II, alíneas “a”,  
38 “b” e “f”; art. 84, inciso VI; art. 91, incisos IV a IX e § 2º; art. 170; art. 175; art. 176, § 3º.  
39 Alterações: art. 2º, incisos III, IV e V; art. 4º; art. 5º, *caput*, § 1º e item 5; art. 28; art. 30; art.  
40 31, § 3º; art. 33; art. 43; art. 47, *caput* e § 4º; art. 83, inciso I, alíneas “c” e “z”; art. 83, inciso

1 II, alínea “c”; art. 84, inciso I, alíneas “d” e “f”; art. 84, inciso II e alínea “c”; art. 84, inciso III;  
2 art. 84, inciso VIII; art. 85, inciso I, alínea “h”; art. 87; art. 91, § 1º; art. 138, inciso VI; art. 144;  
3 art. 145; art. 146, incisos III e V; art. 147, item 2; art. 149, inciso I; art. 154; art. 157; art. 166,  
4 § 1º, alínea “f”; art. 172, § 6º, item 1; art. 176, caput, §§ 1º e 2º; art. 179, §§ 1º e 2º; art. 204,  
5 parágrafo único; art. 212; art. 215; art. 221; art. 239, inciso IV. Inclusões: índice – inserção de  
6 título; art. 5º – inclusão dos incisos XI a XXIV; “Título III.A Da Extensão” com os arts. 73-A  
7 a 73-G; art. 84, inciso I – inclusão da alínea “g”; art. 84, inciso II – inclusão da alínea “g”; art.  
8 85, inciso I – inclusão da alínea “l”. c) Regimento Interno do Conselho Universitário:  
9 Revogações: art. 8º, inciso I, alíneas “o” e “q”; art. 9º, inciso II, alíneas “a”, “b” e “f”; art. 9º,  
10 inciso VI. Alterações: art. 8º, inciso I, alíneas “c” e “z”; art. 8º, inciso II, alínea “c”; art. 9º,  
11 inciso I, alíneas “d” e “f”; art. 9º, inciso II e alínea “c”; art. 9º, incisos III e VIII; art. 10, inciso  
12 I, alínea “h”; art. 11, caput e alíneas. Inclusões: art. 9º, inciso I – incluída alínea “g”; art. 9º,  
13 inciso II – incluída alínea “g”; art. 10, inciso I – inclusão da alínea “l”.a Passa a palavra à  
14 professora Teresa, para que faça uma explicação. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON  
15 ATVARS diz que estão propondo uma série de mudanças nos Estatutos, seguindo mais ou  
16 menos a rotina com a qual já vêm trabalhando há bastante tempo. Considerando que na semana  
17 passada fizeram diversas conversas com membros do Conselho Universitário, todos aqueles  
18 que se dispuseram a conversar, em particular com o professor Hashimoto e ela, surgiram alguns  
19 questionamentos sobre dois itens da proposta de alteração estatutária que estão fazendo. A partir  
20 então dessas conversas, acharam que é uma boa prática apresentarem sempre propostas que são  
21 o mais consensuais possível, e esses dois itens que foram apresentados nas conversas mostraram  
22 que dificilmente terão um consenso. Por isso a CGU, que é quem propôs parte das medidas que  
23 estão colocadas na pauta, está tomando a decisão de retirar, em caráter definitivo, dois dos itens  
24 da proposta, e com isso permanece a redação vigente dos Estatutos. O primeiro é a proposta de  
25 reformulação do item Q do artigo 48 dos Estatutos atuais. Esse item está no texto que a  
26 Secretaria Geral apresentou como uma parte do artigo 14. Estão, portanto, retirando esse  
27 assunto da discussão. O segundo item que estão retirando da discussão é o item H, que consta  
28 do artigo 50 do texto dos Estatutos atuais, e que no texto encaminhado pela Secretaria Geral  
29 aparece como artigo 14. Esse item também está sendo retirado, em caráter definitivo, de modo  
30 que não reapresentarão em outras oportunidades essas duas alterações, permanecendo, portanto,  
31 a redação atual dos Estatutos. Para os outros itens, consideraram nas conversas que havia um  
32 certo consenso, talvez uma dúvida ou outra, e mantiveram então a proposta na forma como ela  
33 foi apresentada. A proposta como um todo possui dois blocos: um bloco apresentado pela CGU  
34 com diversas modificações visando desburocratizar, aperfeiçoar os Estatutos, remover coisas  
35 que não são mais atuais, e tem toda uma proposta oriunda do Conex, apresentada pelo professor  
36 Hashimoto, que trata da reestruturação dos assuntos relacionados à extensão universitária, que  
37 depois detalham um pouco mais. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao professor Fernando se  
38 ele deseja comentar a construção da proposta no Conex. O Conselheiro FERNANDO  
39 AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que em 2017 a ProEC realizou um estudo em  
40 cima dos documentos da Universidade que tratavam de extensão, e desde lá têm observado que

1 pouca atenção tem sido dada para a extensão nesses documentos, bem como na estruturação  
2 dos conselhos que deliberam sobre extensão na Universidade. Então, em 2018, começaram a  
3 fazer pelo Conex, que é o conselho de todos os coordenadores de extensão, uma proposta de  
4 alteração desses Estatutos, começaram pelos Estatutos, debateram regimentos e chegaram até  
5 o regimento do curso, que se for aprovada essa proposta, vão fazer em outro momento, tentando  
6 atualizar um pouco dos conceitos do que entendem de extensão. A Universidade, apesar de ter  
7 esse tripé, não tem sequer nos Estatutos um capítulo específico de extensão. E muitas coisas  
8 tratadas na extensão estão ligadas somente a cursos de extensão, ou seja, uma das ações de  
9 extensão, que é o termo que utilizam hoje em dia, está muito ligada somente a uma relação de  
10 curso de extensão. Existe uma tradição aqui, que não podem negar, que é grande parte das ações  
11 de extensão, mas possuem uma extensão pujante aqui na Universidade e que muitas vezes não  
12 está refletida nesses documentos. Começaram o estudo em 2018 e naquele mesmo momento  
13 criaram um GT e começaram a discutir sobre *lato sensu*, mas entenderam que sendo ela  
14 aprovada ou não, teriam um texto da extensão ou outro, então decidiram esperar. Até cerca de  
15 seis meses atrás, achou que isso tinha sido um erro, porque demorou muito, poderiam ter feito  
16 essas alterações já no início, no meio da gestão. Mas, como sempre tem dito, a extensão nas  
17 universidades públicas no Brasil tem sido feita praticamente por uma autogestão através do  
18 fórum de pró-reitores nacional, de universidades públicas, que é o Foproex, o fórum para pró-  
19 reitores. Lá são feitos estudos, e a Unicamp, não só nesta gestão, mas em muitas gestões  
20 anteriores, tem toda uma tradição e uma atividade importante dentro desse fórum. Conseguiram,  
21 no ano passado, por uma ação do Foproex, no estado de São Paulo mais fortemente a Unicamp  
22 e a Unesp, através da professora Cleópatra, Pró-Reitora de Extensão, aprovação da lei federal,  
23 que é o primeiro marco que conseguem na extensão, e lá consta a curricularização da extensão  
24 e outros pontos. E no final então, esse tempo que deixaram para discutir agora, na verdade,  
25 acabou sendo bom porque muito do que está na lei, muito do que acreditam como Foproex está  
26 contemplado nessas mudanças. Há o reflexo direto dessa visão de extensão um pouco mais  
27 atualizada do que os conceitos que estão nos Estatutos. Isso foi discutido no Conex, fizeram  
28 visitas às unidades no início da gestão, depois o Conex promoveu uma discussão, que chegou  
29 a quase um ano, sobre essas alterações que aqui foram apresentadas, votadas, ou seja, com  
30 consenso no Conex, e com muita discussão nas unidades. Na proposta, basicamente existe uma  
31 parte conceitual, em que revisam alguns pontos da extensão. Outra é simplesmente uma  
32 inclusão, onde tem “ensino, pesquisa e extensão”, que praticamente não havia nos Estatutos. E  
33 uma contribuição maior, que é uma reestruturação toda, tirando de vários lugares onde cita a  
34 extensão, um título que trata disso, assim como tem do ensino, da pesquisa e também da  
35 extensão. Então são basicamente essas alterações, e elas vão ser repetidas, é claro, no  
36 Regimento também que está aí na pauta e rebate os conceitos e as alterações que foram feitas  
37 nos Estatutos. Se houver alguma dúvida, pode tentar responder. A Conselheira RACHEL  
38 MENEGUELLO diz que vai fazer duas observações, uma delas certamente vai ser bastante  
39 curta porque a professora Teresa já mencionou que a proposta de mudança na alínea ou no item  
40 Q do artigo 48 já foi retirada, mas faz só o comentário de que, de fato, isso lhe causou muita



1 surpresa porque essa questão já tinha aparecido para este Conselho Universitário na sessão de  
2 março de 2018, já tinha sido recusado por este Conselho, o próprio Reitor disse que recusava  
3 essa alteração, e ela voltava agora. Então agora foi identificada claramente a falta de consenso  
4 sobre isso e felizmente ela vai ser retirada em definitivo, sem retorno para este Conselho. A  
5 outra questão tem a ver exatamente com esses pontos que o professor Fernando falava; solicita  
6 esclarecimento sobre o curso de aperfeiçoamento: existe aqui um debate entre a sugestão do  
7 parecer da PG e a CGU, pois a PG não acha que se deve colocar o curso de aperfeiçoamento no  
8 mesmo âmbito dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, por conta de uma resolução do  
9 Conselho Nacional de Educação. A CGU, por sua vez, diz que deve vigorar a LDB. Deseja  
10 entender esse debate que existe entre as duas legislações, para saber o caminho que estão  
11 tomando, se é o mais correto, se é o mais complicado. Então solicita um esclarecimento sobre  
12 o lugar dos cursos de aperfeiçoamento, se ele é de fato dentro do escopo dos cursos de pós-  
13 graduação *lato sensu* ou se ele vai para o curso de extensão eventualmente como  
14 aperfeiçoamento. O MAGNÍFICO REITOR diz que foi um bom destaque da professora Rachel,  
15 isso gerou infinitas discussões aqui, porque precisam seguir a legislação nacional. Depois vão  
16 esclarecer. O Conselheiro PAULO REGIS CARON RUFFINO diz que pelo que está  
17 entendendo, aprovando isso estão revogando a reprovação automática com mais de 25% de  
18 alunos de graduação ou pós-graduação. Pergunta se está entendendo corretamente o artigo 30.  
19 A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que o artigo 43-E determina  
20 que: “as ações de extensão serão planejadas, executadas, por iniciativa dos institutos e das  
21 faculdades, ou solicitação de interessados, mediante aprovação da Cepe. Parágrafo único: a  
22 universidade abster-se-á de instituir ações de extensão desvinculadas das atividades de ensino  
23 e pesquisa do instituto ou faculdade proponente”. Não está entendendo muito bem, porque se é  
24 por solicitação de interessados que não sejam de institutos ou faculdades, entende que poderiam  
25 ser centros e núcleos ou outros órgãos da Unicamp que ofereceriam ações de extensão, pergunta  
26 se essas ações não teriam também de estar vinculadas às atividades de ensino ou, no caso,  
27 pesquisa, desses outros órgãos proponentes. O que a confundiu foi talvez uma aparente exclusão  
28 desses terceiros proponentes de qualquer compromisso com as suas atividades normais, se é  
29 que está entendendo direito a redação do 43-E. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL  
30 diz que está tendo conhecimento de uma mudança tão grande nos Estatutos da Universidade  
31 agora, através desta reunião. Pergunta se todos esses assuntos, inclusive como foi levantado  
32 aqui, questão de notas de alunos etc., além da extensão, claro, foram debatidos largamente nos  
33 âmbitos das unidades de ensino e pesquisa. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que são  
34 simplesmente mudanças de desburocratização e de organização dos Estatutos, que são  
35 antiquados, não têm sentido regras específicas, como, por exemplo, no artigo 30 levantado pelo  
36 professor Paulo, tudo isso está discutido e previsto nos respectivos regimentos gerais, que não  
37 precisam estar nos Estatutos. Não estão abolindo nada e nem mudando nenhuma regra,  
38 simplesmente tem redundância, tem coisa que não deve estar nos Estatutos porque precisa ser  
39 o mais enxuta, mais simples e o mais perene possível. Estão simplesmente propondo, a partir  
40 de uma discussão que já foi feita amplamente, e a professora Rachel que coordenou isso está

1 presente, foram horas e horas de discussão em um GT criado em 2015, depois tiveram grupos  
2 de trabalho de desburocratização na CGU; e o Conex também com seus representantes discutiu  
3 diversos aspectos. Não haverá mudanças drásticas, apenas uma melhor organização dos  
4 Estatutos. Não há nenhuma mudança que seja dramática, do ponto de vista de mudança nas  
5 regras e no funcionamento da Universidade, tudo continua perfeitamente como está dentro dos  
6 regimentos e regulamentos. Passa a palavra para o professor Fernando esclarecer a dúvida da  
7 professora Cláudia, e para a professora Teresa esclarecer a dúvida da professora Rachel. O  
8 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que algumas  
9 iniciativas que possuem são solicitações da sociedade, órgãos públicos, prefeituras, municípios,  
10 mas de fato ficam vinculadas ainda pelos Estatutos às unidades de ensino e pesquisa. Talvez a  
11 redação precise ficar um pouco mais clara; relendo após a observação da professora Cláudia,  
12 acha que podem pensar uma redação mais restritiva. Há muitas ações que saem planejadas para  
13 unidades de ensino e pesquisa, mas algumas são solicitadas por inúmeros convênios de extensão  
14 que possuem. Pergunta se a professora Cláudia tem alguma sugestão para melhorar a redação.  
15 A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS responde que não, e observa que o  
16 que entendeu quando se falava em “outras instâncias” seriam atividades de extensão propostas  
17 por centros ou núcleos. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA  
18 HASHIMOTO diz que não entraram nesse debate, a Cocen tem essa solicitação, trabalhou um  
19 pouco com eles na ProEC, e precisaria começar uma discussão sobre isso. Era diretor na época  
20 da discussão de mudança dos Estatutos, que foi coordenada pela professora Rachel, e pararam  
21 justamente nesse ponto; um dos pontos de muita discussão na época foi esse, então ainda não  
22 tratam desse aspecto. Pelos Estatutos, ainda fica voltado às unidades de ensino e pesquisa. A  
23 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que não está muito satisfeita com  
24 a redação, que considera dúbia, do artigo 43, a menos que dissesse simplesmente: “apenas  
25 institutos e faculdades podem propor atividades de extensão”, porque sendo proposta por uma  
26 prefeitura, teria de ser encampada pelo que o professor Fernando acaba de esclarecer. Mas não  
27 está muito segura de fazer essa proposta, só acha que a redação está dando margem às dúvidas  
28 sobre quem são esses outros que podem propor atividades de extensão. O Conselheiro  
29 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que releu e, de fato, a redação  
30 não reflete a ideia da discussão do Conex para esse termo. Então talvez seja melhor suprimir a  
31 solicitação de interessados, porque, de fato, mesmo que venha uma solicitação de fora, ela tem  
32 de ser aprovada no âmbito da comissão de extensão, departamentos, congregação etc. Então  
33 não faria falta a solicitação de interessados. Acha que o Conex, quando pensou nisso, pensou  
34 em tentar cobrir todas as possibilidades. Mas lendo agora, realmente percebeu que ela deixa  
35 aberta a outras interpretações. Sugere suprimir a partir de “ou solicitação de interessados”. A  
36 Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS concorda. O MAGNÍFICO REITOR  
37 solicita que a professora Teresa esclareça a dúvida levantada pela professora Rachel. A  
38 Conselheira RACHEL MENEGUELLO aproveita para perguntar também sobre os artigos 103  
39 e 104, que, pela proposta, estão sendo revogados. Mas eles não estão indo para lugar nenhum.  
40 Boa parte das alterações sugere retirada de atribuição do Consu, por exemplo, ou da

1 permanência dos Estatutos, para ir para a CAD. Mas tanto esse artigo 103, que fala em  
2 acolhimento, admissão, inscrição de especialista nacionais, estrangeiros, em concursos, como  
3 o artigo 104, que define a admissão de pessoal em três anos, e o prazo somente poderá ser  
4 renovado mediante autorização do Consu, isso está revogado. Pergunta se isso não existe mais  
5 na Universidade ou se foi para algum lugar que não está aqui. A Conselheira TERESA DIB  
6 ZAMBON ATVARS, respondendo a primeira questão, se o curso de aperfeiçoamento é ou não  
7 *lato sensu*, diz que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira o curso de  
8 aperfeiçoamento é pós-graduação *lato sensu*, e é essa a interpretação que estão adotando. A PG  
9 informa que também existe uma resolução do Conselho Nacional de Educação, mas o  
10 entendimento da CGU é que prevalece a lei. Por isso estão retirando esse assunto, com a  
11 compreensão de que a questão da pós-graduação *lato sensu* já foi aprovada na reunião passada  
12 do Conselho Universitário e ela inclui o aperfeiçoamento. A Conselheira RACHEL  
13 MENEGUELLO diz que sua dúvida tem a ver também com o fato de que se a PG mencionou  
14 o Conselho Nacional de Educação, não estariam indo na direção contrária a alguma medida que  
15 no futuro, em alguma eventualidade, algum aluno ou alguém coloque isso em questão, algum  
16 aluno desses cursos, se estão indo contra alguma medida do Conselho Nacional, ou se a LDB  
17 se sobrepõe a tudo isso. É uma questão muito mais jurídica do que do entendimento do valor  
18 da LDB. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que a professora Nancy fez  
19 um apanhado de vários assuntos relacionados a isso, e estão propondo nesta deliberação que o  
20 aperfeiçoamento se mantenha como *lato sensu* na forma da lei. Se há uma interpretação jurídica  
21 e um aluno pode ou não contestar, isso está no âmbito das hipóteses. O fato é que a proposta  
22 que está apresentada implica que se uma unidade quiser oferecer um curso de aperfeiçoamento,  
23 e ela pode fazer, tramitará como pós-graduação *lato sensu*, e não mais como um curso de  
24 extensão universitária. Basicamente é isso o que estão dizendo com essa medida. No que diz  
25 respeito à dúvida levantada pelo professor Paulo Ruffino, se estão revogando a obrigatoriedade  
26 da presença de pelo menos 25%, o que estão dizendo no *caput* do artigo é que tudo isso será  
27 regulado pelo Regimento Geral dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação. Claro que  
28 obedecida a legislação vigente, e a legislação vigente define uma série dessas coisas. Quanto  
29 aos artigos 103 e 104, estão sendo revogados completamente, da mesma forma que fez o GT de  
30 2015, porque o Conselho Universitário não contrata, quem contrata são as unidades, os  
31 departamentos, mediante concurso público. Não podem contratar professores ou pesquisadores  
32 sem concurso público, mesmo que o Conselho Universitário ache absolutamente pertinente.  
33 Sobre onde eles ficam, responde que em lugar nenhum, eles são simplesmente revogados. O  
34 Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que fará um  
35 comentário sobre a sugestão emanada da opinião da professora Claudia e a partir da qual o  
36 professor Fernando pensou em eliminar aquele texto sobre propostas etc. Chama a atenção para  
37 o fato de que esse mesmo compromisso com a sociedade está no artigo 43-F: “Os cursos de  
38 extensão visam a difusão e compartilhamento de conhecimentos e técnicas de trabalho entre  
39 universidades e comunidade”. Quando colocam “compartilhamento”, acha que isso inclui sim  
40 um compromisso com a sociedade, com a possibilidade de haver consultas. Alguns anos atrás,

1 houve uma solicitação de vacinação para populações indígenas no alto do Rio Javari, e fizeram  
2 um esforço para conseguir montar um esquema que respeitasse toda a cultura. Tiveram de  
3 envolver muitas pessoas, não deu certo. Mas acha que esse 43-F põe uma garantia daquela  
4 preocupação que estava expressa naquela parte que ficou um tanto quanto dúbia. O Conselheiro  
5 ANDERSON DE REZENDE ROCHA solicita confirmação se a partir da aprovação desta  
6 mudança hoje teriam que os cursos de difusão e aperfeiçoamento continuam em tramitações  
7 normais, via extensão, e os cursos de especialização e de aperfeiçoamento passam a tramitar  
8 como *lato sensu*. Está nessa dúvida porque, por exemplo, possuem hoje cursos de difusão e  
9 cursos de aperfeiçoamento, pergunta se eles ficariam ainda na extensão. Na fala da professora  
10 Teresa, não sabe se por engano ou se é isso mesmo, foi comentado que os cursos de  
11 aperfeiçoamento serão via *lato sensu*. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA diz que a LDB,  
12 que é a lei primeira sobre os cursos de pós-graduação *lato sensu*, diz exatamente, no seu artigo  
13 44, que: “Pós-graduação compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de  
14 especialização, aperfeiçoamento e outros abertos a candidatos diplomados etc.”. Ou seja, os  
15 cursos de especialização e aperfeiçoamento são cursos de pós-graduação *lato sensu* e devem  
16 passar pela pós-graduação. Os cursos são regidos pela lei estadual, pelo Conselho Estadual de  
17 Educação. A deliberação 108 de 2011 do Conselho Estadual de Educação dispõe sobre o  
18 oferecimento, aprovação e validação dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão  
19 universitária. O aperfeiçoamento está junto com a especialização, e tem os cursos de extensão  
20 universitária na forma prevista da LDB. A resolução citada pela PG, que é a Resolução 1 de  
21 2018 do CNE, estabelece diretrizes e normas para o oferecimento de cursos de pós-graduação  
22 *lato sensu* denominado “cursos de especialização”, mas são as regras para os cursos de  
23 especialização, ou seja, essa CNE é específica só para os cursos de especialização, e ela tem,  
24 por exemplo, um artigo relativo à qualificação do corpo docente, que é bem mais fraca do que  
25 o Conselho Estadual de Educação exige dos cursos de especialização. Então, o Conselho  
26 Nacional exige, por exemplo, que 30% sejam portadores de títulos de pós-graduação *stricto*  
27 *sensu*, enquanto o Conselho Estadual de Educação, na sua regulamentação, exige que todos os  
28 professores tenham ao menos título de mestre. Tem depois uma vaga dizendo que se houver  
29 uma justificativa tudo bem, mas veem que o Conselho Estadual tem uma regra em cima da  
30 especialização, ou de um aperfeiçoamento. O que diz a CNE 1 de 2018 é que: “Excluem-se  
31 dessa resolução os programas de residência médica ou congêneres, em qualquer área  
32 profissional da saúde, e os cursos de pós-graduação denominados cursos de aperfeiçoamento,  
33 extensão e outros”. Então não é que o aperfeiçoamento não é pós-graduação *lato sensu*, é que  
34 essa lei não se aplica a isso, assim como não se aplica à residência, e a residência é uma pós-  
35 graduação *lato sensu* também. Por isso entendem que tanto a especialização quanto o  
36 aperfeiçoamento são pós-graduação *lato sensu* e devem passar através das CPGs, e os cursos  
37 de difusão são da extensão. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA  
38 HASHIMOTO, respondendo ao professor Anderson, diz que, aprovadas ou não essas mudanças  
39 aqui, todos os regimentos dos cursos estão sendo revistos no Conex, já há a proposta inteira  
40 formulada. Fizeram uma pesquisa junto aos conselhos das profissões, talvez o professor

1 Anderson tenha acompanhado isso como diretor, sobre que termos poderiam ter em substituição  
2 a esses cursos que não querem se transformar em pós-graduação. Um nome somente não daria  
3 conta de abarcar todos os conselhos e as demandas, então o Conex votou em cinco nomes, desde  
4 difusão, qualificação profissional etc., que se aprovados aqui vão ser encaminhados para  
5 aprovação do regimento nos cursos, e a partir daí tem essa nova nomenclatura dos cursos de  
6 extensão especificamente, eliminando essa confusão entre as duas nomenclaturas. Portanto,  
7 estão aguardando aprovação aqui, seguindo também o que foi aprovado no *lato sensu*; é bom  
8 lembrar que qualquer mudança aqui teria de voltar no *lato sensu* e revogar ou, de certa maneira,  
9 colocar em votação, que acha que não é o ponto. Então essa nomenclatura surge agora, ela tem  
10 de ser aprovada também, portanto aqui não se está decidindo nada sobre os cursos de extensão,  
11 precisa de um regimento interno se aprovado após isso. O Conselheiro ANDERSON DE  
12 REZENDE ROCHA pergunta como ficaria, por exemplo, a situação de cursos que já existem  
13 e que são agora de aperfeiçoamento e tem 360 horas. A dúvida é se eles quiserem continuar  
14 sendo extensão e não ser *lato sensu*, por exemplo, eles podem e terão de mudar apenas o nome.  
15 O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO responde que é  
16 exatamente isso. Votaram a proposta de nomenclatura do coordenador de extensão do IC, há  
17 uma transição que foi aprovada, os cursos que estão em andamento não têm alteração, mas os  
18 próximos oferecidos já precisam utilizar a nova nomenclatura que vai ser submetida no próximo  
19 Consu talvez, nos regimentos dos cursos. Já são sete regimentos, sete documentos que têm de  
20 ser aprovados após essa mudança estatutária dos cursos de extensão. Para os que não quiserem  
21 continuar com a extensão, tem uma faixa que é dividida sobre carga total didática, e os cursos  
22 são divididos e tem as nomenclaturas. Então um curso de 360 horas terá a possibilidade de a  
23 unidade enquadrar em quatro ou cinco nomes diferentes. O MAGNÍFICO REITOR pergunta  
24 se o professor Fernando fará alguma sugestão de encaminhamento do artigo 43-E. O  
25 Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que sua sugestão é  
26 retirar a partir de “ou solicitação de interessados”, que, na verdade, não muda muito. Pergunta  
27 se o professor João Frederico concorda. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA  
28 AZEVEDO MEYER diz que concordou integralmente com isso na sua fala, quando observou  
29 que já estava contemplado no 43-F. O MAGNÍFICO REITOR observa que o 43-F é só de  
30 cursos, e o 43-E é de ações mais gerais. Vai colocar em votação a sugestão da Secretaria Geral  
31 fazer votação nominal para evitar problemas de votação. Naturalmente já excluindo o artigo 48  
32 inciso I, linha Q, rejeitando este assunto, para que ele não volte para a pauta, e com implicação  
33 no artigo 151, inciso VIII, que volta para a redação original, porque não seria a CAD, mas sim  
34 o Consu. E o 50 I, inciso H, também retirado. Isso naturalmente com as suas respectivas  
35 implicações no regimento. E do 43-E, retirar “ou solicitação de interessados”. Submete à  
36 votação nominal, que transcorre da seguinte forma: O Conselheiro ADILTON DORIVAL  
37 LEITE Favorável. A Conselheira ADRIANA NUNES FERREIRA Favorável. O Conselheiro  
38 ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA  
39 Favorável. O Conselheiro ALEXANDRE LEITE RODRIGUES DE OLIVEIRA Favorável. O  
40 Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA D’ANTONA Favorável. O Conselheiro ROBERTO

1 LUIZ DO CARMO Favorável. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA  
2 Abstenção. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro  
3 ANDRÉ VICTOR LUCCI FREITAS Favorável. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA  
4 Favorável. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA Favorável. O  
5 Conselheiro ANTONIO CARLOS BANNWART Abstenção. O Conselheiro ANTÔNIO  
6 GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO Favorável. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE  
7 ALMEIDA MEIRELES Favorável. O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA  
8 SILVA Favorável. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. O  
9 Conselheiro CLAUDINEY RODRIGUES CARRASCO Favorável. O Conselheiro EDSON  
10 TOMAZ Favorável. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. A  
11 Conselheira ELIANA MARTORANO AMARAL Favorável. O Conselheiro ERICH  
12 VINÍCIUS DE PAULA Favorável. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA  
13 HASHIMOTO Favorável. O Conselheiro FERNANDO CENDES Favorável. O Conselheiro  
14 FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO Favorável. O Conselheiro  
15 FRANCISCO HAITER NETO Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI  
16 Favorável. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE Abstenção. A Conselheira  
17 HELOISE OLIVEIRA PASTORE Favorável. O Conselheiro JEFFERSON CANO Favorável.  
18 O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER Favorável. O  
19 Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI Favorável. O Conselheiro JOÃO  
20 RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE  
21 DINIZ Favorável. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA Favorável. O Conselheiro JOSÉ  
22 ROBERTO RIBEIRO Favorável. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL Abstenção. O  
23 Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA Abstenção. O Conselheiro LUIZ CARLOS  
24 ZEFERINO Favorável. O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA Abstenção. A  
25 Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES Favorável. A Conselheira  
26 MARISA MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO  
27 Favorável. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. O Conselheiro MUNIR  
28 SALOMÃO SKAF Favorável. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA Favorável. O  
29 Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR Favorável. O Conselheiro OSVALDIR PEREIRA  
30 TARANTO Favorável. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO PAGLIUSO Favorável. A  
31 Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR Favorável. O Conselheiro PAULO  
32 ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro PAULO CÉSAR MONTAGNER Favorável.  
33 O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFINO Favorável. A Conselheira RACHEL  
34 MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS Favorável. O  
35 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável. O Conselheiro ROBSON  
36 BOMFIM SAMPAIO Favorável. O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO  
37 Favorável. A Conselheira ROSMARI APARECIDA RIBEIRO Favorável. O Conselheiro  
38 SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA Favorável. O Conselheiro SÁVIO MACHADO  
39 CAVALCANTE Favorável. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO  
40 Favorável. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS Favorável. A Conselheira

1 VANESSA PETRILLI BAVARESCO Favorável. O Conselheiro GUILHERME  
2 GONÇALVES CAPOVILLA Favorável. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO  
3 pergunta se o conselheiro João Luis pode mandar a votação dele por e-mail, porque está  
4 travando o microfone dele. O MAGNÍFICO REITOR solicita que envie por e-mail ou por  
5 mensagem para a Secretaria Geral. Informa que o resultado da votação foi de 59 votos  
6 favoráveis, 01 contrário e 06 abstenções. O mínimo para aprovação são 52 votos favoráveis,  
7 portanto está aprovada a matéria. Volta para a Ordem do Dia, agradecendo a compreensão, e  
8 passa ao item 13 – Proc. nº 01-P-18061/2003 –, que trata de recurso interposto pelo Instituto de  
9 Filosofia e Ciências Humanas face à decisão da Câmara de Administração que aprovou, no  
10 âmbito da certificação do Instituto, a proposta de extinção do seu Departamento de Demografia.  
11 Observa que estão fazendo uma discussão estatutária importante. O recurso apresentado pelo  
12 IFCH é para a concessão de um prazo até o final da lei 173, dezembro de 2021, como prazo  
13 para readequação. É isso que vão discutir aqui no âmbito do Conselho Universitário. Passa a  
14 palavra ao professor Roberto do Carmo, que está representando o IFCH. O Conselheiro  
15 ROBERTO LUIZ DO CARMO diz que em relação à discussão anterior que foi feita sobre a  
16 FEA, é importante fazer uma diferenciação. No caso da FEA, houve um processo de  
17 reestruturação departamental, uma discussão interna, um processo interno na Faculdade que foi  
18 aprovado pela congregação. Enquanto que para o caso do IFCH, o que está sendo discutido é a  
19 proposta de extinção. O termo é esse mesmo, extinção do Departamento de Demografia.  
20 Entretanto, a congregação do IFCH definiu outra proposta para equacionar a questão do  
21 atendimento do número de docentes do Departamento de Demografia. A congregação do IFCH  
22 não aprovou a extinção do departamento; essa é uma diferença fundamental. Entendem que é  
23 importante preservar a autonomia das unidades dentro da Universidade, especialmente nas  
24 decisões que são tomadas no âmbito das congregações. Esse recurso à Deliberação CAD  
25 346/2020 foi construído a partir de dois elementos principais. O primeiro é no sentido de  
26 poderem apresentar a história recente do Departamento de Demografia e destacar os esforços  
27 que foram realizados para sua ampliação e consolidação. Destacam que ao longo dessa  
28 trajetória, o departamento teve apoio institucional e tratamento igualitário no IFCH,  
29 especialmente em termos da distribuição de vagas docentes novas. Destaca que houve sim um  
30 cuidado, um conjunto de ações que foram realizadas pelo IFCH em relação ao Departamento  
31 de Demografia. Sublinha esse ponto porque sempre surge o argumento contrário, de que nada  
32 foi feito, e isso não é verdade. Outro elemento que os impulsionou a apresentar esse recurso  
33 surgiu imediatamente depois da divulgação do resultado da reunião da CAD. Receberam, com  
34 surpresa, e ficaram muito honrados com a manifestação espontânea de colegas, de estudantes,  
35 de associações científicas, de instituições de ensino e pesquisa do Brasil e de diversas partes do  
36 mundo. Todas as principais instituições do Brasil e do exterior que trabalham com temas  
37 demográficos manifestaram a sua solidariedade ao Departamento de Demografia, de maneira  
38 espontânea, como já salientou. A partir de um determinado momento, a Associação Brasileira  
39 de Estudos Populacionais passou a reunir as manifestações, que estão publicadas no site da  
40 Associação, para quem quiser consultar. Fizeram um apanhado geral e colocaram junto com a

1 solicitação de recurso, mas aquele conjunto reflete praticamente 10 dias atrás. De lá para cá,  
2 houve um conjunto maior ainda de manifestações, que mostraram a importância de continuar  
3 na perspectiva que sempre defenderam em relação à manutenção do Departamento de  
4 Demografia, a sua relevância acadêmica e a necessidade de que seja pensado em termos  
5 estratégicos pela Universidade. O parecer da Procuradoria Geral que autorizou a entrada do  
6 recurso do IFCH na pauta da reunião de hoje do Consu chama a atenção para o fato de que a  
7 extinção do Departamento de Demografia é uma questão acadêmica. Entretanto, em nenhum  
8 outro momento desse processo houve espaço adequado para essa discussão acadêmica,  
9 principalmente considerando que do ponto de vista do IFCH, houve um encaminhamento que  
10 foi aprovado pela congregação do Instituto, apresentando uma proposta de criação de uma nova  
11 modalidade na graduação, associado ao processo de manutenção do Departamento de  
12 Demografia. Com oito docentes o Departamento de Demografia consegue manter toda a sua  
13 atuação na graduação e na pós-graduação. Com 10 docentes, o departamento teria a  
14 possibilidade de propor uma nova modalidade na graduação, que seria algo totalmente  
15 inovador. A construção desse projeto de uma nova modalidade foi incentivada pelo professor  
16 Marcelo, em reunião realizada em março de 2019. Havia naquele momento a possibilidade de  
17 que pudessem ocorrer contratações através de vagas que seriam atribuídas a projetos especiais,  
18 ideia que foi inviabilizada pela crise econômica, que continua repercutindo até hoje. Assim,  
19 depois de cumpridos os trâmites estabelecidos, a proposta de criação da modalidade foi  
20 encaminhada para a Reitoria em dezembro de 2019. Apenas em agosto de 2020 tiveram um  
21 retorno, que foi um retorno negativo, da PRDU sobre essa proposta, sem que essa proposta  
22 houvesse passado por nenhuma outra instância da Universidade. A partir de uma consideração  
23 administrativa, foi elaborado um parecer que foi discutido na CAD, e é esse parecer que se  
24 apresenta agora para ser deliberado. Entretanto, conforme estabelecem o Regimento e os  
25 Estatutos da Universidade, não é atribuição da CAD emitir parecer sobre a extinção de  
26 departamentos, essa é uma atribuição da Cepe. Tais atribuições estão muito bem definidas nos  
27 artigos 49 e 50 dos Estatutos da Unicamp. No que concerne às atribuições da CAD, os Estatutos  
28 estabelecem no seu artigo 50, inciso I, item *d*, que compete à Câmara de Administração  
29 deliberar sobre o organograma dos casos e funções técnico- administrativas das unidades. O  
30 IFCH apresentou os documentos para certificação que, ao final dos trâmites, foram aprovados  
31 de maneira elogiosa pela CAD. Consideram que houve um avanço importante em termos da  
32 organização administrativa decorrente de um grande esforço interno de reestruturação,  
33 incorporando aspectos levados pelos consultores da CAD. Acreditam que o novo organograma  
34 vai trazer melhorias significativas para os procedimentos administrativos. Nesse sentido, o  
35 IFCH entende que o processo de certificação está encerrado, restando apenas a sua aprovação  
36 final para a implementação efetiva. No que concerne à extinção do Departamento de  
37 Demografia, salientam que não é uma atribuição estatutária da CAD emitir tal parecer que foi  
38 emitido. O que os Estatutos da Unicamp definem sobre o tema da extinção do departamento  
39 está no artigo 49: “Compete à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho, em seu  
40 inciso V, dar parecer sobre”, no item *b*: “a criação, extinção ou remodelação de unidades,



1 departamentos, centros e núcleos de pesquisa”. Entendem que houve um erro de  
2 encaminhamento no processo. Constataram esse erro quando observaram o item 12 da pauta de  
3 hoje do Consu referente à reestruturação dos departamentos da Faculdade de Engenharia de  
4 Alimentos. Nesse caso, houve o encaminhamento estatutariamente correto, com a CAD dando  
5 parecer e realizando as tratativas referentes ao organograma da FEA, e a Cepe realizando as  
6 tratativas com idas e vindas inclusive de ofícios que abordaram especificamente a reorganização  
7 dos departamentos. Não é admissível, do ponto de vista do Instituto, que dois itens de uma  
8 mesma pauta do Consu tenham encaminhamentos processuais tão diferentes. Solicitam,  
9 portanto, que a Deliberação CAD 343 de 2020 seja revogada no que se refere à proposição de  
10 extinção do Departamento de Demografia. A CAD não tem atribuição estatutária para extinguir  
11 departamentos e dar parecer sobre a extinção de departamentos. Essa deliberação fere os  
12 Estatutos e o Regimento da Unicamp, e não pode ser sequer considerada. É uma questão  
13 regimental o que estão trazendo agora para apreciação dos colegas do Consu. O MAGNÍFICO  
14 REITOR diz que possuem duas questões estatutárias que estão conflitando, uma que estabelece  
15 claramente que um departamento não pode ter menos de dez pessoas, e outra que foi colocada  
16 na CAD simplesmente porque foi detectada no momento da certificação. É uma discussão  
17 importante, interessante do ponto de vista estatutário e jurídico, porque reflete uma falta de  
18 adequação aos Estatutos da Unicamp durante não poucos anos, no caso do Departamento de  
19 Demografia. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que deveriam se ater a essa  
20 questão legal levantada, em termos estatutários, a respeito da CAD e da Cepe. Parece-lhe que  
21 esse é um ponto inicial absolutamente essencial na discussão que se seguirá. O Conselheiro  
22 MATHEUS ALVES ALBINO solicita orientação da Procuradoria Geral sobre esse aspecto. As  
23 manifestações dos conselheiros são feitas com base no que interpretam dos Estatutos, então  
24 precisam de orientação jurídica para encaminhar essa decisão. O Conselheiro FRANCISCO DE  
25 ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO esclarece que não era o propósito, quando encaminhou  
26 o parecer da PRDU, impor ao IFCH a extinção do departamento. O propósito era indicar ao  
27 Instituto que a manutenção do departamento do jeito que estava violava os Estatutos, e sugerir  
28 a ele que tomasse alguma medida para adequar o departamento nos Estatutos. Essa medida  
29 precisa vir da unidade, já foi conversado com o professor Álvaro e o professor Roberto que uma  
30 vez que a CAD tomou aquela posição, o assunto voltaria ao IFCH para que ele resolvesse o  
31 problema e se adequasse aos Estatutos. O que ele pode fazer é expandir o departamento, fundi-  
32 lo com outro. Há medidas que devem ser tomadas pelo próprio Instituto. Então, o que a CAD  
33 fez foi sinalizar ao Instituto que ele estava violando uma norma estatutária, solicitando que ele  
34 faça, a exemplo do que foi feito pelas outras unidades, uma proposta de adequação aos Estatutos  
35 da Universidade, que seguirá os trâmites usuais que desembocam em uma reunião do Consu. O  
36 MAGNÍFICO REITOR diz que tanto isso se aplica que o departamento de fato não foi extinto  
37 automaticamente, o recurso foi encaminhado ao IFCH e no meio tempo já chegou o recurso  
38 solicitando este prazo até dezembro de 2021. Então, do ponto de vista de encaminhamento,  
39 acredita que isso esclarece a questão levantada. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA  
40 COSTA AZEVEDO MEYER diz, com todo respeito ao professor Paulo Ruffino e ao professor

1 Francisco, que a proposta realmente é de extinção. Está se referindo à frase dita pelo professor  
2 Paulo Ruffino, no assunto da FEA, de que não havia ninguém propondo extinção do  
3 departamento. Na última frase do ofício da PRDU está escrito: “Não nos resta alternativa senão  
4 propor que seja extinto o Departamento de Demografia, e seja concedido aos seus professores  
5 opção por um dos demais departamentos que compõem o instituto”. Não está querendo  
6 contrariar o professor Francisco, porque entende bem a atitude de consenso, de impessoalidade  
7 dele. Mas nesse mesmo documento são apresentados diversos exemplos de fusão e de  
8 reestruturação de departamentos. Neste caso aqui, estão tratando realmente da extinção. E é  
9 verdade que isso é assunto do artigo 85-A dos Estatutos e do 149-A do Regimento da  
10 Universidade, e defende que sejam respeitados. Mas muitas vezes são obrigados a aceitar  
11 exceções; por exemplo, neste semestre não teve como comprovar a presença mínima de 75%  
12 dos seus alunos em nenhuma das duas disciplinas sob sua responsabilidade. E no momento em  
13 que foi inserir a nota, não tinha acesso para colocar o número de falta dos alunos, embora isso  
14 seja uma lei, e seja uma lei mais ampla. Faz muito pouco tempo que descobriu que agora podem  
15 ter a continuação das comissões de sindicância de maneira virtual, embora isso seja uma nova  
16 regra. O professor Roberto deixou claro que, diferentemente de outras unidades, não houve no  
17 IFCH a aprovação da comunidade interna. Acha que a própria Universidade criou essa exceção,  
18 dizendo que desde 2014 permitiram que a regra não fosse respeitada, porque era do interesse  
19 da Universidade. E agora vai usar um pouco a introdução feita pelo professor Geromel, pelo  
20 próprio senhor Reitor, pelos conselheiros João Luis e Patrícia, muitas pessoas falaram sobre a  
21 condição atípica que estão vivendo. Aqui menciona a documentação vinda do IFCH, e é uma  
22 situação em que mesmo que o departamento quisesse promover contratação, isso não seria  
23 possível, pois a Universidade está contingenciando. A única maneira de obter 10 docentes seria  
24 criar uma situação artificial, ou seja, pedir para dois docentes de outros departamentos mudarem  
25 provisoriamente para o Departamento de Demografia. No entanto, o IFCH não fez isso. Ele  
26 colocou que estão em uma situação atípica, que exige uma outra consideração, e essa  
27 consideração ainda vem com uma certa responsabilidade, ou seja, que terão até o final de 2021.  
28 É claro que tudo o que está falando fica atrás da questão de ordem, ou seja, se realmente o  
29 Consu houver por bem a revogação da decisão da CAD, como demonstrou a direção do IFCH,  
30 então o que vai dizer agora não vale, mas se realmente levarem a efeito, votará favoravelmente  
31 a esse prazo a mais para o Departamento de Demografia. A Conselheira RACHEL  
32 MENEGUELLO diz que acompanha a argumentação feita pelo professor Roberto sobre a  
33 irregularidade da deliberação da CAD. Reitera a preocupação mencionada pelo professor  
34 Geromel, e inicia sua argumentação a partir do parecer da Procuradoria Geral que está anexo à  
35 pauta. O parecer acolhe o recurso do IFCH, menciona que o recurso tem teor estritamente  
36 acadêmico e em seguida coloca que: “No entanto, a Deliberação CAD 346 de 2020 foi favorável  
37 à extinção do Departamento de Demografia, exclusivamente pelo não atendimento do critério  
38 objetivo previsto na parte final do artigo 85-A, com seu número mínimo de dez docentes, e não  
39 por motivo de ordem acadêmica, o que não merece reprimenda”. Se aquilo que o parecer da PG  
40 diz que não merece reprimenda é a deliberação da CAD, entende que merece sim, porque esta

1 não é uma atribuição daquela Câmara. Houve uma deliberação irregular. Os Estatutos da  
2 Unicamp devem ser respeitados por todos, e ali está escrito no artigo 48: “Constituem  
3 atribuições do Conselho Universitário”, no item L: “Aprovar, mediante parecer da Cepe, as  
4 propostas de criação, extinção ou remodelação de unidades, departamentos, centros e núcleos”,  
5 ou seja, não pode fazer a extinção. Embora o Consu seja o órgão máximo, imediatamente sem  
6 esse parecer, mesmo que seja verdade que hoje não haja inadequação numérica nesse  
7 departamento. Continuando no texto dos Estatutos, o artigo 49 define que: “Constituem  
8 atribuições da Cepe”, item *b*: “Criação, extinção, remodelação de unidade, departamentos” etc.,  
9 e nos mesmos Estatutos, artigo 50, referente às atribuições da CAD, nada se diz sobre esse  
10 tema. Então, os argumentos acadêmicos estão claramente dados pelo IFCH no seu recurso, nas  
11 manifestações do diretor associado e nas muitas manifestações nacionais e internacionais sobre  
12 a importância do trabalho aqui realizado. Acha que não precisa repetir aqui a importância para  
13 a Unicamp diante da comunidade acadêmica nacional, internacional, de ter um grupo atuante  
14 na Demografia, que está sendo penalizado, sobretudo pela conjuntura de contingenciamento,  
15 como já foi dito pelos seus colegas previamente, e não por sua produção científica de formação.  
16 Não pode considerar adequadas afirmações que foram feitas durante a discussão do caso da  
17 FEA, a ideia de que departamentos não realizam atividades acadêmicas, apenas administrativas.  
18 Nos departamentos, decide-se sobre disciplinas de ensino, sobre suas ementas, sobre linhas  
19 desejadas de ensino nos cursos de graduação e de pós-graduação, sobre os caminhos do ensino  
20 e da pesquisa quando há possibilidade de ter concursos para integrar novos membros, apenas  
21 para dar alguns exemplos. O departamento é uma das formas como grupos acadêmicos se  
22 associam em uma instituição, e aqui é um lugar também para essa forma. Motivos acadêmicos  
23 não faltam para a manutenção do Departamento de Demografia; cabe avaliar então se o motivo  
24 administrativo numérico, em um contexto de contingenciamento e crise, deve se sobrepor a  
25 isso, na linha do que o professor João Frederico mencionou. Mas, se vai fazer essa discussão,  
26 que seja a partir do processo correto, ou seja, se há inadequação do número de docentes, quem  
27 tem de apreciar isso é a Cepe. O professor Francisco mencionou na discussão anterior, sobre a  
28 FEA, que não podem escapar dos Estatutos. Outros também falaram sobre a importância dos  
29 Estatutos, e sabem que não procede a CAD ter apreciado e votado. O esclarecimento feito agora  
30 pelo professor Francisco não resolve essa questão, porque a CAD definitivamente deliberou  
31 neste documento a extinção. A irregularidade é incontestável, propõe que a deliberação seja  
32 revogada por este Consu por inadequação estatutária, e que o processo futuro do departamento  
33 seja corretamente encaminhado. O MAGNÍFICO REITOR ressalta que a CAD discutiu e  
34 aprovou a certificação do IFCH, com recomendações colocadas pela PRDU. O procedimento  
35 natural é que essa certificação retornasse ao IFCH para que houvesse uma proposta de acordo  
36 com a certificação aprovada, como é sempre feito na Universidade. Então, o que foi aprovado  
37 na CAD foi a certificação; o Consu é que faz a discussão de criação, extinção, fusão de  
38 departamentos. O professor Francisco procurou os diretores, explicou o procedimento.  
39 Precisam seguir o caminho natural, como sempre foi feito; ninguém quer pular nenhuma etapa.  
40 Concorda integralmente que precisam cumprir os Estatutos, é assim que devem seguir, e eles

1 estabelecem claramente que um departamento deve ter, no mínimo, dez docentes, e é essa  
2 certificação, com essa observação, que seria encaminhada ao IFCH para a adequação  
3 departamental específica. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR concorda que é  
4 importante seguir os Estatutos, mas reitera o que o professor João Frederico falou, que existem  
5 exceções, e os próprios Estatutos preveem que existam exceções, como o exemplo que ele deu  
6 com relação à reprovação por faltas, considerando que estão em uma situação muito  
7 excepcional de pandemia. Acha que precisam considerar também que estão em uma situação  
8 excepcional de contingenciamentos. Afinal de contas, passaram uma hora hoje cedo discutindo  
9 a questão de orçamento, da PL, e como o orçamento da Universidade está prejudicado, as  
10 contratações estão prejudicadas. Portanto, o Conselho Universitário não pode tomar uma  
11 decisão com base apenas nos Estatutos, sem levar em conta toda a conjuntura que se faz presente  
12 neste momento. Ele pode, como instância máxima de deliberação, decidir por abrir essa  
13 exceção, já que ela está prevista nos próprios Estatutos. Parabeniza a direção do Instituto de  
14 Filosofia e Ciências Humanas pelo recurso primoroso que foi apresentado com manifestações  
15 de universidades e de associações do país e do mundo, mostrando a importância que a  
16 Demografia tem, manifestando apoio para que o Departamento de Demografia não seja extinto.  
17 Acha que devem levar em conta também a importância do departamento. A professora Teresa  
18 falou anteriormente que há unidades que não se organizam por departamentos, mas há unidades  
19 que se organizam por departamentos e que, como a professora Rachel citou, consideram que os  
20 departamentos são importantes. Então isso tem de ser respeitado, da mesma maneira. Como  
21 colocado anteriormente também na discussão sobre a FEA, tem toda questão de que foi levado  
22 para a congregação e que tem de respeitar a autonomia do Instituto. Concorde com as  
23 ponderações que foram feitas a respeito da FEA, mas, neste caso, o Instituto não quer a  
24 dissolução, extinção ou fusão desse departamento. Então, acha que precisam respeitar a  
25 autonomia do Instituto, respeitar a sua decisão pela manutenção no departamento, pelo recurso  
26 pedindo esse prazo até o final do ano que vem, levando em conta toda essa conjuntura. Pergunta  
27 o que a Universidade vai ganhar acabando com o Departamento de Demografia. Não vê  
28 absolutamente nenhum ganho, apenas perdas, e perdas muito lamentáveis. Então, enquanto  
29 conselheira, pede a consideração de todos aqui para essas questões. O MAGNÍFICO REITOR  
30 diz que a Universidade não ganha absolutamente nada, e ninguém está ganhando nada com essa  
31 discussão, é simplesmente uma questão estatutária. Possuem regras e elas precisam ser  
32 seguidas, é simplesmente uma questão regimental importante que devem seguir. Não basta só  
33 uma unidade querer ou não querer, existem Estatutos que devem ser seguidos, porque senão  
34 essa discussão toda que estão fazendo dos Estatutos não vale para nada, se nenhuma regra for  
35 seguida. É para isso que elas existem. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz que  
36 a cada fala que um conselheiro faz sobre a manutenção do departamento a Mesa rebate as  
37 colocações. Acha que a Mesa precisa garantir o fluxo do debate e depois fazer o  
38 encaminhamento. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que a questão de ordem que  
39 levantou há pouco não foi abordada. A questão central, a seu juízo, não pode ser debatida neste  
40 momento. Acha que a CAD deliberou corretamente, tendo em vista que o departamento,

1 manifestamente, não atende aos Estatutos da Unicamp. Portanto, corretamente, ela sugeriu a  
2 sua extinção. Entretanto, a Unicamp prima pela análise, sobretudo, acadêmica. O que deveria  
3 ter sido feito, e nisso concorda absolutamente com o professor Roberto e com outros colegas, é  
4 que esse parecer, que não precisa ser cancelado, seja levado à Cepe, para que ela faça uma  
5 análise da proposta de extinção frente às questões acadêmicas, e aí sim viria ao Consu para que  
6 pudesse deliberar a respeito. Acha que esse deveria ser o encaminhamento da Mesa. O  
7 MAGNÍFICO REITOR diz que concorda com o professor Geromel, só que não deu tempo, pois  
8 o IFCH entrou com recurso antes disso. Ia ser retornado à unidade para, depois, seguir o  
9 procedimento natural, mas o IFCH entrou com recurso e a Universidade o acolheu, é  
10 simplesmente isso. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que está certo, mas aqui  
11 foi levantado esse problema, e lhe parece que o senhor diretor do IFCH está propondo  
12 exatamente esse encaminhamento, que é o mais adequado estatutariamente, de enviar o que foi  
13 feito à Cepe para fazer um parecer ao Conselho Universitário. O Conselheiro ROBERTO LUIZ  
14 DO CARMO diz que todo o procedimento foi feito no seguinte sentido: o IFCH não está  
15 pedindo nenhum tipo de excepcionalidade, apenas um tempo para adequar a situação. Na  
16 semana seguinte depois da CAD, foram chamados pelo professor Francisco, que estabeleceu  
17 prazo até dezembro para encerrarem a decisão relativa à extinção do departamento. Então, não  
18 está trazendo aqui nenhuma situação que atropela os procedimentos, essa é uma reação ao que  
19 foi realizado pela PRDU, em forma de recurso. O IFCH não está colocando essa questão agora,  
20 foi o que quiseram deixar claro no recurso. Essa questão e todo procedimento já têm um  
21 histórico de dois anos, praticamente. Receberam notificação em janeiro de que deveriam tomar  
22 uma ação de adequação do departamento, e em nenhum momento o IFCH se negou a fazer essa  
23 adequação. Ela foi pensada, discutida com a congregação, foi discutida inclusive com o  
24 professor Marcelo, no sentido de elaborar uma proposta que pudesse justificar a contratação de,  
25 pelo menos, um docente, e dentro desse processo todos, que o IFCH também pudesse, nas  
26 negociações, entrar com mais uma vaga e completasse os dez docentes. Então esse processo de  
27 quase dois anos é que consideram que não teve um tratamento adequado. Tiveram uma resposta  
28 muito burocrática no mês passado, de algo que terminaram e submeteram em dezembro.  
29 Entendem toda a situação, e esclarece que ao longo desse período de 15 anos da existência do  
30 departamento, todos os esforços foram feitos no IFCH para que conseguissem chegar a esse  
31 número, e a história do departamento mostra muito claramente que a gente teve um histórico  
32 de evolução que foi barrado em momentos decisivos por conta do contexto exterior à sua  
33 capacidade de ação. Possuíam nove docentes e, na conversa dentro do IFCH, seria o próximo  
34 departamento a ter uma vaga nova, e com isso completaria 10 docentes. No entanto, veio a  
35 questão das aposentadorias, e isso fez com que um docente se aposentasse, então voltaram para  
36 oito. Houve a questão do contingenciamento de vagas, não conseguiram avançar para nove,  
37 porque a vaga foi contingenciada. Então, são situações que fugiram do controle do Instituto,  
38 mas que estavam dentro do seu planejamento de longo prazo. É importante ter clareza que  
39 precisam pensar no longo prazo para as questões acadêmicas. Não estão negando a importância  
40 de ter 10, porque é o que está escrito nos Estatutos e vão obedecer, estão trabalhando para

1 resolver isso. Mas a questão é que existe uma situação acadêmica que exige um tempo para ser  
2 mais bem equacionada, principalmente neste contexto que estão vivendo. O MAGNÍFICO  
3 REITOR diz que tiveram um relato muito interessante da professora Mirna, e que assim como  
4 o IFCH, várias unidades receberam o mesmo ofício referente ao número de docentes dos  
5 departamentos. Algumas decidiram tomar ação, outros decidiram não tomar ação. Achou  
6 excepcional a ideia de fazer um curso novo, mas nunca veio oficialmente uma proposta efetiva.  
7 Acha que é isso que o Instituto tem de fazer. No momento em que recebe a informação que a  
8 certificação foi aprovada na CAD, o processo volta ao Instituto e ele tem até dezembro para  
9 mandar uma proposta. Essa proposta seria encaminhada à Cepe, como sempre é, e  
10 posteriormente ao Consu. Se caso não houvesse tempo, se houvesse problemas, se houvesse  
11 uma discussão, como aconteceu em outros casos, foi solicitado um prazo maior, foi organizado,  
12 foi documentada essa ação efetivamente. Em vez de acontecer isso, houve um recurso do IFCH  
13 ao Consu contra a decisão da CAD, e é isso que estão discutindo hoje essa questão. Se o IFCH  
14 retirar o recurso, esse processo voltará ao Instituto para discussão, para elaboração desse  
15 projeto, que passará naturalmente pelos trâmites necessários e adequados, conforme está  
16 previsto e tem sido feito com todas as unidades. Há um detalhe importantíssimo, e acha que os  
17 dados falam por si: há um processo de entendimento de longo prazo, mas há um prazo que tem  
18 que ser cumprido. O IFCH desde 2011 até hoje contratou 44 docentes no Instituto, e pergunta  
19 quantos foram contratados no Departamento de Demografia. Estão falando de um período de  
20 10 anos de adequação a um processo que foi não foi até hoje realizado. Podem até conceder  
21 mais tempo, mas seguindo os Estatutos da Universidade. O Conselheiro ROBERTO LUIZ DO  
22 CARMO diz que foram feitas quatro contratações no Departamento de Demografia. O  
23 MAGNÍFICO REITOR observa que o Instituto tem autonomia para tomar a decisão do que  
24 precisa ser priorizado, e pergunta se a situação se resolverá caso o Instituto resolva seguir o  
25 procedimento. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que não é essa a discussão que  
26 está em pauta. Não é possível que discutam a capacidade ou o encaminhamento dado pelo IFCH  
27 no passado, em uma reunião em que isso não está colocado. Além do que, não seria aqui o lugar  
28 dessa discussão, seria na Cepe, quando esse processo fosse encaminhado para lá. Não entende  
29 que esse recurso deva ser retirado por questões acadêmicas, porque esse é um recurso de teor  
30 acadêmico, e entende que ele foi baseado principalmente no relato da pressão que a PRDU  
31 colocou ao IFCH para resolver essa questão até dezembro, e no parecer da CAD em que o texto  
32 é muito claro. A deliberação CAD 346 diz explicitamente, textualmente: “extinção aprovada  
33 do Departamento de Demografia”, é isso o que diz que é irregular e incontestável. É preciso  
34 que este Consu faça jus ao seu papel estatutário de revogar essa deliberação, e leve esse processo  
35 para o seu encaminhamento a partir da aprovação da certificação, que foi devidamente aprovada  
36 pela CAD. Estão falando tanto em respeito às normas, mas não estão dando sequência ao básico.  
37 O Conselheiro PAULO REGIS CARON RUFFINO diz que mais uma vez estão diante do  
38 dilema que foi conversado de manhã, entre decisão acadêmica e administrativa. Lembra que a  
39 CAD é Câmara de Administração, então quando ela fala em “extinção”, ela fala no sentido  
40 administrativo, acha que não precisa fazer os elogios acadêmicos que o Departamento de

1 Demografia merece. Há três coisas que o incomodam, uma delas é a questão de justiça. Para  
2 eles, que pregam tanto justiça social etc., é uma questão de justiça com outros grupos de  
3 pesquisa que são maiores, o dobro, o triplo do Departamento de Demografia e não formam  
4 departamentos só para eles. Acha que é uma questão de reconhecer que talvez não haja  
5 excepcionalidade, não vê que esteja sendo penalizado, muito pelo contrário, acha que está sendo  
6 empregado em coisas mais multidisciplinares. A Unicamp não perde nada, como foi aventado  
7 aqui. Acha que é o contrário, a Unicamp ganha com uma administração mais enxuta. O segundo  
8 item que o incomoda é a maneira como as informações foram tratadas no recurso do IFCH, e  
9 nas cartas de apoio, nos abaixo-assinados; as informações vêm pela metade. Lamenta que as  
10 informações venham incompletas, novamente se repetem os termos “extinção”, “fechamento”,  
11 “supressão”, “encerrar”, as cartas internacionais dizem “closing down”. Não sabe se a  
12 comunidade tem ciência de que se trata de uma fusão, uma revisão de organograma, uma  
13 reestruturação do departamento, reestruturação de todo o Instituto. Não viu nenhum abaixo-  
14 assinado contrário à revisão do organograma, contrário à fusão ou reestruturação. Os termos  
15 são muito fortes e considera isso ruim. O último ponto é que, honestamente, houve assuntos  
16 muito mais sérios que já passaram por aqui pelo Conselho, como ataques contra a ciência,  
17 problema de financiamento de pesquisa, problema orçamentário, e deveriam estar todos unidos  
18 em uma única direção, e não ficar discutindo uma questão que, para ele, é uma questão pequena  
19 e que é contra os Estatutos, inclusive. Pede um pouco mais de solidariedade e união e que  
20 reconheçam que existem regras na Universidade e que devem ser respeitosos com todas as  
21 outras unidades. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA diz que precisam chamar  
22 as coisas pelo que de fato elas são, porque se estatutariamente se prevê que um departamento  
23 tem de ter 10 professores para poder continuar aberto, e ele vai sofrer uma reestruturação, ou  
24 seja lá como for que queiram chamar, parece-lhe uma extinção de qualquer forma, porque não  
25 vai haver contratações para que tenha professor suficiente para manter o departamento aberto.  
26 Isso é redução estrutural do quadro docente da Unicamp, que significa dismantelar um  
27 departamento para não ter de contratar professor para que ele continue aberto. A solução óbvia  
28 seria contratar dois docentes. Fechar quer dizer outra coisa, ainda mais no contexto em que há  
29 inúmeras justificativas acadêmicas para que esse departamento continue aberto. Não só isso,  
30 mas toda a vontade da comunidade acadêmica do IFCH para que isso aconteça. Então acha que  
31 tem de ser levado em consideração. É membro do Centro Acadêmico de Ciências Humanas,  
32 que organizou um abaixo-assinado que teve mais de 600 assinaturas pedindo a manutenção do  
33 Departamento de Demografia. O texto diz: “Nós, estudantes, entidades e demais interessados  
34 no abaixo-assinado, expressamos por meio deste a nossa profunda indignação pela extinção do  
35 Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
36 Estadual de Campinas, IFCH Unicamp. E solicitamos ao Conselho Universitário que suspenda  
37 o processo, conceda ao departamento um tempo maior para a sua adequação”. Discutiram o  
38 assunto dos departamentos da FEA no item passado em termos acadêmicos. Quando discutem  
39 o tema específico de um departamento que o Instituto não quer que seja fechado, e quando  
40 vivem uma situação de exceção, na qual a gente não pode lançar mão de mais contratações para

1 garantir a manutenção desse departamento, são temas completamente diferentes e que a Reitoria  
2 está tratando de maneiras diferentes inclusive. Preocupa-lhe esse tipo de postura de se adequar  
3 a esses contingenciamentos, aos ataques que vêm sofrendo a Universidade, porque acha que o  
4 que está colocado é que a Universidade deve se adequar a um projeto, uma estrutura de  
5 financiamento diferente, que impõe uma redução, um enxugamento, que não tem a ver com  
6 eficiência, tem a ver com redução de atividade mesmo da Universidade. Precisam ficar atentos,  
7 pois a Reitoria vem nessa linha já faz um tempo, de tentar fazer ajuste fiscal, de reduzir gasto,  
8 de contingenciar contratação, está se adequando ao que o governo do estado quer, e o governo  
9 do estado, no lugar de reconhecer o esforço da Unicamp, vem e aplica o PL 529 para cortar  
10 verba da Universidade, confiscar esse recurso que teoricamente foi economizado a partir de um  
11 ajuste. Então coloca essa preocupação porque acha que essa estratégia de defesa da  
12 Universidade não está dando certo. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES  
13 GOMES NETO lembra que estão aqui tratando do artigo 85-A dos Estatutos e do artigo 149-A  
14 do Regimento da Unicamp. No final de 2018, havia na Unicamp 13 departamentos que não  
15 atendiam a esses artigos porque eles contavam com menos do que 10 professores. Esses  
16 departamentos pertenciam a seis unidades, e todas elas receberam um despacho do Reitor  
17 pedindo que elas resolvessem o problema até meados de fevereiro de 2019. Quando entrou na  
18 PRDU, em março de 2019, começou a lidar com esse problema, inclusive porque isso tinha  
19 alguma vinculação com a recertificação das unidades, e de lá para cá acompanhou e apoiou  
20 todas as iniciativas de adequação que foram promovidas pelas unidades. Fez muitas reuniões  
21 com diretores, percebeu que havia algumas dificuldades em algumas unidades, e os prazos  
22 foram estendidos para que as dificuldades fossem tratadas internamente, como bem mencionou  
23 a professora Mirna hoje pela manhã. Das seis unidades que tinham problemas, cinco resolveram  
24 através de fusão de departamento, ou eventualmente incorporação dos professores em um outro  
25 departamento da unidade. Essas medidas todas foram apresentadas e fazem parte da  
26 documentação que foi encaminhada ao Consu, apresentadas no Ofício PRDU 87. O Cotil  
27 também discutiu e fez uma proposta de reformulação dos seus departamentos. Boa parte dessas  
28 propostas de reformulação estiveram vinculadas a certificações que já estavam em curso. No  
29 caso do IFCH, esse assunto só chegou há pouco à CAD porque a proposta de recertificação do  
30 IFCH também demorou a ser encaminhada, o Instituto foi uma das últimas unidades a  
31 encaminhar a proposta de recertificação. Durante essa discussão da certificação, em mais de  
32 uma oportunidade conversaram sobre a necessidade do atendimento dos Estatutos e de  
33 reformulação dos departamentos. Depois que foi concluída a recertificação, e sem que fosse  
34 alcançada uma solução que atendesse aos Estatutos, a PRDU não teve outra opção senão sugerir  
35 que fosse adotada a mesma regra adotada com as outras unidades. O fato de extinguir o  
36 departamento não significa simplesmente suprimi-lo. Tem em mãos o ofício assinado pelo  
37 professor Zeferino, da FCM, no qual ele propõe a extinção dos departamentos de Anatomia  
38 Patológica e Patologia Clínica e, em contrapartida, a criação do Departamento de Patologia da  
39 FCM. Então, nesse caso, foram extintos dois departamentos para dar origem a um departamento  
40 formado da junção dos dois anteriores. Em alguns desses casos, os departamentos que foram



1 fundidos inclusive tinham até mais professores do que o Departamento de Demografia, e ainda  
2 assim as unidades compreenderam a necessidade de atender aos Estatutos e reformular os  
3 departamentos de uma forma criativa e eficiente, ao mesmo tempo. Na questão da FEA, havia  
4 uma confusão sobre a manutenção do departamento e a preservação da produção acadêmica  
5 dos docentes, que também é uma confusão que aparece aqui. Quem já foi chefe de departamento  
6 sabe quão reduzido é o papel dos chefes no que diz respeito às atividades acadêmicas  
7 desenvolvidas pelos professores. Não tem ninguém questionando, naturalmente, a importância  
8 da pesquisa de demografia e a excelência do trabalho dos professores e do curso de pós-  
9 graduação em Demografia do IFCH. O que se defende aqui é que é possível manter essa  
10 qualidade ainda que o Instituto faça uma fusão de departamentos ou agregue os professores de  
11 outra maneira. E, para isso, basta que o Instituto tenha esse interesse em manter as atividades,  
12 o que tem certeza que o IFCH tem. No caso particular da pós-graduação, o próprio IFCH tem  
13 um programa de pós-graduação em Ambiente e Sociedade sem ter um departamento associado.  
14 Esse curso de pós-graduação tem conceito 7 da Capes, é um programa de pós-graduação  
15 excelente, fantástico, que tem docentes do Nepam, do IFCH, Cepagri, FEC, IB, IE, IG, FCA e  
16 não tem departamento. Além disso, ao incorporar os professores a outro departamento, não vão  
17 extinguir o Nepo. É sempre bom lembrar que a Unicamp tem um longo estudo de população,  
18 um núcleo inteiro dedicado à demografia. No site do Nepo, por exemplo, fez uma consulta  
19 agora, são citados como pesquisadores, dentre outros, todos os professores do Departamento de  
20 Demografia, e no site do IFCH, é possível ver que todos os professores do Departamento de  
21 Demografia têm suas salas no Nepo. Ou seja, ninguém está propondo a extinção da pesquisa  
22 em demografia na Unicamp, e sequer, muito longe disso, a extinção de um núcleo dedicado  
23 exclusivamente a esse assunto, que é uma estrutura formal própria para congrega  
24 pesquisadores e professores dedicados à Demografia. Portanto, a Unicamp já tem uma estrutura  
25 para esse propósito. O professor Paulo Ruffino fez um comentário a respeito das cartas que  
26 foram enviadas, talvez tenha faltado dizer a esses órgãos, a essas pessoas que redigiram essas  
27 cartas, que a Unicamp já tem esse núcleo, uma estrutura inteira devotada à Demografia, e  
28 inclusive muitas das universidades ou das entidades às quais pertenciam as pessoas que  
29 escreveram as cartas não têm um Departamento de Demografia ou um departamento dedicado  
30 exclusivamente para isso. O Departamento de Demografia nunca teve 10 professores e, por  
31 conta disso, em 2012 o Consu baixou uma deliberação dando um prazo para que as unidades  
32 que tinham departamentos com número inferior a esse se adequassem. Desde lá, verificou no  
33 site da Secretaria Geral que o IFCH abriu, desde a última contratação para professor para o  
34 Departamento de Demografia, 13 concursos para professores doutores, e nenhum para aquele  
35 departamento. Ou seja, durante todo esse tempo deu-se prioridade a contratações em outras  
36 áreas. E, por outro lado, existe hoje a perspectiva de que o Departamento de Demografia sofra  
37 uma redução no número de professores, porque há docentes com idade para se aposentar. Em  
38 outras unidades, como é o caso do Imecc, há grupos de pesquisa com mais de oito professores  
39 que funcionam dentro de departamentos, e pergunta se converteriam esses grupos em  
40 departamentos, caso eles solicitem. O departamento a que pertence, por exemplo, que é de

1 Matemática Aplicada, tem um grupo de pesquisa com nove pesquisadores. O recurso do IFCH  
2 também menciona a heterogeneidade do Departamento de Demografia como um motivo para a  
3 manutenção, ainda que, como viram, essa heterogeneidade possa ser assegurada pelo Nepo. A  
4 proposta do IFCH envolve o oferecimento de uma modalidade do curso de Ciências Sociais, e  
5 ela propõe, em contrapartida, a contratação de dois professores. Mas, sistematicamente na  
6 Unicamp, concedem a contratação de professores, ainda mais em uma situação como a que  
7 estão passando, quando há uma expansão de vagas, o que não é o caso; propõe-se apenas a  
8 criação de uma nova modalidade sem expansão de vagas, o que não é um tratamento adotado  
9 nas outras unidades de ensino e pesquisa. Então, em resumo, não vê motivo para que tratem o  
10 IFCH de uma maneira diferente daquela que foi adotada para as outras unidades. O Conselheiro  
11 JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que considera legítima tanto a discussão  
12 que foi feita sobre a FEA como esta que está sendo apresentada pelo IFCH, e fará algumas  
13 considerações de diferenciação. Na FEA, houve todo um debate que passou por duas  
14 congregações, uma foi contrária, depois a outra foi favorável. Acompanhou na época, do ponto  
15 de vista da estrutura administrativa, mas considera que o fato de uma congregação ter discutido  
16 e posicionado uma situação não significa que o Consu não possa rediscuti-la, é legítimo e é  
17 bom que faça isso quando houver questionamentos. Em relação ao IFCH, estava na reunião da  
18 CAD, e participou no início dos anos 2000 da reestruturação dos Estatutos, que procurava ser  
19 mais abrangente do ponto de vista das suas estruturas de organização, não se limitando somente  
20 aos departamentos. Inclusive havia muitos questionamentos à estrutura de departamento, que  
21 era muito corporativa, e a ideia era ampliar isso, que acha que foi o que justificou naquele  
22 período ter uma estrutura de departamento que comportasse o mínimo de docentes. Em 2020,  
23 a conjuntura é muito diferente. Talvez aquela deliberação do início dos anos 2000 não dê conta  
24 mais dessa estrutura, porque as unidades não estão tendo mais capacidade e condições de repor  
25 professores e fazer um planejamento de futuro que possibilite inclusive uma visão mais ampla  
26 do ponto de vista da sua capacidade acadêmica. Isso é real. Então, na CAD mencionou que se  
27 fosse uma discussão estatutária, não caberia discutir ali, mas, no conteúdo, a discussão do IFCH  
28 estava correta, porque de fato problemas conjunturais dificultaram a vida das unidades, do  
29 ponto de vista da reposição docente, que foram situações que foram se agravando com a crise.  
30 Então, o problema que o IFCH está vivendo é um problema da realidade do contexto da  
31 conjuntura. Nesse sentido, acha que a Universidade precisa olhar para o problema geral; há uma  
32 solicitação do IFCH de prazo até 2021, que se for aprovada não deve ser uma discussão do  
33 IFCH, deve ser uma regra para a Universidade. Mas também há a questão de rever essa decisão  
34 que é estatutária, pelo menos para ver se ela está sendo adequada ou não, talvez constituir um  
35 grupo que possa rediscutir isso e fazer uma adequação dessa proposta, pelo menos em um prazo  
36 mais adequado. Acha que faltou essa discussão mais formal, se é uma decisão estatutária ou  
37 não, decisão estatutária se muda por 2/3, mas, se couber aqui uma discussão de prazo, que seja  
38 um prazo institucional para as unidades que têm esse problema poderem se adequar. Não pode  
39 ocorrer, em função de um momento ruim que estão vivendo, um prejuízo acadêmico em uma  
40 unidade. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que estão diante de um problema

1 agudo e que merece absoluta atenção do Conselho Universitário. Às folhas 03 da pauta da  
2 Ordem do Dia, no item 13, é mencionado o seguinte: “IFCH: recurso para deliberação. Recurso  
3 interposto pelo IFCH face à decisão da CAD que aprovou no âmbito da certificação do Instituto  
4 a proposta de extinção do seu departamento de Demografia, através da deliberação CAD” etc.  
5 Foi o que a CAD fez, imagina, levando em conta as questões dos Estatutos da Unicamp, frente  
6 a um número de docentes do referido departamento. Desde a sua criação em 2005, o  
7 Departamento de Demografia jamais atingiu o número mínimo de docentes estipulado pelos  
8 Estatutos e pelo Regimento da Unicamp. Depois alteraram isso em 2012. Portanto, parece-lhe  
9 que a CAD tomou essa deliberação corretamente. A Reitoria enviou isso ao IFCH, esperando  
10 uma determinada atitude do Instituto, que não foi aquela que ele tomou, e ele encaminhou um  
11 recurso para deliberação frente a essa aprovação da proposta da CAD. Ao chegar esse recurso,  
12 acha que neste momento o que deveria ter feito a Reitoria é enviado esse processo à Cepe para  
13 colher um parecer acadêmico a respeito da extinção ou não do referido departamento, para  
14 depois chegar ao Conselho Universitário. Acha que esse caminho seria muito menos doloroso,  
15 muito menos difícil do que está sendo. Não é mais membro da Cepe nem da CAD, e quando  
16 recebeu esse recurso para analisar para o Conselho Universitário, como sempre ocorre nos  
17 recursos, foi estudar com bastante cuidado e verificou que a Reitoria fez vários contatos com a  
18 unidade, para ter perspectivas e alternativas para o caso. Não foi possível. Considera muito  
19 relevante a informação que aqui tiveram de que, antes de chegar a esse momento, 17 docentes  
20 do IFCH foram contratados não no âmbito desse departamento, o que acha efetivamente uma  
21 perspectiva adotada pelo Instituto. Discorda dessa perspectiva, porque em um país pobre como  
22 o Brasil, demografia é algo absolutamente essencial e, portanto, acha que ela deveria ter, pela  
23 importância, uma prioridade muito maior dentro dessas eventuais contratações. A Unicamp tem  
24 o Nepo, que possui sete pesquisadores, e seu coordenador fez o doutorado em Demografia.  
25 Acha que o Nepo deveria fazer parte de uma solução para socorrer a possibilidade de o IFCH  
26 ter um grande e muito mais importante Departamento de Demografia, para continuar  
27 efetivamente contribuindo para esta importante área da ciência no país. A Conselheira  
28 GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que está completamente chocada com muitas das falas que  
29 foram feitas aqui. Considera que houve pressão sim, pois se o diretor da unidade não resolver  
30 a certificação, ele fica em uma situação administrativa muito difícil. Pergunta por que a  
31 certificação tem de ser em cima dessa questão, por que não há prazo para isso e por que não se  
32 discute isso de forma mais clara. Está muito surpresa também com o professor Marcelo, que  
33 em questões muito mais difíceis teve uma postura estadista muito boa, e agora estão em uma  
34 situação de afetar o desenvolvimento das unidades naquilo que lhe é mais caro. Montar uma  
35 unidade é difícil, são desafios, ano após ano. Escutou aqui, assim como escutou na FEA, que  
36 esse departamento por muito tempo não teve docente suficiente. Pergunta quantas vezes tiveram  
37 retração de contratações, dificuldades ao longo de todos esses anos. Então, é complicado cobrar  
38 que os Estatutos sejam cumprido à risca em um período em que há contingenciamento de  
39 docentes, pois os diretores ficam sem saída. A situação da FEA não foi fácil, foi discutida  
40 profundamente e está sendo um problema até agora porque tem de resolver várias questões.

1 Parabeniza o diretor e o diretor associado do IFCH, pelos argumentos muito claros, e acha que  
2 eles têm de lutar mesmo, porque gestões passam, o que fica é a unidade, e a unidade tem de  
3 prestar conta das suas ações para a sociedade que os mantêm. Então, preservar os seus cursos,  
4 preservar o seu nível acadêmico, lutar por esse nível é a missão que possuem. Pergunta se as  
5 leis foram feitas para os homens ou os homens para as leis, se não podem esperar terminar o  
6 contingenciamento para discutir tudo. Os diretores não têm o que fazer, e pelo que tem  
7 ouvido, inclusive na FCM, as interações, as fusões, não foram tranquilas, não foram arestas que  
8 já estão aparadas. Isso está acontecendo. Pergunta se vale o preço, e como perguntou a  
9 conselheira Patrícia, o que ganham com isso. Estão ganhando reduzir tudo e se tornar cada vez  
10 menos importantes, como disse o conselheiro Lucas. É no momento de crise que devem crescer,  
11 aparecer pela questão profissional mais séria, mas gastam uma tarde para discutir se um  
12 departamento importante como esse continua ou não. Está completamente chocada. O  
13 Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que hoje ficou surpreso porque foi a primeira  
14 reunião que assistiu em que o presidente da sessão tentou obstruir a sessão. Manifesta a defesa  
15 do recurso do IFCH, porque vê que existe, à luz do artigo 85-A, parágrafo único, dos Estatutos  
16 da Unicamp, justificativa acadêmica para sua manutenção até a prorrogação permitida. A  
17 professora Teresa fez uma leitura dos Estatutos, disse que a leitura dela era um fato, mas não  
18 apresentou parecer da Procuradoria Geral embasando a sua interpretação. Pelo contrário, existe  
19 um parecer da PG aprovando que se traga a este Conselho o recurso do IFCH. Fará a leitura  
20 desse artigo dos Estatutos, que o professor Marcelo insiste em ler só um pedaço. “Parágrafo  
21 único: o Conselho Universitário poderá, em caráter excepcional, por maioria simples, autorizar  
22 o funcionamento de departamento com número inferior ao disposto no *caput*, a vistas de  
23 justificativas fundadas em razões acadêmicas”. Esse Conselho, portanto, é soberano e legítimo  
24 para acolher o recurso do IFCH. Reitera que cada unidade tem o seu projeto, que deve ser  
25 respeitado pela Administração da Universidade, em especial em um período em que estão  
26 sofrendo sérias limitações no cenário econômico, e por lei, diferentemente do caso anterior da  
27 pauta, existe a expressa vontade e iniciativa da congregação em manter a estrutura até  
28 possibilidade de contratação. Basta ver a gravação ou a ata da reunião da CAD para atestar  
29 como a discussão foi em torno de argumentação contra e a favor da extinção do departamento,  
30 muito mais do que da certificação do IFCH. Fica evidente nesse processo que a PRDU sugeriu  
31 um encaminhamento que usurpou a competência de outra câmara, porque a atribuição  
32 estatutária é da Cepe, o que ressalta à luz dos Estatutos o caráter acadêmico da decisão. Pergunta  
33 novamente quem ganha com isso. O IFCH é atacado pelo governo porque nas Humanidades  
34 chamam as coisas pelos nomes que elas têm, e trata-se de extinção. Não existe palavra bonita  
35 para isso. A manifestação do Ministério da Ciência e Inovação do governo da Espanha, que está  
36 anexa, ressalta que deixar a Unicamp, uma das universidades de maior prestígio da América  
37 Latina, sem o departamento de Demografia é um erro estratégico, e juntou ao Ministério outras  
38 manifestações, da Universidade de Genebra, de Universidade de Buenos Aires, associações  
39 internacionais e mais de trinta entidades do mundo todo, e é isso que os motiva. A comunidade  
40 acadêmica internacional está acompanhando com preocupação o que está acontecendo no

1 Brasil, e vai ser um erro imperdoável para a Unicamp não defender o seu próprio projeto. Diante  
2 de tudo isso, é favorável ao provimento do recurso do IFCH. A Conselheira HELOISE DE  
3 OLIVEIRA PASTORE diz que ouviu a manifestação do professor Roberto e a dos seus colegas  
4 com muita atenção, tentando entender os vários argumentos e as várias colocações. Entendeu  
5 bem a sua explicação sobre o rito pelo qual esse processo deveria ter passado antes de voltar  
6 como recurso para esta Câmara. Manifesta sua estranheza pelo não seguimento desse rito, pois  
7 teria sido muito mais simples. Mormente porque não viu nenhum argumento hoje que fosse  
8 novo, a única novidade é que esse processo não passou pelo caminho que deveria ter passado.  
9 E pela explicação do professor Marcelo, ele tem toda a chance de voltar ao caminho correto  
10 neste momento. Então continua não entendendo porque estão aqui repetindo argumentos que já  
11 falaram na última reunião, gastando muito tempo e realmente criando situações muito tristes de  
12 se ver, como alunos levantando o dedo. Sua proposta é que retirem este item da pauta, que ele  
13 vá seguir o caminho que tem de seguir e volte, porque assim atenderão o Regimento na situação  
14 de que ele tem de voltar à Cepe e ser apreciado por ela. E uma vez apreciado pela Cepe, o  
15 resultado que dali emanar deverá seguir também ele o Regimento da Universidade. Então, se  
16 for entendido que o departamento deve ser reestruturado, que ele seja, mas ouviu hoje aqui  
17 pessoas tão sábias dizerem que extensão é extinção. Se uma Universidade no exterior olha a  
18 palavra “extinção”, ela entende que os docentes que pertencem a este departamento serão  
19 demitidos. Dificilmente no exterior uma Universidade tem o mesmo tipo de regime de trabalho  
20 que possuem aqui. A acomodação em outros departamentos é muito difícil em outras  
21 universidades, então uma extinção, olhando os colegas que estão envolvidos nesse problema, é  
22 muito complicada, e sabem que além de poder existir uma reestruturação departamental, existe  
23 um núcleo que já existia antes do departamento. Então, argumentos do tipo que não foi dado  
24 tempo não são corretos; foi dado tempo sim. Existia um contingenciamento, mas todas as  
25 unidades estiveram contingenciadas, não foi só o IFCH. Ela recebeu 54 vagas e precisava talvez  
26 de duas ou três para atingir o mínimo necessário; pergunta se os próprios departamentos do  
27 IFCH não puderam ser convencidos da necessidade de fornecer as vagas para a manutenção  
28 desse departamento. Propõe, portanto, então a retirada de pauta e que o processo siga o rito  
29 normal. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que retirar de pauta não resolve, porque volta na  
30 reunião seguinte. O que vão fazer é discutir e votar o recurso do IFCH. O Conselheiro ROBSON  
31 BOMFIM SAMPAIO inicia pedindo respeito às conselheiras e aos conselheiros estudantes  
32 discentes que foram eleitos; não estão na condição de alunos aqui neste espaço. Solicitam  
33 encaminhamentos, ordens para ser seguidas conforme os Estatutos, então começa sua fala assim  
34 porque já o incomodam muitas falas, desde o início de sua presença no Conselho. Também  
35 possuem análise de fatos, colocam como objeto, cada um tem a sua análise, então têm de ser  
36 respeitadas as opiniões, isso faz parte da dialética no debate político, e aqui é um conselho  
37 político; já foi deliberado que há o mérito acadêmico, e estão aqui defendendo o IFCH. Estão  
38 em um momento de tensão e precisam distensionar, precisam se respeitar mais. Não tem  
39 problema nenhum, com todo respeito à Mesa e às demais pessoas que compõem a Reitoria,  
40 recuar um passo para entender o que ocorreu, porque aquele encaminhamento da CAD foi

1 extremamente equivocado. Foi uma votação apertada, a partir de um destaque, não era a  
2 certificação, era sobre o mérito daquele encaminhamento naquela certificação, que era para ter  
3 tirado e assim não estariam neste momento, neste nível, nesta tensão, utilizando discursos,  
4 retórica, para desqualificar a opinião de outras pessoas. Acha muito ruim essa forma de discutir  
5 um problema político que ocorreu a partir de um encaminhamento equivocado na CAD, que  
6 teve uma pressão em cima do IFCH, que precisam trazer com toda tranquilidade aqui e fazer  
7 um debate honesto, porque se for fazer uma análise do que estão fazendo aqui, todos são  
8 estudiosos da questão pública, da instituição, da estrutura pública, estudam racionalidade  
9 política. Então sabem o que está ocorrendo aqui e como está ocorrendo, então não adianta trazer  
10 esclarecimento como forma de cercear opinião divergente da forma do encaminhamento. Isso  
11 é inadmissível no espaço democrático. Precisam aceitar as críticas e tentar buscar, a partir delas,  
12 um caminho alternativo, pois não é possível usar o discurso racional o tempo todo a partir do  
13 momento em que há uma discussão política por trás. Não adianta colocar isso como se não  
14 entendessem; entendem muito bem, não estão pedindo esclarecimento, tomam uma posição  
15 contrária a alguns encaminhamentos e essa é a questão. Para eles, esses encaminhamentos  
16 conduzem a uma reforma administrativa que busca um aspecto neoliberal da estrutura da  
17 Universidade. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que estava  
18 pensando como abordar essa questão, e vai pontuar três coisas: a primeira é que chegam em um  
19 ponto em que há razões e argumentos dos dois lados, seja pelo argumento acadêmico, seja pelo  
20 argumento estatutário, regimental, administrativo. Chegou-se a um ponto em que não há uma  
21 solução aparente, podem ficar aqui dias discutindo esse assunto e os dois lados vão apresentar  
22 as suas razões. Acha que esse é um assunto que não deveria ter chegado à CAD e não deveria  
23 ter chegado aqui depois da CAD. Se não foi possível chegar a um acordo depois de muitas idas  
24 e vindas e discussões entre as partes, a Unicamp precisa começar a pensar em criar uma  
25 instância de resolução de conflitos, que não é trazer a coisa nesta situação para este Conselho,  
26 ou nem mesmo para a Câmara. É alguma coisa para pensar em como resolver esses problemas.  
27 É lógico que a unidade tem autonomia acadêmica para decidir essas coisas e é lógico que a  
28 Unicamp tem as suas regras e os Estatutos que definem também certas condições de  
29 funcionamento no caso de departamentos. Então, se não conseguiram chegar a um acordo, é  
30 preciso ter uma instância de resolução de conflitos dentro da Universidade, que acha que não é  
31 aqui no Conselho Universitário. Isso facilitaria muito o trabalho, e essa discussão estaria  
32 provavelmente em outro nível, nem teria chegado dessa maneira como chegou. Sente-se muito  
33 desconfortável de votar a extinção de departamentos, mas entende que não é isso que está em  
34 pauta neste momento. O professor Roberto trouxe uma questão regimental processual nova,  
35 dizendo que o assunto precisa ser discutido na Cepe. Se é assim, acompanha a proposta da  
36 professora Heloise, de que esse assunto precisa ser redirecionado. O recurso apresentado pelo  
37 IFCH, dada a questão processual regimental que foi levantada, já não faz mais sentido, porque  
38 ele pede um prazo, revisão da decisão da CAD, fala-se muito em extinção e, na verdade, pelo  
39 que o professor Francisco falou, o que se votou foi a certificação. Confessa que ficou em dúvida  
40 sobre o que foi votado na reunião da CAD. Mas vai considerar que foi a certificação que

1 votaram, dentro de uma câmara administrativa, que está correto. Se for isso, e a questão da  
2 extinção que vem junto, que acompanha esse assunto, deve ser discutida em outra instância,  
3 como dizem os Estatutos da Universidade, então que se encaminhe à Cepe. Há um problema de  
4 ovo e galinha, pois se aprovou uma certificação que não tem o Departamento de Demografia.  
5 Suspende-se temporariamente a aplicação dessa certificação para que o assunto vá ser  
6 reapresentado ou apresentado de uma outra forma para a Cepe. Pediria que o IFCH levasse isso  
7 à Cepe, porque lhe parece o encaminhamento correto, dadas as novas informações, respeitando  
8 os Estatutos, ou seja, levar uma proposta que não recomece toda essa discussão do zero, para  
9 que seja discutida lá dentro com novos fatos. Estão aqui repetindo a discussão que houve, a que  
10 se seguiu uma votação apertada, e reafirma que ambos os lados têm suas razões do ponto de  
11 vista administrativo organizacional, do ponto de vista acadêmico, e precisam encontrar uma  
12 forma de solução para isso. Então vê que, dada a questão regimental processual que foi  
13 colocada, e dado que o assunto extinção do departamento está em pauta como resultado da  
14 certificação, podem chamar de readequação para dentro do IFCH, e que isso deveria ser  
15 discutido na Cepe. A retirada de pauta teria de ser precedida da retirada do recurso, porque da  
16 forma como o recurso está, não cabe mais, dada a nova questão processual. O Conselheiro  
17 JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que é uma pena que tenham de chegar nesse  
18 nível de tensão e de desgaste, fazia um tempo que não passavam por isso nessa proporção e de  
19 forma tão desnecessária. Relembra uma situação por que passou aqui, como representante há  
20 dois anos, com a mesma Reitoria aqui presente, muitos dos conselheiros e colegas aqui  
21 presentes, e na Ordem do Dia havia um item sobre reajuste salarial, um reajuste bem pequeno,  
22 de cerca de 1,4%, e isso obviamente também era um motivo de efervescência de nervos e de  
23 polêmica em um momento de crise universitária. Naquele momento, foi para aquela reunião  
24 esperando que não seria votado aquele documento, por conta da resolução que estabelece que  
25 qualquer adição de despesas fixas deve passar por três instâncias, uma delas era a Comissão de  
26 Orçamento e Patrimônio, da qual fazia parte à época e, portanto, sabia que não havia sido  
27 passado. Um segundo parecer que era um estudo que visse as consequências de qualquer  
28 despesa de caráter fixo na Universidade. E havia um terceiro documento, que também não  
29 constava e que foi formulado na hora da reunião. Expôs isso na primeira fala da discussão,  
30 assim como fez hoje o professor Roberto ao expor o problema jurídico existente. Aquele  
31 assunto foi votado e aprovado naquele dia, algo muito questionável, inclusive exigiu um parecer  
32 da PG, que até hoje ainda não se posicionou, espera que venha a se posicionar, mas foi  
33 assustador o que aconteceu lá e espera que não se repita. Não sente que seja muito bom, por  
34 exemplo, que se tenha uma legislação que diga que tem de passar pela Comissão de Orçamento  
35 e Patrimônio e ela fazer um parecer, como disseram na época, *a posteriori*, sendo que aquele  
36 parecer deveria servir para instruir o voto sobre aquela questão. Um outro parecer desses três  
37 apareceu durante a própria reunião, a discussão se estendeu muito, quase cinco horas de  
38 discussão naquilo e o documento foi elaborado ali. Não está querendo fazer acusações, apenas  
39 lembrar que esses momentos exigem serenidade de todos, para não repetirem isso, porque isso  
40 desgasta, de certa forma, a democracia universitária quando atropelam os procedimentos

1 estipulados pelo próprio Consu. Naquele caso, era uma regra que tinha sido votada no ano  
2 anterior, ou no retrasado, e chegaram a um florescer de nervos desnecessário. Apesar de todas  
3 as considerações muito valorosas de ambos os lados, estão sim em uma situação absolutamente  
4 excepcional na Universidade sobre esse tema e sobre tantos outros, porque hoje reformularam  
5 os Estatutos, venceram um pouco nisso, os Estatutos não estão dados como o princípio mais  
6 justo e correto de decisão sobre tudo. Não à toa hoje o repensaram um pouco e acha que  
7 caminharam em consenso para uma melhoria dele. Os Estatutos foram feitos em um outro  
8 contexto, dos anos 2000, em que não havia por possibilidade a ideia de que um departamento  
9 que fosse de extrema necessidade não teria de ter o seu mínimo de professores cumprido. Não  
10 estão mais nessa situação, o orçamento está acabando, é uma situação um tanto desesperadora,  
11 mas também motivadora para continuarem aqui lutando e repensando as decisões que irão  
12 tomar, repensando o quanto esses Estatutos, que talvez fosse tão válido se essa discussão fosse  
13 dada cinco anos atrás, não tenham mais o mesmo cabimento. Por isso, faz coro às falas dos  
14 professores Sérgio, Heloise, Roberto e tantos outros que trouxeram a necessidade de seguir esse  
15 procedimento com mais calma, interromper esta discussão e levar isso à Cepe para depois  
16 prosseguir. Devem entender que os Estatutos e o Regimento Geral talvez neste momento não  
17 correspondam às necessidades e realidades. Para a graduação este ano tiveram de abrir uma  
18 série de exceções em relação à reprovação por falta, integralização, mesmo matérias, a questão  
19 das bolsas, se as bolsas teriam de estar acompanhadas da pessoa cumprindo matérias, sendo que  
20 estudantes não estão em condições de cumprir com muitas das matérias. Então acha que  
21 precisam ter muita compreensão pela situação que estão hoje. Se isso tivesse chegado até cinco  
22 anos atrás, seria outra situação, mas estão em uma crise pandêmica, em uma crise orçamentária,  
23 e não podem levar o debate ignorando esses fatos. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO  
24 diz que esse assunto é muito complexo e evita se manifestar quando ele surge. Não se  
25 manifestou na CAD quando esse assunto apareceu, mas naquele momento concordou com as  
26 palavras iniciais da manifestação do conselheiro João Raimundo, que não entendia o porquê de  
27 aquele assunto estar sendo discutido na CAD. Foi citada aqui a FCM pelo professor Francisco  
28 e outros conselheiros, e com certeza foi muito difícil, não foi simples, e a primeira alternativa  
29 da congregação para encaminhar essa questão da reforma departamental foi solicitar à Reitoria  
30 o enquadramento das extinções dos departamentos, a situação dos departamentos com menos  
31 de 10 docentes, no parágrafo único no artigo 85-A dos Estatutos, esse parágrafo que foi várias  
32 vezes citado aqui. Esse encaminhamento foi rejeitado, e mantiveram a discussão de um ajuste  
33 dos departamentos. Tem um entendimento claro, boa parte da Faculdade tem um entendimento  
34 que coincide, uma grande parte dos membros do Consu que já se manifestaram sobre a questão  
35 de reforma departamental também: a Faculdade tinha 16 departamentos, ela encaminhou uma  
36 proposta de 13. Essa situação do Departamento de Demografia volta a trazer essa discussão  
37 para dentro da FCM, e isso o está incomodando muito, porque é algo que aparentemente estava  
38 pacificado e agora é retomado. A professora Heloise fez uma proposta de retirada de pauta, a  
39 qual reitera, para que remetam o assunto à Cepe para fazer uma análise de mérito e voltar para  
40 o Consu para verificar se se enquadra ou não no parágrafo único do artigo 85-A, e se houver



1 alguma dúvida sobre o enquadramento, do ponto de vista legal, que haja manifestação da  
2 Procuradoria Geral. Tem a impressão de que o assunto, que inicialmente era uma discussão de  
3 mérito, se tornou mais uma discussão de encaminhamento, se o encaminhamento está correto  
4 ou não. Acha que isso vai dar uma fragilidade muito grande, e independentemente de essa  
5 votação ser favorável ou contrária ao recurso, esse debate vai continuar e não terá uma solução  
6 nesta reunião. Portanto, reitera a proposta de retirar esse assunto de pauta, dar um  
7 encaminhamento mais apropriado, voltar ao Consu com as informações que são necessárias  
8 para fazer uma análise de mérito, e só de mérito, e encaminhar a partir daí. Fica muito mais  
9 tranquilo, até do ponto de vista da questão da FCM, porque, da forma como está, o assunto vai  
10 reacender dentro da FCM e seria ruim se isso acontecesse. A Conselheira MARISA MASUMI  
11 BEPPU diz que boa parte da confusão de hoje se deve ao fato de os conselheiros não  
12 conhecerem os trâmites de encaminhamento. Independentemente se o assunto nasceu via CAD  
13 ou via Cepe, se ele tem alguma necessidade específica de passagem na outra câmara, é assim  
14 que se procede. Então, a seu ver, a conduta do professor Francisco de após a aprovação da  
15 certificação do IFCH proceder em um prazo específico uma proposta para a Cepe, na sua forma  
16 de entendimento está correta. O fato que está causando confusão é esse recurso ter aparecido  
17 antes, e o entendimento desse recurso também é algo complicado. Leu o texto integral do que  
18 foi apresentado pelo IFCH, pela defesa do professor Roberto, e relembra o que está em cada  
19 uma das pautas: dia 1º de setembro de 2020, item 22 da pauta da CAD, revisão da certificação  
20 e organograma do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, era isso que estava em pauta,  
21 a certificação passou. Hoje há um pedido de recurso que pede a nulidade dessa deliberação. Se  
22 o que o IFCH está pedindo é a nulidade da certificação, particularmente não é favorável porque  
23 houve um trabalho imenso por trás, de várias equipes, para chegar a essa certificação, existe um  
24 regimento, inclusive, para fazer uma homogeneização com todas as unidades. Porém, se o que  
25 está sendo solicitado pelo IFCH é especificamente o que eles propõem no recurso, que é: “O  
26 IFCH se posiciona contrariamente à extinção do Departamento de Demografia e solicita ao  
27 Conselho Universitário um prazo até dezembro de 2021”, e não a revogação da deliberação  
28 CAD, acha que é uma situação de interpretação e poderia, como os professores Heloise e  
29 Zeferino colocaram, ir para a Cepe, no prazo específico do que o professor Francisco estava  
30 propondo. No caso de solicitar um prazo maior para fazer essa adequação, entendem todas as  
31 argumentações colocadas, mas o ofício da Reitoria partiu em 2018. O professor Francisco nem  
32 era pró-reitor ainda. E também no critério de emissão desses ofícios, não foi olhado  
33 simplesmente se o número estava abaixo do que se coloca estatutariamente, foi observado se  
34 foi dada à unidade oportunidade de planejamento e reposição, e não aconteceu em momentos  
35 muito virtuosos da Universidade, do ponto de vista financeiro. Em relação às exceções, e vai  
36 discordar do que tem sido argumentado aqui, inclusive pelo professor João Frederico, exceção  
37 é, para o que mencionaram sobre as questões acadêmicas, de aulas na pandemia, uma exceção  
38 a uma regra que é aplicada para todos. Nesse caso, o que está sendo pedido é uma exceção para  
39 uma unidade, sendo que cinco outras tiveram também de se manifestar sobre o mesmo assunto.  
40 Sabem a pressão que um diretor sofre e a dificuldade que é chegar a soluções de consenso.

1 Consenso se constrói. Então, a espelho do que o professor Zeferino acabou de dizer, pode  
2 parecer uma mera extensão de prazo, em decorrência de uma pandemia, e não foi a pandemia  
3 que causou esse problema, mas democracia universitária significa não apenas direitos, mas  
4 deveres também, e igualdade. Nesse sentido, precisam lembrar que cinco outros diretores de  
5 unidade e departamento vão ficar em situação extremamente melindrada e difícil frente a esse  
6 pedido. Então precisam verificar primeiro qual é o pleito de fato do IFCH para se decidirem. O  
7 Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA diz que muita coisa já foi dita, e lembrará um  
8 aspecto a respeito do caráter acadêmico do departamento. Esse termo foi usado várias vezes  
9 aqui, inclusive no recurso. Mas, quando falam de atividade acadêmica, parece, muitas vezes,  
10 que tomam esse termo de maneira um pouco abstrata. Pergunta o que são atividades  
11 acadêmicas, de fato, na prática, onde elas se concretizam, se materializam, se é na sala de aula,  
12 na definição de ementas e disciplinas, na criação e supressão de disciplinas, nas atribuições de  
13 aulas, diversas situações que são definidas no âmbito dos departamentos. A natureza  
14 administrativa e até política do departamento está intrinsecamente relacionada à sua natureza  
15 acadêmica. Muitas vezes, as atividades acadêmicas dependem de decisões políticas, que são  
16 protagonizadas pelo processo de representação exercido através dos departamentos. Então,  
17 quando admitem a exclusão de um departamento, e colocam na argumentação que isso não  
18 necessariamente comprometerá a natureza acadêmica das atividades dos docentes que antes o  
19 compunham, isso pode ser um pouco equivocado. O departamento que deixa de existir em uma  
20 estrutura ainda departamental da unidade certamente vai perder bastante força no sentido das  
21 condições que ele poderia ter de influir academicamente na própria unidade e até nas atividades  
22 que ele próprio vai desenvolver. Há uma natureza política, a seu ver positiva, acha que há um  
23 espaço político positivo que a Universidade preserva com o departamento, então há uma  
24 natureza política no departamento que é diretamente relacionada ao êxito da sua atividade  
25 acadêmica. Esse, a seu ver, é mais um motivo para pensarem na possibilidade de conceder um  
26 pouco mais de tempo se concordam com a posição expressa pelo Instituto de que esse  
27 departamento é relevante e seria interessante para a Universidade que ele permanecesse.  
28 Somando aos argumentos que já foram colocados, de fato os Estatutos precisam ser respeitados,  
29 mas eles não estariam sendo desrespeitados, pelo que entendeu até agora, se esse tempo fosse  
30 concedido dentro daquele período previsto nos próprios Estatutos. Talvez essa fosse uma saída  
31 um pouco menos traumática, ou seja, há um reconhecimento do problema, há o reconhecimento  
32 também de que as condições atuais não favoreceram, ou pelo menos não facilitaram a sua  
33 solução, os próprios equívocos, se é que ocorreram, de tramitação podem ter sido também  
34 favorecidos por essa situação de excepcionalidade em que estão fazendo tudo on-line, portanto  
35 há uma série de fatores que caracterizam essa excepcionalidade do momento. Então, colocando  
36 tudo isso na balança, acha que seria menos traumático, mais interessante, que concedessem esse  
37 tempo, ou então retirassem de pauta, como foi falado, para que a decisão fosse mais tranquila  
38 e, quem sabe, até consensual. Um último aspecto é que a situação pela qual passa hoje o IFCH  
39 pode ser a de vários outros amanhã. A Faculdade de Educação, por exemplo, está há um bom  
40 tempo com um número reduzido de professores em alguns departamentos, várias

1 aposentadorias à vista e pouca chance de reposição de todos os quadros. Então, esse cenário  
2 pode ser o de muitas outras unidades daqui a pouco, e podem estar diante da mesma situação.  
3 Reconhecem a importância do respeito ao Regimento, mas, também dentro dele, concedem um  
4 prazo para que o próprio Instituto se adeque. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA  
5 MEIRELLES diz que realmente tiveram uma discussão em alguns momentos um pouco  
6 acalorada, mas acha que é um tópico que tem bastante importância, e que como o professor  
7 Renê acabou de mencionar, na situação que vivem atualmente esse talvez seja um problema  
8 que vão enfrentar mais vezes, afetando outras unidades, outros conjuntos de departamento.  
9 Então precisam agir com muita cautela. Retomando a fala da conselheira Anna Bentes,  
10 concorda que não deveriam admitir uma solução única para todos os lugares, sem considerar a  
11 opinião, a manifestação, a influência da unidade, da localidade. Nesse sentido, sentiu-se um  
12 pouco incomodado com algumas comparações, elas foram sempre muito reafirmadas com a  
13 situação da FEA. Em outra reunião, disse que essa discussão na FEA tinha um elemento interno  
14 importante, e esse elemento foi desenvolvido e evoluiu ao longo de uma longa trajetória que  
15 acabou culminando na aprovação da congregação, uma manifestação mais ou menos  
16 inequívoca da comunidade local. Também uma outra preocupação que tem é que devem tomar  
17 cuidado de não só olhar a forma como os outros os tratam, mas olhar a forma como tratam os  
18 outros também. A palavra “extinção” tem uma dimensão bastante forte, e não basta olhar como  
19 algumas manifestações de apoio ao IFCH usaram talvez palavras fortes, se também não  
20 pensarem nas palavras que as pessoas foram a favor disso usaram em relação ao IFCH. Precisam  
21 ser capazes de se colocar na posição do outro e julgar como o outro está sendo afetado por isso.  
22 Acha que isso às vezes não é considerado. Todas essas discussões têm o elemento de mérito,  
23 mas talvez a questão essencial aqui não seja tanto, neste momento, a discussão do mérito, mas  
24 a discussão do procedimento. Não vão resolver conflitos nem construir unidades no conjunto  
25 da comunidade se não tiverem um acordo sobre os procedimentos. O conselheiro João Luis  
26 lembrou uma situação da qual também me lembro claramente. Discutiram em uma reunião do  
27 Consu um parecer que estava faltando em relação a um procedimento alguns anos atrás, e isso  
28 gera desconfiança, dúvida, atrito e conflito. As regras do jogo têm de ser pactuadas e aceitas  
29 pelo conjunto da comunidade, e um problema levantado pelo IFCH é o de não ter sido  
30 considerado esse aspecto. Acha que é nisso que deveriam se fixar: para que tenham  
31 possibilidade de fechar acordos no sentido positivo da atividade política, ou seja, negociar  
32 soluções e resolver conflitos, precisam pactuar os procedimentos e, aparentemente, existe um  
33 problema de procedimento na condução deste caso. Não podem deslegitimar o direito do IFCH  
34 de discordar dessa decisão. Então esse caso é muito diferente dos outros, que optaram por não  
35 discordar, optaram por aceitar e se ajustar. O IFCH tem direito, dentro das regras do jogo, de  
36 discordar dessa opinião e de solicitar que a forma de ela ser decidida corresponda àquilo que  
37 está expresso nos Estatutos e no Regimento da Unicamp. Essa é uma questão essencial para  
38 tomarem uma decisão, e seria muito positivo se o Consu fosse capaz de reconhecer isso, admitir  
39 que o procedimento tem algum problema, que uma unidade tem o direito de discordar de uma  
40 decisão de uma instância superior e tem o direito de recorrer, dentro das normas da

1 Universidade, para que ela tenha um espaço de defender as suas posições, e que as decisões  
2 podem até ser contrárias a elas, mas serão adotadas de acordo com o procedimento estabelecido  
3 regimentalmente ou estatutariamente. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE  
4 diz que existem três pontos que considera que ultrapassam a questão que está sendo aqui  
5 debatida, embora, evidentemente, partam dela. Primeiramente, reforça a importância da  
6 discussão neste Conselho. Existem regras, e elas permitem que possam funcionar de uma  
7 maneira adequada, só que essas regras podem ser discutidas nas suas aplicações e nos seus  
8 contextos. Faz parte da posição do Consu poder voltar os argumentos colocados em câmaras  
9 anteriores, concorda com a professora Heloíse, às vezes é bem desgastante fazer isso, mas não  
10 são todos que têm tempo para ouvir as outras câmaras e este é um espaço, por excelência, da  
11 discussão. Se forem considerar aplicação automática de Estatutos, a participação do Consu seria  
12 prescindível, porque poderiam fazer um programa que resolvesse as coisas em dados períodos  
13 e questões, nem precisaria fazer a discussão. Outro ponto é não ter problema em fazer  
14 autocrítica. Vai começar fazendo uma sua: participou da CAD na condição de suplente, teve  
15 uma posição contrária à indicação de extinção do departamento, mas não estava inteiramente  
16 ciente, não foi conferir exatamente a questão processual de que deveria seguir para a Cepe.  
17 Admite isso, e se tivesse percebido antes, teria falado naquele momento; acha que não tem  
18 problema nenhum, e os próprios membros da Reitoria também admitiriam se for essa a questão,  
19 porque o espírito da discussão na CAD, quando terminou, foi que o departamento acabou, vai  
20 ter um tempo para se adequar, mas não tem outro espaço. Estava errado e acha que mais pessoas  
21 aqui estavam erradas, e não teriam problema de fazer essa autocrítica. Os outros dois pontos  
22 têm a ver com essa questão departamental. Vai tocar em um ponto que foi levantado pelos  
23 professores Paulo Ruffino e Francisco: precisam tomar um certo cuidado para não deslocar  
24 demais a discussão a respeito das questões de isonomia e de justiça. Foram várias menções ao  
25 fato de que existem grupos de pesquisa com oito, nove pessoas, que não são departamentos e  
26 que isso seria injusto com eles. Não consegue entender a racionalidade do argumento, dado que  
27 esses grupos não estão demandando organização departamental. Ao contrário, as pessoas que  
28 colocaram esse argumento são contrárias à departamentalização tal como está sendo colocada  
29 aqui. Mas concorda com a questão de isso atingir decisões que foram feitas sobre reorganização  
30 departamental em outras unidades. Acha que esse é um assunto muito importante, e o professor  
31 Renê disse exatamente o que iria dizer: podem olhar para dois lados, podem olhar para como  
32 isso repercute negativamente para aqueles que tiveram e optaram em se adequar, mas podem  
33 olhar para aqueles que já existem enquanto departamento, e o sinal que está sendo dado aqui é  
34 que não é tão importante assim o departamento. E discorda dessa avaliação. Teve conversas  
35 muito interessantes com o professor André, diretor do IB, com o qual trocou algumas  
36 mensagens, inclusive a respeito se é possível não ter perda acadêmica com reorganização  
37 departamental, e acha que talvez até seja. No entanto, não veem ganho acadêmico nenhum.  
38 Concorda com o ponto colocado pelo professor Sérgio Salles a respeito dessa força de áreas  
39 disciplinares que podem se tornar particularistas, podem ter uma tendência até corporativista, e  
40 isso é até distante de princípios de produção do conhecimento. Vê isso com uma grande

1 preocupação também, mas acha que neste caso não é disso que se trata. O IFCH considera que  
2 o melhor é encontrar alternativas para a permanência do departamento, que não haverá ganhos  
3 acadêmicos com a sua dissolução, e que dentro do debate amplo das Ciências Sociais, que  
4 envolve graduação e pós-graduação, o conjunto de temas, a existência departamental, ainda é  
5 importante. Então, é nesse sentido que acha que poderiam entrar não só na questão de forma,  
6 mas de conteúdo também. O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA SILVA diz  
7 que se sente satisfeito com as falas dos seus colegas que defenderam o posicionamento do  
8 IFCH, endossa que o professor Roberto não retire o recurso, porque foi demonstrado que há um  
9 erro processual, erro de caminho. Passaram a tarde inteira, praticamente, discutindo esse tema,  
10 e é importante algo que foi comentado em um dado momento que o Conselho é soberano  
11 mediante um regimento. Se o regimento não é seguido, não tem por que ter o regimento. Só que  
12 se ele é seguido de forma errônea, o que pode acontecer propositalmente ou acidentalmente,  
13 como foi provavelmente o caso que aconteceu, deve-se voltar ao início do processo como um  
14 todo e corrigir. Se bem se recorda daquela CAD em que foi aprovada a certificação do IFCH,  
15 o tema foi dividido em duas partes; na primeira, foi aprovada a certificação e depois discutiram  
16 exatamente o que está sendo questionado, com clareza. Quanto a isso, as falas dos  
17 companheiros foram maravilhosas. Solicita à Mesa que se atente ao fato de que não é de hoje  
18 que há um desrespeito com os representantes discentes. Desrespeito quando estão falando,  
19 desrespeito quando eles estão pedindo ordem, desrespeito quando se atropelam falas e ou  
20 querem deslegitimar qualquer tipo de informação ou dado que é levantado pelos representantes  
21 discentes. Acha que aqui estão em pé de igualdade, cada um na sua categoria, mas isso não  
22 cabe. Hoje mesmo aconteceu isso duas vezes, com a professora Teresa interrompendo um  
23 pedido de ordem do conselheiro Matheus, e aconteceu com o professor Francisco, quando ele  
24 falou por praticamente 10 minutos. Possuem regras e devem segui-las. Vê isso acontecer na  
25 CAD e no Consu desde o ano passado, no qual eu já fazia parte também. Pedir para que se  
26 reúnam em defesa de um departamento ou de não departamentalizar as outras coisas, é muito  
27 peculiar quando não atinge o ponto crucial de cada diretor. Cada diretor tem o seu método de  
28 administrar, como foi colocado pelo professor Zeferino, ele não quer que esse debate volte a  
29 ser discutido pela FCM. Muito pelo contrário, deve voltar, se houve um questionamento do  
30 IFCH quanto a isso e o pessoal quer rediscutir na FCM, pergunta por que não abrir; não se deve  
31 cercear. Solicitar que as exceções sejam pontuais e cuidadosas, porque de exceção em exceção  
32 estão abrindo exceção já há umas quatro ou cinco reuniões para muitas coisas. Então precisam  
33 se atentar ao que está na legislação e seguir. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que  
34 dificilmente vai falar alguma coisa que não foi falada dentro desta discussão tão longa, e que  
35 de alguma forma a FEA acabou tendo um protagonismo que nem foi trazido pela direção da  
36 FEA, mas que acabou estando em discussão. Relata que receberam essa tarefa em 18 de  
37 dezembro de 2018. O ofício deixava claramente que era estabelecido um prazo de 60 dias para  
38 que houvesse a reestruturação departamental, e sete unidades estavam envolvidas. Ninguém  
39 falou em extinção, reestruturação departamental. Sete unidades faziam parte dessa situação,  
40 com 13 departamentos. Obviamente que a expansão de vaga foi o desejo e a primeira

1 negociação de todos elas. Esteve inclusive na FCM conversando com o professor Zeferino para  
2 entender um pouco a situação deles, que tinham cinco departamentos envolvidos, e a FEA tinha  
3 um nessa situação. Então o primeiro movimento sempre foi o da expansão de vaga, que foi  
4 negado a todos os departamentos. Depois da primeira tentativa de reestruturação não aprovada  
5 na FEA, tiveram que, em função da negativa, começar a trabalhar de outra forma para conseguir  
6 fazer a reestruturação. Estava há dois meses na diretoria, e teria sido ao longo desses 21 meses  
7 muito mais fácil conduzir a gestão da FEA sem ter de discutir um assunto tão difícil e tão  
8 polêmico, mas isso é o que estava posto. A FEA, assim como o IFCH em um primeiro momento,  
9 demandava sim a manutenção do departamento, mas aqueles 13 departamentos, sem exceção,  
10 não tinham tido 10 docentes de 2009 a 2018, todos receberam uma tabela que mostrava essa  
11 evolução. Esses 60 dias que lhes foram dados se tornaram esses 21 meses, justamente pela  
12 disposição da PRDU de fazer concessões, de ter uma discussão, mas essa concessão não era um  
13 projeto de expansão de vagas, porque se de 2009 a 2018, com todas as contratações que  
14 existiram na FEA e possivelmente nos outros departamentos, isso não tinha sido equacionado,  
15 isso não estava na pauta de equação, possivelmente. Tem total certeza de que todos os outros  
16 12 departamentos envolvidos nessa discussão também têm expressão acadêmica igual ao do  
17 IFCH. Mas realmente desconhece o que o IFCH fez, e não vai julgar isso, nos últimos 21 meses  
18 para chegar aqui sem uma proposta de reestruturação ou, inclusive, de expansão. O que precisa  
19 ser feito neste momento, validando o que colegas falaram, é que o IFCH rediscuta essa situação  
20 e encaminhe à Cepe uma proposta que respeite os Estatutos da Universidade. Esse departamento  
21 não tem 10 docentes desde 2009, ele teve em 2009 quatro; em 2010, quatro; em 2011, cinco;  
22 em 2012, seis; em 2013, sete; em 2014, sete; e de 2015 a 2018, oito. Então acha que precisam  
23 sim retornar se houve um problema de procedimento, mas isso seria para um tratamento nas  
24 mesmas condições para todos, porque foi um trabalho que realmente foi uma negociação. Se  
25 vão tratar de expansão de vagas, que elas também possam ser concedidas a quem fez o seu  
26 esforço de reestruturação e está continuando seu trabalho. A Conselheira TERESA DIB  
27 ZAMBON ATVARS diz que já falou sobre esse assunto no caso anterior, mas vai lembrar,  
28 apesar de algumas pessoas não quererem, dos Estatutos. E os Estatutos são uma deliberação,  
29 ou um acordo, pactuado, e lembra o que aconteceu na discussão de hoje dos Estatutos, em que  
30 havia um assunto polêmico e a Mesa o retirou da pauta. É um pacto que é feito para ser seguido,  
31 não para ser seguido em um caso ou em outro. E neste caso em particular, vem sendo  
32 estritamente seguido. Quando o Departamento de Demografia foi criado, por um ato do  
33 Conselho Universitário excepcional aos Estatutos, foi dado prazo de 24 meses para que o  
34 departamento se ajustasse aos termos dos Estatutos. Passou esse prazo e o departamento  
35 continuou com um número abaixo do número estatutário. Em 2012, o Consu tomou uma decisão  
36 de encaminhar todos aqueles departamentos que não tinham o número estatutário adequado  
37 para que as unidades se ajustassem, no prazo de 24 meses. Alguns departamentos e algumas  
38 unidades tiveram uma profunda reestruturação, se adequaram; alguns departamentos não se  
39 adequaram. Em 2013, vendo que alguns departamentos e algumas unidades não haviam se  
40 readequado, o Conselho Universitário concedeu, por deliberação do Consu, um prazo de 24

1 meses para que os departamentos e as unidades se readequassem. Esta gestão encontrou alguns  
2 departamentos, aliás, os mesmos, que não haviam se readequado, e solicitou que o fizessem.  
3 Desde 2018, a maioria se adequou, não é um processo simples, todos sabem. Um departamento  
4 não se adequou e pede um prazo até 31 de dezembro de 2021, que é um prazo absolutamente  
5 inatingível, porque está em vigência a lei complementar 173, que estabelece que até dezembro  
6 de 2021 as unidades não poderão contratar. Então, a situação é mais complicada do que parece.  
7 A PRDU segue os Estatutos ao dizer que esse departamento não pode existir na certificação. E  
8 não poderia fazer de outra forma, porque um dirigente responde por seus atos perante tribunais.  
9 O fato é que estão nessa confusão toda porque há uma unidade que, diferente de todas as outras,  
10 que são igualmente acadêmicas, que têm igualmente cursos de graduação, de pós-graduação,  
11 pesquisa de qualidade, e assim por diante, diferentemente de todas as outras, tem dificuldades  
12 internas de se adequar, e tem dificuldades internas de priorizar suas contratações. Então,  
13 honestamente, seu sentimento é que esse é um assunto em que, a menos que o IFCH se disponha  
14 a se adequar, não têm outra saída. Ir para a Cepe não resolve, porque a proposta de  
15 reestruturação tem de vir da unidade, não é a Cepe que reestrutura. Então o assunto está nas  
16 mãos do IFCH, e na forma como ele está apresentado, não vê possibilidade de acatar o recurso.  
17 O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao professor Roberto para que ele esclareça a  
18 solicitação, como foi solicitado pela professora Marisa, e depois procedem à votação. O  
19 Conselheiro ROBERTO LUIZ DO CARMO diz que tiveram uma discussão bastante difícil,  
20 complicada, que mostra que o problema realmente não é fácil e, na verdade, as soluções devem  
21 ter uma outra característica. Então, como disseram alguns dos colegas, não podem ficar na  
22 discussão caso a caso, até porque a partir dos próximos anos certamente vão enfrentar situações  
23 como essa, de departamentos com número menor de professores do que 10. Deixa claro que o  
24 pleito do IFCH é que precisam de um prazo até dezembro de 2021 para encaminhar de uma  
25 forma diferente, de uma forma mais ampla o processo relativo à adequação do número de  
26 docentes na Demografia. Precisam saber qual o prazo que possuem para trabalhar, se é  
27 dezembro, conforme o professor Francisco falou em reunião, o que vai significar a extinção do  
28 Departamento de Demografia como um departamento autônomo, ou se o prazo é maior, no qual  
29 possam buscar outras alternativas para garantir a existência do departamento. É essa a resposta  
30 que precisam, é essa a demanda que consta no recurso do Instituto. Tendo em vista que todos  
31 estão tratando muito claramente sobre os Estatutos, solicita que seja considerado que houve um  
32 erro processual no encaminhamento desse processo, no seguinte sentido: o IFCH fez uma  
33 proposta, ela não teve nenhum encaminhamento, não teve nenhum andamento. Então esse é um  
34 problema que constrange o IFCH, trata-se de um erro crasso de procedimento. E como puderam  
35 observar, no caso da Faculdade de Engenharia de Alimentos o procedimento foi outro, seguiu  
36 os Estatutos. Se houve uma demora muito grande para resposta da Reitoria, há que se entender  
37 que o problema não foi do IFCH, que entregou os documentos para a Reitoria logo depois de  
38 aprovado pela congregação. Então o problema é de encaminhamento da própria Universidade.  
39 E mais uma vez coloca com muita clareza que o IFCH não quer nada de diferente, em termos  
40 estatutários, do que as demais unidades, querem exatamente o mesmo tratamento. Acha que

1 isso é bem importante para poderem seguir adiante, precisam quebrar esse preconceito de achar  
2 que pleitos diferentes significam privilégios. Reitera, portanto, que o que precisam é de uma  
3 certeza do prazo que o IFCH vai ter, se é dezembro de 2021, conforme solicitam no recurso, ou  
4 se é dezembro de 2020. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que pelo que  
5 entendeu, o recurso do IFCH questiona o erro processual de encaminhamento de extinção do  
6 departamento dentro da certificação, alegando que é uma competência da Cepe, e solicita um  
7 prazo maior para manutenção do departamento até dezembro de 2021. Pelos Estatutos, se  
8 votassem hoje por conceder um prazo, ele teria de ser, no máximo, até setembro de 2021; os  
9 Estatutos estabelecem que são 24 meses no máximo de extensão. E o artigo 85-A, que se refere  
10 a pedidos de fusão, manutenção ou divisão de departamento, dá a possibilidade de o IFCH  
11 encaminhar a proposta de manutenção. Então, pelo que entendeu, o IFCH fez uma proposta,  
12 encaminhou essa proposta, a congregação decidiu pela manutenção e alega justificativa  
13 acadêmica, submeteu ao Consu, como dizem os Estatutos. Voltar para a Cepe, no seu  
14 entendimento, é acolher parcialmente o recurso na parte que ele questiona o erro processual, e  
15 isso abriria para o IFCH oportunidade de enviar novamente uma proposta ao Consu. Solicita  
16 confirmação se é isso mesmo. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que seu  
17 encaminhamento é o seguinte: a suspensão da votação e abertura de negociação da direção do  
18 Instituto com a Reitoria, para uma solução consensuada, buscando um consenso progressivo.  
19 Estão entendendo que a situação é de exceção, e vai acontecer em outros locais. Não acha que  
20 a unidade não fez nada, a diretora da FEA acabou de falar que o Departamento de Demografia  
21 tinha quatro docentes em 2007, agora tem oito, dobrou a quantidade de docentes durante esse  
22 período de contingenciamento; é membro da CVND e não têm feito contratação, praticamente.  
23 O MAGNÍFICO REITOR esclarece que não há erro processual. O que foi discutido na CAD,  
24 volta a insistir, foi a certificação do Instituto. A diferença, e por isso mesmo ele é tão complexo  
25 e tão difícil, é que é o único caso que já enfrentaram em que uma unidade não quer fazer a  
26 readequação. Essa é a dificuldade. As outras, com mais ou menos dificuldades, com questões  
27 internas diversas, de uma maneira ou de outra, foram trabalhando nesse processo e pedindo  
28 prazo, se organizando, a professora Mirna deu hoje o relato, não vai repetir. No momento em  
29 que ela foi encaminhada e aprovada na CAD, e a discussão na CAD foi clara, perguntou ao  
30 professor Álvaro se ele desejava discutir toda a certificação ou apenas esse ponto, e foi  
31 destacado esse ponto simplesmente, por isso ele foi discutido à parte, pela solicitação do próprio  
32 IFCH. O professor Álvaro disse que estavam de acordo com tudo, exceto com aquele item  
33 específico, por essa razão ele foi destacado à parte, e como a professora Teresa já se referiu, ele  
34 foi discutido, votado e aprovado daquela maneira. Imediatamente após a aprovação, era  
35 esperado da PRDU que procurasse os dirigentes da unidade para solicitar a readequação do  
36 próprio Instituto de acordo com aquilo que havia sido aprovado na CAD. O que aqui acredita  
37 que erroneamente aqui foi mencionado como uma pressão da Administração sobre o IFCH.  
38 Sempre é dado um prazo, esse prazo foi colocado, mas, naturalmente, é sempre possível  
39 discutir, como a professora Mirna relatou, o professor Zeferino pode relatar, e todas as unidades  
40 que se readequaram discutiram isso, às vezes com mais celeridade, outras vezes com menos, e



1 no momento em que estavam com dificuldade, pediram extensão desse prazo, e ela foi  
2 concedida. Nesse meio-tempo, chegou esse recurso do IFCH contra a decisão da CAD, que por  
3 sinal esclarece ao conselheiro Matheus que não contém esse argumento de erro processual. O  
4 recurso, como diz o parecer da PG, é meramente uma discussão acadêmica. Privilegiam sempre  
5 a transparência, a discussão, e como o conselheiro Sávio destacou muito bem, a possibilidade  
6 de ter o recurso, de discutir, de conversar sobre as questões que aparecem, mas os dados  
7 precisam ser colocados de maneira muito clara. Neste momento, estão em uma situação difícil,  
8 de excepcionalidade, e será complexo acertar a situação departamental. Mas ressalta que não  
9 faltaram oportunidades no passado: parece que muitas pessoas que não ouviram direito o  
10 número que colocou, foram no período de 2011 a 2020 contratados 44 docentes no Instituto de  
11 Filosofia e Ciências Humanas, dos quais apenas quatro para o Departamento de Demografia. O  
12 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas tem seis departamentos, se fosse de fato  
13 equanimemente dividido, teria pelo menos sete pessoas contratadas e esse assunto não teria  
14 entrado aqui. Mas isso não vem ao caso, não é o assunto de hoje. Muitos colocaram aqui que a  
15 partir de agora terão muitos casos, provavelmente sim, mas são todos departamentos que vão  
16 entrar em um processo, eventualmente, de ter menos de 10 docentes neste momento, e não uma  
17 história de muitos anos não seguindo os Estatutos. Então, do ponto de vista da Administração,  
18 é simplesmente uma questão estatutária, regimental, o procedimento que foi adotado é  
19 absolutamente o normal dentro das possibilidades da normalidade, sendo que vivem uma  
20 situação que nunca ocorreu antes na universidade. Foi aprovada uma certificação, a PRDU foi  
21 atrás do Instituto para solicitar uma readequação. Aqui ficou mais claro na fala do professor  
22 Roberto que o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas está pedindo até dezembro de 2021  
23 como prazo para apresentar uma adequação. Cabe ao Conselho Universitário tomar essa  
24 decisão, se aceitará este prazo ou não. Caso não seja aceito esse recurso, o que na sua opinião  
25 deveria acontecer, voltar o processo para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e o  
26 Conselho Universitário solicita esta adequação por um motivo muito simples: se encaminharem  
27 este processo para a Cepe sem a instrução adequada e sem o acordo consensuado do Instituto  
28 de Filosofia e Ciências Humanas, o assunto não vai progredir, a discussão continuará sem  
29 avançar e precisam que avance. Ou seja, do ponto de vista prático, é simplesmente buscar uma  
30 solução de consenso e, nesse aspecto, é exatamente o que vinham tentando fazer, no sentido da  
31 proposta de encaminhamento do conselheiro José Luis, buscar o consenso, dar um prazo, o  
32 Instituto mostra que existe a disposição e a vontade, mas que precisa eventualmente de um  
33 tempo a mais, uma discussão, e isso é absolutamente negociável. Mas foram interrompidos pelo  
34 recurso do IFCH, que imediatamente está sendo agora discutido, sem questionamento algum  
35 com relação à possibilidade de o Instituto solicitar esse recurso. O professor Roberto deixou  
36 claro que a ideia é que o IFCH apresente até dezembro de 2021 uma proposta da manutenção  
37 do departamento. É isso o que eventualmente será votado. Se não votarem isso, continuarão  
38 como sempre fizeram, o Instituto discutirá com a PRDU a mesma adequação, e esse processo  
39 seguirá para a Cepe e depois para o Consu. Ou seja, a CAD em nenhum momento discutiu a  
40 extinção do departamento, ela simplesmente apontou para um problema que era já conhecido.

1 E temos então que encontrar, com a anuência do Conselho Universitário, uma solução para esta  
2 questão. O Conselheiro JOÃO PAULO FERREIRA BERTACCHI diz que no seu  
3 entendimento, a questão que foi colocada pela professora Teresa faz todo sentido. Se não puder  
4 haver uma contratação até 31 de dezembro de 2021, vai voltar para cair exatamente no mesmo  
5 problema que estão tendo agora. O MAGNÍFICO REITOR diz que estão seguindo exatamente  
6 o que podem fazer dentro da limitação. Os Estatutos definem, como foi muito bem lembrado  
7 aqui, que a extinção e criação de departamentos são feitas pelo Consu, com um parecer da Cepe.  
8 Mas não gostaria de enviar um processo para a Cepe sem instrução e sem a anuência do próprio  
9 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que traga argumentos como foram colocados aqui,  
10 argumentos claros, um projeto bem estruturado, com relação ao departamento, que possa ser  
11 discutido nesses termos. A discussão é se esse prazo, como o recurso do IFCH está solicitando,  
12 vai até dezembro de 2021, ou continuam o processo de discussão que haviam iniciado, que seja  
13 o mais imediato possível. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO solicita votação  
14 nominal. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que o recurso  
15 menciona que a CAD votou a extinção do departamento e ele pede prazo para que o  
16 departamento e o Instituto se adequem aos estatutos. E aqui foi dito que a CAD não votou a  
17 extinção do departamento, isso não é uma atribuição da CAD. Então o recurso coloca coisas  
18 que não tem como votar. O MAGNÍFICO REITOR observa que foram aqui esclarecidos pelo  
19 professor Roberto. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que o  
20 professor Roberto, em sua primeira fala, disse que existe um problema processual, e pergunta  
21 se o que está em jogo é questão da extinção ou da certificação. Porque se for da certificação,  
22 que é o que foi aprovado na CAD, o que precisam votar é a suspensão da aplicação da  
23 certificação, ou a suspensão da aprovação da certificação, e não é isso que aparece no recurso.  
24 Então, ou se retira o recurso, ou se faz uma proposta alternativa, porque da forma como ele está,  
25 não se sente à vontade para votar, pois ele menciona coisas que não são aquilo que vão entrar  
26 em decisão agora. O MAGNÍFICO REITOR diz que na sua leitura o recurso está claro, é uma  
27 solicitação de prazo até dezembro de 2021 para adequação. Pergunta ao professor Roberto se é  
28 isso ou se o recurso pede anulação da certificação. O Conselheiro ROBERTO LUIZ DO  
29 CARMO diz que a CAD definiu e aprovou a certificação do IFCH, então a certificação foi  
30 aprovada, isso não se discute mais. Ao mesmo tempo, em segunda votação, o que a CAD definiu  
31 foi a extinção do Departamento de Demografia. Então, o que solicitam é que essa parte referente  
32 à extinção do Departamento de Demografia seja retirada completamente, ela não faz nenhum  
33 sentido. Precisam desse prazo maior para equacionar o problema. Esse é o recurso. O  
34 MAGNÍFICO REITOR diz que a questão do departamento é estatutária, não podem votar  
35 contra os Estatutos. O que está sendo perguntado é se o recurso é contra a aprovação da  
36 certificação ou é somente a solicitação de prazo até dezembro de 2021 para adequação. O  
37 Conselheiro ROBERTO LUIZ DO CARMO diz que não há como ser contra a certificação,  
38 porque a certificação está correta. O MAGNÍFICO REITOR diz que então é um pedido de prazo  
39 até dezembro de 2021 para adequação do Instituto. O Conselheiro ROBERTO LUIZ DO  
40 CARMO confirma que é isso. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO solicita

1 confirmação se na CAD a questão da extinção do departamento foi destacada e votada à parte,  
2 após a aprovação da certificação. O MAGNÍFICO REITOR responde que sim, mas observa  
3 que isso não foi destacado; é importante lembrar que o que foi destacado é a certificação e é  
4 simplesmente a menção que este departamento não segue as regras estatutárias e que, portanto,  
5 deveria haver uma readequação. A CAD não extinguiu o departamento, tanto é que o  
6 departamento segue ativo. Então, o passo seguinte é a readequação por parte do IFCH da  
7 estrutura departamental, com uma discussão muito clara que tem de ocorrer lá. O Conselheiro  
8 SÁVIO MACHADO CAVALCANTE pergunta se a proposta a ser apresentada até dezembro  
9 de 2021 pode ser não necessariamente a extinção do departamento, já que a CAD não votou  
10 isso. O MAGNÍFICO REITOR responde que sim. A proposta é uma proposta de readequação,  
11 ela deve incluir elementos concretos que permitam uma discussão por parte da Cepe, do Consu  
12 e assim por diante. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que se votarem esse prazo  
13 até dezembro de 2021, estarão votando o parágrafo único do Artigo 85 dos Estatutos, estarão  
14 dando 15 meses para o departamento se organizar, isso só é previsto no parágrafo único do  
15 Artigo 85, sem que tenha cumprido o que está descrito lá. É uma excepcionalidade imensa, isso  
16 é muito ruim para as outras unidades. Acha que não deve ser feito esse encaminhamento.  
17 Pergunta se a proposta de retirar de pauta e reordenar esse assunto vai ser colocada em votação.  
18 O MAGNÍFICO REITOR diz que sua situação é complexa porque, por um lado, há uma questão  
19 estatutária em jogo, que é a questão do número mínimo de docentes por departamento. E há o  
20 recurso de um processo de certificação aprovado na CAD. Está tentando encontrar uma maneira  
21 de buscar este consenso. Acha que encaminhar para a Cepe diretamente daqui não vai resolver  
22 nada, porque a Cepe vai ficar exatamente na mesma discussão, sem uma proposta concreta de  
23 solução do dilema. Sua sugestão é simplesmente votar esse recurso, sim ou não, de dar esse  
24 prazo para o IFCH. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que entende a  
25 complexidade do assunto e acha que possuem a obrigação de tentar sair desse imbróglio. Tem  
26 uma proposta inusitada, mas objetiva, que é a seguinte: o Consu resolve não apreciar o recurso  
27 neste momento e solicitar à Administração que, em conjunto com o IFCH, encontre uma  
28 proposta mais adequada para resolver em definitivo o assunto. Isso porque não vão conseguir  
29 sair dessa confusão neste momento. O recurso, e aqui pede desculpas ao professor Roberto, ele  
30 está mal formulado, ele é confuso e, para ela, não é suficiente o professor Roberto dizer que o  
31 que ele gostaria é apenas, com base no recurso que foi apresentado, o prazo maior para deliberar  
32 sobre o assunto no âmbito interno. Então, essa proposta não é muito canônica mas resolve o  
33 impasse, dá um prazo para que as coisas se acertem, num ambiente mais informal com a PRDU,  
34 e que venha para o Conselho Universitário uma proposta mais objetiva, com um cronograma  
35 estabelecido, mas que seja uma coisa um pouco mais mediada, talvez fosse o termo correto,  
36 porque retirar de pauta apenas não resolve porque volta em novembro. Ir para a Cepe também  
37 não resolve. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que está de acordo. O MAGNÍFICO  
38 REITOR observa que a professora Teresa acabou de repetir a proposta do conselheiro José Luís.  
39 A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que essa mediação tem de levar a uma  
40 observação concreta do estatuto, e disso acha que o Consu não pode abrir mão. Então, a

1    formulação que faz é: o Conselho Universitário delibera por não apreciar o recurso do IFCH e  
2    determina que, obedecendo os Estatutos e os prazos regimentais, se encontre até novembro de  
3    2020 uma proposta que satisfaça os regimentos. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL  
4    observa que isso é equivalente à retirada de pauta. O MAGNÍFICO REITOR diz que é outra  
5    maneira de colocar as coisas. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que daqui a dois  
6    meses volta ao Conselho Universitário. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz  
7    que volta, mas com uma proposta objetiva, não com um recurso confuso. O Conselheiro JOÃO  
8    FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que tem a decisão da CAD. A Conselheira  
9    TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que a decisão da CAD se refere à certificação. O  
10    Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que não. O  
11    MAGNÍFICO REITOR observa que não vai entrar aqui em discussão. A decisão da CAD é a  
12    aprovação da certificação. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO  
13    MEYER diz que na deliberação da CAD está escrito que foi aprovada a extinção. O  
14    MAGNÍFICO REITOR diz que estão tentando encontrar uma solução consensuada. Podem  
15    pegar depois a gravação da CAD, o que foi discutido. A CAD não discutiu e não tem a  
16    competência para extinguir departamentos. A CAD aprovou a certificação do IFCH com a  
17    ressalva de que existe um departamento que está contrário aos Estatutos, simplesmente isso. E  
18    aqui estão buscando uma maneira de solucionar essa questão, que não é trivial, porque nunca  
19    aconteceu. A professora Teresa, indo na direção da sugestão do conselheiro José Luis, está  
20    querendo buscar uma solução intermediária: que se retire de pauta este assunto, que volte mais  
21    instruído e com uma proposta concreta, pelo menos preliminar, mas concreta, de uma solução  
22    buscada, mediada, para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Havendo essa proposta,  
23    ela retornará para discussão. Eventualmente até já direto pelo caminho usual, que é a Cepe e  
24    depois aqui para o Consu. Então esta é uma das propostas, é uma retirada de pauta que inclui  
25    um outro caminho para o assunto retornar para cá. Porque uma retirada de pauta simples  
26    implicaria que o assunto voltasse no próximo Conselho Universitário, e sabem que não haverá  
27    tempo hábil para que isso aconteça. Pergunta se o professor Roberto acha que é uma boa  
28    possibilidade essa proposta. Se ele não achar, procedem com a votação, que será nominal. O  
29    Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER lê: “A Câmara de  
30    Administração, na sua 359ª sessão, aprovou com 24 votos favoráveis e uma abstenção a revisão  
31    da certificação e organograma do IFCH, bem como aprovou nominalmente, com 13 votos  
32    favoráveis, 10 contrários e 3 abstenções, a proposta da PRDU de extinção do Departamento de  
33    Demografia.” O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que votaram errado,  
34    foi isso que mencionou anteriormente. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO diz que  
35    não há mais condição de continuar hoje, pede que marquem uma extraordinária. O Conselheiro  
36    ROBERTO LUIZ DO CARMO diz que acha que precisam estabelecer quem vai fazer essa  
37    mediação, porque infelizmente houve problemas de encaminhamento no processo e precisam  
38    ter clareza de quem é o interlocutor e quais são as etapas desse processo. Não estão se recusando  
39    a fazer o processo, mas precisam saber quais são as etapas e quem vai ser o interlocutor; uma  
40    vez que a CAD está vencida, pergunta se é à Cepe que vão se reportar. É importante saberem

1 como as coisas vão andar, senão não conseguem avançar. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
2 verificou agora a pauta do que foi colocado na certificação, e a proposta da CAD que aprovou  
3 o texto, e ali o parágrafo específico, o parágrafo específico dado pela PRDU dizia o seguinte:  
4 “que o departamento de Demografia seja extinto, considerando que atualmente o departamento  
5 não atende o artigo 87-A dos Estatutos da Unicamp, 149-A do Regimento Geral da  
6 Universidade, que estabelecem um número mínimo de 10 docentes para a sua manutenção”.  
7 Então, a certificação propõe a extinção, mas, ela não extingue, e é isso mesmo que precisam  
8 discutir, a proposta é de rediscussão, isso que estava sendo encaminhado para o Instituto de  
9 Filosofia e Ciências Humanas. Se acharem razoável, podem nomear um grupo de trabalho de  
10 acompanhamento do Consu, para que ocorra de uma maneira adequada. Mas, sinceramente,  
11 não há da parte da Administração nenhum impedimento para que isso ocorra de uma maneira  
12 bastante célere e tranquila. O que desejam é buscar uma solução para essa questão. E,  
13 lembrando, com manutenção dos Estatutos e com a equidade com as outras unidades que  
14 fizeram esse processo, que é bastante desgastante, sem dúvida nenhuma. O Conselheiro JOSÉ  
15 CLÁUDIO GEROMEL discorda; acha que a PRDU agiu corretamente e é a interlocutora  
16 natural dessa questão. Não lhe parece que devam ter um interlocutor especial. Se for para  
17 resolver a questão, que adotem essa solução, mas tendo como interlocutora a PRDU, que agiu  
18 corretamente, com todas as cautelas. O MAGNÍFICO REITOR solicita que o professor Roberto  
19 indique uma solução para encaminharem. Senão, decidem no voto. O Conselheiro ROBERTO  
20 LUIZ DO CARMO responde que entendem que a etapa da CAD foi vencida, inclusive a CAD  
21 não poderia ter dado esse encaminhamento que foi dado. Mas não cabe interlocução com a  
22 CAD, acha que teria de ser com a Cepe, que é quem tem essa atribuição. O MAGNÍFICO  
23 REITOR diz que a interlocução é com a PRDU, é ela quem encaminha essa questão, CGU e  
24 PRDU. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS observa que quando tentam fazer  
25 uma mediação, é importante que os dois lados saibam ceder. Se querem esticar a corda, retira  
26 sua proposta e vão esticar a corda. Mas quando a Mesa da condução dos trabalhos se propõe a  
27 vamos tratar a questão, que é complexa, de uma forma a tentar trazer para o Conselho  
28 Universitário a forma mais pactuada, discutida ou aprofundada, e não consegue, porque não há  
29 dos dois lados interesse em ceder, então a única saída é: colocar a sua proposta em votação, as  
30 pessoas que não concordam votam contra, e na sequência apreciam o recurso, que é o que está  
31 na pauta. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao professor Roberto se há uma possibilidade de  
32 buscar o consenso ou mantém a proposta de recurso. O Conselheiro ROBERTO LUIZ DO  
33 CARMO responde que nessa altura o melhor é manter a proposta do recurso para realmente  
34 terem uma resposta, acha que não dá mais para postergar. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
35 não vê um caminho, se não há uma boa vontade na hora de encontrar uma solução consensual,  
36 a não ser votar diretamente o recurso. Lembra que o recurso solicita ao Conselho Universitário  
37 o prazo até 31 de dezembro de 2021 para apresentação de uma proposta de readequação. Passa  
38 à votação nominal, solicitando que os favoráveis ao recurso do IFCH digam sim, contrários ao  
39 recurso do IFCH digam não. O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Sim. A Conselheira  
40 ADRIANA NUNES FERREIRA Sim. O Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Não. O

1 Conselheiro ALBERTO LUIZ SERPA Não. O Conselheiro ALEXANDRE LEITE  
 2 RODRIGUES DE OLIVEIRA Não. O Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA D'ANTONA  
 3 Sim. O Conselheiro ROBERTO LUIZ DO CARMO Sim. O Conselheiro ANDERSON DE  
 4 REZENDE ROCHA Não. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA Não. O Conselheiro  
 5 ANTONIO CARLOS BANNWART Não. O Conselheiro ANTÔNIO GONÇALVES DE  
 6 OLIVEIRA FILHO Abstenção. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELES  
 7 Sim. O Conselheiro CARLOS ALBERTO RODRIGO DA SILVA Sim. A Conselheira  
 8 CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Não. O Conselheiro EDSON TOMAZ Não. O  
 9 Conselheiro EDUARDO GURGEL DO AMARAL Não. A Conselheira ELIANA  
 10 MARTORANO AMARAL Não. O Conselheiro ERICH VINÍCIUS DE PAULA Não. A  
 11 Conselheira ESTER DE PAULA MORAES Sim. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO  
 12 COELHO Sim. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Não.  
 13 O Conselheiro FERNANDO CENDES Não. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS  
 14 MAGALHÃES GOMES NETO Não. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO Sim. O  
 15 Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Sim. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE  
 16 Sim. A Conselheira HELOÍSE OLIVEIRA PASTORE Não. O Conselheiro JEFFERSON  
 17 CANO Sim. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER Sim. O  
 18 Conselheiro JOÃO LUÍS SARAIVA MORAES ABREU Sim. O Conselheiro JOÃO PAULO  
 19 FERREIRA BERTACCHI Sim. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Não. O  
 20 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA Sim. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO Não.  
 21 O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL Não. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE  
 22 ALMEIDA Sim. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO Não. O Conselheiro MARCO  
 23 AURÉLIO ZEZZI ARRUDA Não. A Conselheira MARIA HELENA BAENA MORAES  
 24 LOPES Sim. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Não. O Conselheiro MATHEUS  
 25 ALVES ALBINO Sim. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Não. O Conselheiro  
 26 MUNIR SALOMÃO SKAF Não. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA Não. O  
 27 Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR Sim. O Conselheiro PASCOAL JOSÉ GIGLIO  
 28 PAGLIUSO Não. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR Sim. O Conselheiro  
 29 PAULO ADRIANO RONQUI Sim. O Conselheiro PAULO CÉSAR MONTAGNER Sim. O  
 30 Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFINO Não. A Conselheira RACHEL  
 31 MENEGUELLO Sim. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS Não. O Conselheiro  
 32 RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Sim. O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO Sim.  
 33 O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Não. A Conselheira ROSMARI  
 34 APARECIDA RIBEIRO Não. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA Não. O  
 35 Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE Sim. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ  
 36 MONTEIRO SALLES FILHO Não. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS Não.  
 37 O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI Não. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO  
 38 MENDONÇA DE SOUZA diz que a saída que o conselheiro José Luis apontou era uma saída  
 39 importante, porque as tensões não estão na Universidade hoje, estão fora. Vota sim pelo mérito  
 40 do mesmo voto que deu na CAD, mas é importante que se registre isso. A Conselheira ANNA

1 CHRISTINA BENTES DA SILVA Sim. O MAGNÍFICO REITOR informa que o recurso foi  
2 rejeitado com 33 votos contrários, 29 votos favoráveis e 01 abstenção. Permanece o  
3 encaminhamento para que o IFCH submeta à Cepe, o mais rápido possível, uma proposta de  
4 encaminhamento. Pelo adiantado da hora, precisam concluir a reunião por hoje, mas ainda há  
5 dois itens da pauta para serem votados e há todo o Expediente. Vai marcar a continuidade do  
6 Consu para a próxima terça-feira, às 8h30, antes da Cepe. Nada mais havendo a tratar, o  
7 MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha  
8 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para  
9 ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 29 de setembro de 2020.

1 **ATA DA CONTINUAÇÃO DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA OITAVA SESSÃO**  
2 **ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL**  
3 **DE CAMPINAS.** Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às oito horas e  
4 trinta minutos, reuniu-se virtualmente o Conselho Universitário da Universidade Estadual de  
5 Campinas, sob a presidência do **MAGNÍFICO REITOR**, Professor Doutor **MARCELO**  
6 **KNOBEL**, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Adriana  
7 Nunes Ferreira, Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Alexandro Henrique Paixão, Álvaro  
8 de Oliveira D'Antona, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Angel Pontin  
9 Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Carlos Bannwart, Antonio Gonçalves de  
10 Oliveira Filho, Antonio José de Almeida Meirelles, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Edson  
11 Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana Martorano Amaral, Erich Vinicius de Paula, Ester  
12 de Paula Moraes, Evanir Lopes Teixeira, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antônio  
13 Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Cendes, Francisco de  
14 Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Haiter Neto, Guilherme Gonçalves Capovilla, Heloise  
15 Oliveira Pastore, Jefferson Cano, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Paulo Ferreira  
16 Bertacchi, João Raimundo Mendonça de Souza, José Alexandre Diniz, José Cláudio Geromel,  
17 José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro, Luiz Carlos Kretly, Márcio Antonio Cataia, Marco  
18 Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Marisa Masumi Beppu, Matheus  
19 Alves Albino, Mirna Lúcia Gigante, Munir Salomão Skaf, Nancy Lopes Garcia, Orival Andries  
20 Júnior, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Patrícia Kawaguchi Cesar,  
21 Paulo Adriano Ronqui, Paulo César Montagner, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel  
22 Meneguello, Robson Bomfim Sampaio, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida  
23 Ribeiro, Sávio Machado Cavalcante, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Teresa Dib Zambon  
24 Atvars, Vanderlan da Silva Bolzani e Vanessa Petrilli Bavaresco. Como convidados especiais,  
25 compareceram os professores: Cláudia Regina Cavaglieri, José Antônio Rocha Gontijo, Maria  
26 Silvia Viccari Gatti, Mariano Francisco Laplane, Shirlei Maria Recco Pimentel e Teresa Celina  
27 Meloni Rosa; os doutores Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, Andrei Vinicius Gomes  
28 Narcizo, Fernanda Lavras Costallat Silvado e Octacílio Machado Ribeiro; os senhores Aduino  
29 Bezerra Delgado Filho, Gilmar Dias da Silva e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência  
30 à Sessão os seguintes conselheiros: Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, sendo substituído pelo  
31 conselheiro Marcio Antonio Cataia; Renê José Trentin Silveira, sendo substituído pelo  
32 conselheiro Alexandro Henrique Paixão; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela  
33 Conselheira Fátima Regina Rodrigues Évora; Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, sendo  
34 substituído pelo conselheiro Luiz Carlos Kretly; Elaine dos Santos José, sendo substituída pela  
35 conselheira Evanir Lopes Teixeira; Alexandre Oliveira da Silva, sendo substituído pelo  
36 conselheiro Guilherme Gonçalves Capovilla; João Luis Saraiva Moraes Abreu; Lucas Marques  
37 de Almeida; Ignácio Maria Poveda Velasco, sendo substituído pela conselheira Vanderlan da  
38 Silva Bolzani. Havendo número legal, o **MAGNÍFICO REITOR** dá início à continuação da  
39 Centésima Sexagésima Oitava Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade  
40 Estadual de Campinas, iniciada em 29 de setembro, realizada mais uma vez de forma virtual, o



1 que se justifica pela necessidade de manter o isolamento social diante da pandemia de Covid-  
2 19. Está na sala do Conselho, com uma equipe mínima para viabilizar esta reunião, em busca  
3 de manter o funcionamento da Universidade. Solicita a todos que mantenham os microfones  
4 silenciados e sigam as instruções. Está pensando em fazer da seguinte maneira: possuem ainda  
5 dois itens da Ordem do Dia para discutir, além de todo o Expediente. A reunião seguirá no  
6 máximo até as 10h, com máximo de tolerância até 10h30. Se caso não acabar até as 10h30,  
7 interrompem, fazem a Cepe e retornam para terminar o Expediente às 14h, e continuam depois  
8 a CAD às 15. Passa à discussão dos itens 02 e 03 Ordem do Dia Suplementar, que serão  
9 discutidos em conjunto: item 02 – Proc. nº 01-P-13759/2020 –, que trata de minuta de  
10 Deliberação Consu que institui a Política Institucional de Boas Práticas e Integridade em  
11 Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas e cria a Comissão de Integridade em Pesquisa  
12 (CIP); item 03 – Proc. nº 01-P-13762/2020 –, que trata de minuta de Deliberação Consu que  
13 institui a Política Institucional de Acesso Aberto à Produção Intelectual e Científica da  
14 Universidade Estadual de Campinas e estabelece os repositórios oficiais de depósito das  
15 produções. Solicita ao professor Munir que faça os esclarecimentos. O Conselheiro MUNIR  
16 SALOMÃO SKAF diz que vai iniciar compartilhando sua tela, tem uma breve apresentação  
17 para fazer. São dois itens de extrema importância para a Universidade, e na verdade são boas  
18 notícias. O item número 02 da pauta institui a Política Institucional de Boas Práticas e  
19 Integridade em Pesquisa e cria a Comissão de Integridade em Pesquisa. Essa é uma novidade.  
20 E o item 03 institui a Política Institucional de Acesso Aberto à Produção Acadêmica da  
21 Unicamp, trata essencialmente do Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp,  
22 do Repositório de Dados de pesquisa, o Redu, e a Comissão de Gestão de Dados de Pesquisa.  
23 Está propondo discutir simultaneamente os dois itens: a Política Institucional de Boas Práticas  
24 e Integridade na Pesquisa é uma política mais abrangente, e aqui ela está subdividida ou  
25 separada da política de acesso aberto por razões práticas mesmo aqui do Consu. Na verdade, a  
26 Política Institucional de Acesso Aberto é parte integrante da política de boas práticas. Então,  
27 ter uma política de acesso aberto faz parte das boas práticas e integridade em pesquisa. A  
28 política é algo muito simples, ela define que a Unicamp promoverá a cultura de integridade  
29 ética em pesquisa, mediante ações educativas, de disseminação e de orientação, e ela atende os  
30 princípios internacionais de acolhimento e averiguação de denúncias de má conduta. Então, ela  
31 é algo bastante simples que está lastreado em pressupostos e princípios que dão base a essa  
32 política. E esses pressupostos e princípios estão colocados no anexo 2, então há uma série de  
33 dimensões da pesquisa física, tanto no aspecto da produção, da publicização desses resultados,  
34 e das relações entre as esferas acadêmica e pública. Então, fala um pouco da abrangência, um  
35 pouco dos pressupostos e das diretrizes. Esse conjunto de pressupostos e princípios é muito  
36 similar ao que existe em diversas universidades mundo afora, particularmente as britânicas e as  
37 australianas, que são mais simples, por exemplo, do que as americanas. O aspecto legal nos  
38 Estados Unidos é muito mais complexo que na maioria dos lugares. Essa política foi fruto de  
39 um grupo de trabalho que se dedicou arduamente durante praticamente dois anos, foi composto  
40 por 16 pessoas de diversas unidades, diversas áreas de pesquisa de atuação, e foi liderado pelo

1 professor Jacques Jorge, da FOP. Ele se dividiu em quatro eixos, o eixo da política mesmo, que  
2 tratou da política, o eixo que tratou dos aspectos de educação e disseminação da cultura, um  
3 eixo que tratou das relações da sociedade, e um outro eixo que também tratou das normas e  
4 procedimentos de avaliação. Esse é um pouco diferente, vai comentar. Primeiramente, agradece  
5 todos que participaram, em nome do professor Jacques, inclusive vários membros do Consu. O  
6 detalhe que é um pouco diferente, que existe em vários países, mas não existe, pelo menos até  
7 onde é do seu conhecimento, nas universidades brasileiras, é a instituição de uma Comissão de  
8 Integridade em Pesquisa. Em vez de, por exemplo, a pró-reitoria ter um assessor cuidando disso,  
9 preferiram propor a instalação de uma comissão de integridade, e ela seria responsável pela  
10 execução da Política de Integridade em Pesquisa. Essa execução é exatamente promover a  
11 cultura de integridade e ética em pesquisa mediante as ações educativas, de disseminação, fazer  
12 a interface com as unidades, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação. Esta  
13 Comissão de Integridade em Pesquisa também terá a incumbência de acolher, avaliar e dar  
14 encaminhamento de casos suspeitos de má conduta e de más práticas em pesquisa científica, do  
15 ponto estritamente técnico. Ou seja, ela deverá analisar, do ponto de vista técnico, casos  
16 suspeitos de má conduta ou alguma má prática. Ela não interfere com as instâncias que já  
17 existem, que são as comissões de sindicância e as comissões permanentes processantes, que  
18 têm um aspecto mais de apurar responsabilidades e atribuir responsabilidades, e eventualmente  
19 instituir penas e coisas do gênero. Essa é do ponto de vista estritamente técnico. Existem  
20 diversas modalidades de comissão dessas mundo afora, algumas fazem o papel das comissões  
21 de sindicância, inclusive preveem comissões, enquanto outro conjunto de modalidades faz  
22 análise técnica e verifica, havendo suspeitas, se há fundamento para acolher a denúncia, e então  
23 encaminha para apuração. Optam por esse segundo modelo. Estão propondo uma composição  
24 de cinco membros, teria um presidente e dois docentes ou pesquisadores da Carreira PQ de cada  
25 grande área: as Biomédicas, as Humanas e Artísticas, Exatas e as Tecnológicas. Esses nomes  
26 seriam indicados pela PRP e ratificados pela Comissão Central de Pesquisa; evidentemente a  
27 ideia é extrair nomes desses representantes da Comissão Central de Pesquisa, pessoas que se  
28 sintam engajadas com esse tema e que possam promover a cultura de integridade em ética e  
29 pesquisa na Universidade. Sobre acolhimento e averiguação de denúncias, explica que consta  
30 nos documentos encaminhados o procedimento, mas essencialmente se faz uma análise  
31 preliminar e se verifica se exige uma avaliação de procedência ou não. A avaliação de  
32 procedência demora um pouco mais, talvez umas três semanas, e depois comunica-se ao delator  
33 se vai encaminhar às instâncias competentes, por exemplo à unidade, ou se o assunto está  
34 encerrado ali. E ela faz, esse é um aspecto muito importante, o elo com a esfera pública. Por  
35 exemplo, imaginando que haja uma denúncia de algum plágio ou alguma má conduta de uma  
36 revista, o editor contata a Universidade. Se o assunto foi para uma sindicância ou, pior, foi para  
37 uma CPP, o assunto está inteiramente blindado do ponto de vista jurídico, não conseguem  
38 fornecer informações, exceto dizer que há uma comissão que está averiguando, e isso pode  
39 levar vários meses, o que os coloca em uma situação muito vulnerável. Particularmente quando  
40 sites especializados como, por exemplo, o “Retraction Watch”, depois de um certo tempo

1 divulga que a Universidade não foi capaz de dar informações relevantes, isso é muito ruim. Esta  
2 comissão aqui vai ser capaz de fazer essa interface com a esfera pública. O regimento interno  
3 mais detalhado, como regularidade das reuniões e outros aspectos operacionais, será discutido  
4 e elaborado pela CPP, mas, em linhas gerais, isso já foi, de certo modo, abordado pela CCP. Já  
5 o item 03 da Ordem do Dia Suplementar institui a Política de Acesso Aberto à Produção  
6 Acadêmica da Unicamp, que consiste na livre disponibilização a qualquer interessado, de forma  
7 on-line e gratuita, então estão falando de aspectos digitais, do conteúdo completo, incluindo os  
8 metadados da produção intelectual e científica vinculado à Unicamp, e sempre assegurando-se  
9 os direitos e as obrigações relacionados ao direito autoral. São duas coisas essencialmente:  
10 produção intelectual em texto completo, então, quando o trabalho, por exemplo, é publicado,  
11 as teses etc., essas vão no repositório específico que já existe na biblioteca, foi criado em 2015,  
12 se não está enganado, é o repositório da produção científica intelectual, que é o instrumento  
13 oficial incumbido de armazenar a produção científica intelectual da Universidade. Então, livros,  
14 capítulos de livros, teses, dissertações, artigos, sempre respeitando-se os direitos autorais, os  
15 copyrights, eventuais embargos. Esses repositórios dão muita visibilidade e a biblioteca já tem  
16 mais de 140 mil artigos e documentos, existe inclusive uma força-tarefa na biblioteca fazendo  
17 a carga de trabalhos do passado, já publicados, dentro dessa plataforma. Então, o repositório  
18 existe, o que não está regulamentado ou o que não está instituído é exatamente a Política  
19 Institucional de Acesso Aberto. Inclusive a Fapesp tem exigido isso, e das três universidades  
20 paulistas acha que a Unicamp é a última a estar institucionalizando esta política. O segundo  
21 aspecto tem a ver com os dados de pesquisa propriamente ditos. Agradece também ao pessoal  
22 da pró-reitoria e o pessoal da biblioteca, particularmente o senhor Benilton e a professora  
23 Claudia Bauzer, para o repositório de dados de pesquisa. Então teve que criar, houve um  
24 trabalho bastante extenso, foi liderado pela professora Claudia Bauzer Medeiros, na Fapesp,  
25 que incluiu não só a Fapesp, mas todas as universidades do estado de São Paulo, incluindo  
26 algumas, não só as três paulistas, todas as universidades do estado, inclusive algumas  
27 instituições particulares, para criar esses repositórios de dados de pesquisa, e a USP encabeçou  
28 então o metabuscador. Então, foi feito um trabalho mesmo técnico de informática para criar  
29 repositórios de dados usando os softwares amplamente utilizados mundo afora, e aqui foi criado  
30 o repositório de dados, que é o instrumento oficial de armazenar os conteúdos digitais de  
31 software, de gravação de áudio, de vídeo, códigos computacionais, os dados brutos de pesquisa.  
32 Não é backup, é um banco de dados, é um repositório que tem de obedecer determinados  
33 princípios que são princípios adotados mundialmente, e essa é uma área que está em constante  
34 evolução, então tem de haver um conjunto de pessoas trabalhando nisso, e o CCUEC vai dar o  
35 devido apoio. Isso também é algo muito importante para diversas situações, para o reuso, para  
36 reutilização, para eventualmente checagem, se, por exemplo, tem diversas revistas que pedem  
37 os dados brutos como parte da sua política de boas práticas. Esse é um aspecto muito  
38 importante, é o Redu. E o terceiro aspecto, que já está plenamente funcional, que é o portal de  
39 periódicos eletrônicos científicos da Unicamp, PPEC. Então esse tem como finalidade reunir  
40 os periódicos eletrônicos editados e produzidos pela Unicamp. Ele também integra a política

1 institucional, que cria e regulamenta esse repositório de dados, ele é um instrumento oficial  
2 incumbido de organizar esses dados de forma confiável, recuperável. Como já adiantou aqui,  
3 houve um GT realizado na Fapesp e tal. Essas políticas precisam de uma comissão permanente  
4 que cuide do assunto, então é preciso dar sustentabilidade a essa política de dados.  
5 Particularmente com o passar do tempo, com maturidade, vai ter de haver manutenção,  
6 ampliação de espaço, vai ter de acompanhar as tendências internacionais, então sentem  
7 necessidade de ter uma comissão permanente da gestão de dados ligada à Administração da  
8 Universidade. Então isso vai exigir uma ação integrada da Comissão Central de Pesquisa,  
9 através dessa Comissão de Gestão de Dados, do CCUEC e do Sistema de Bibliotecas da  
10 Unicamp. E já estão trabalhando nisso, faltando apenas o Consu aprovar essa política. O  
11 repositório de produção científica já existe, foi criado em 2015 e está em constante processo de  
12 aperfeiçoamento. Agradece mais uma vez o enorme grupo de pessoas que trabalhou arduamente  
13 para compor esse GT de boas práticas liderado pelo professor Jacques, o GT de Gestão de  
14 Dados foi dirigido pelo professor Benilton, teve a participação da professora Ana Estela da FT,  
15 dos professores Leonardo Elias, Paulo Lício, Sandro Rigo, da senhora Valéria Martins, da  
16 biblioteca, e em especial a professora Claudia Bauzer Medeiros, que fez toda essa interface com  
17 a Fapesp, com a USP e com os demais participantes do GT ampliado Fapesp. Tiveram muitas  
18 discussões e orientações, a professora Claudia realmente é uma *expert*, uma líder mundial nesse  
19 assunto e tem paixão pelo assunto e ela os ajudou tremendamente. A Conselheira CLÁUDIA  
20 MARIA BAUZER MEDEIRO agradece ao professor Munir. Tem dois avisos a fazer: primeiro,  
21 como parte desta política de dados, talvez vários não saibam, mas desde 1º de setembro,  
22 qualquer projeto submetido à Fapesp precisa ter obrigatoriamente um plano de gestão de dados,  
23 que é algo muito novo, desde bolsa de mestrado, bolsa de doutorado, pós-doutorado etc., e todos  
24 os projetos estão sendo avaliados em também em relação a isso. Por conta disso, está se  
25 oferecendo para dar palestras nas unidades. Deu uma palestra no IC há duas semanas que teve  
26 dois mil assistentes, porque o estado de São Paulo inteiro está interessado nisso, e no sábado  
27 houve uma iniciativa única de todos os cursos de pós-graduação de Odontologia das  
28 universidades públicas paulistas, e a Unicamp, pela FOP, professor Pedro Rosalen, que  
29 organizou junto com a coordenação de pós-graduação da Odonto da Unicamp, a que se juntaram  
30 Unesp e USP. Também deu um webinar especificamente para pesquisadores em Odontologia  
31 sobre como montar um plano de gestão de dados. Então está se oferecendo, o professor André  
32 do IB já lhe pediu, já prometeu também na FCF e na FEnf. Para outras unidades que queira  
33 mais esclarecimentos ou uma palestra, está se disponibilizando porque isso é uma necessidade  
34 hoje em dia. Agradece à Unicamp e ao professor Munir, porque, em termos de boas práticas,  
35 incluindo dados como parte importante de boas práticas, tanto quanto saiba, a Unicamp é a  
36 primeira a considerar isso em seus códigos. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS  
37 COELHO pergunta para a professora Claudia se esses seminários estão disponíveis em alguma  
38 plataforma para poderem consultar. Pergunta ao professor Munir, em relação à  
39 disponibilização, por exemplo, de artigos: sabem que a partir do momento em que fazem a  
40 publicação, há todo um copyright e a grande maioria das empresas não permite que se

1 disponibilize. Nesse caso, o professor Munir disse que vão respeitar todos os copyrights, todas  
2 as coisas, e pergunta como fica. Por exemplo, se poderia disponibilizar um artigo em um  
3 repositório que é público, um artigo de alguma coisa que já tenha sido publicada e que já tem  
4 um copyright ligado a ele. A outra questão é: existe uma tendência mundial, e é algo que se vê  
5 nos Estados Unidos e na Europa, com muita frequência, de as universidades estarem  
6 estimulando muito a publicação em acesso aberto, o que significa obrigatoriamente pagar pelas  
7 publicações que se faz nas revistas. Pergunta se tem a ver essa política com o repositório, e se  
8 tem alguma coisa pensada, sabendo que há restrições financeiras bastante graves no Brasil,  
9 pensada nesse aspecto. Ficou com dúvida nessa parte de como podem disponibilizar coisas que  
10 já estão publicadas. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL saúda a excelente iniciativa  
11 da Reitoria de ter realizado esses dois trabalhos. E também saúda a disponibilidade da  
12 professora Cláudia em projetar, em fazer um trabalho magnífico nesse repositório de dados,  
13 que tem certeza de que é absolutamente essencial. Traz duas preocupações. Uma é em relação  
14 às boas práticas, e solicita atenção do professor Munir, dentro da possibilidade do artigo 4º, de  
15 que as denúncias possam ser feitas de maneira anônima. Não gosta muito dessa possibilidade.  
16 Acha que, de fato, deve existir sigilo entre as partes durante a apuração, mas pergunta se a  
17 comissão de fato analisou essa questão da denúncia anônima. Isso lhe preocupa porque acha  
18 que esse tipo de análise, sobretudo com impacto científico no meio acadêmico, deve ter todo  
19 cuidado, e o primeiro deles é que não se deve, a seu juízo, e gostaria novamente de ver como a  
20 comissão analisou isso, que denúncias sejam feitas de forma anônima. O segundo ponto é o  
21 seguinte: no que diz respeito à produção científica no acesso aberto, tem outra preocupação que  
22 também é a questão do financiamento. Primeiro, a Universidade fez um portal, e esse portal  
23 contém um número muito grande de informações, e ele é absolutamente importante não só para  
24 os usuários, como para a própria Universidade, que dá uma certa visibilidade àquilo que ela faz.  
25 No que diz respeito a publicações, podem imaginar duas possibilidades: primeiro o acesso  
26 aberto, onde o autor sabe, *a priori*, que ele está fazendo uma publicação que pode ou não seguir  
27 os trâmites de análise por pares, mas que, *a priori*, ele sabe que ele pagará uma taxa de produção  
28 e uma taxa de viabilização efetiva da publicação. Acha que aí tem um perigo, que é como  
29 garantir a qualidade das publicações, tendo em vista a possibilidade de quebrarem a isenção na  
30 avaliação das publicações que são feitas. Nesse aspecto em particular, acha que a Unicamp tem  
31 um papel imenso, de propor um acesso aberto de publicização daquilo que não só ela faz, mas  
32 de maneira completamente gratuita. Acha que em um país como o Brasil, pobre, necessitando  
33 de recursos, não há por que gastar recursos adicionais para que publicações ocorram de forma  
34 *a priori*. Mas há uma outra possibilidade, que é *a posteriori*, em que todo processo de avaliação  
35 é feito e, no fim, o autor decide se, por questões inclusive de perspectiva que ele ache importante  
36 deixar aquilo aberto, o pagamento de uma taxa normalmente bastante alta para que aquilo  
37 permaneça em acesso aberto. As grandes revistas trabalham dessa forma, pelo menos na área  
38 de Engenharia de Matemática que conhece, mas não é todo repositório da revista que fica em  
39 acesso aberto, uns ficam e outros não, a depender da decisão de cada autor. Significa que se  
40 necessitar de algum determinado artigo daquela revista que não está aberto, ela terá de ser

1 assinada. A consequência disso é que os gastos são duplicados em relação ao pagamento do  
2 acesso aberto sobre a publicação, e depois para ter acesso àqueles artigos que não estão diante  
3 dessa possibilidade. Sinceramente acha que nós devemos fazer uma discussão bastante intensa  
4 a esse respeito, inclusive no âmbito da Fapesp, para que tenham possibilidade de colocar em  
5 perspectiva segura e robusta os recursos disponíveis para pesquisa no país. O MAGNÍFICO  
6 REITOR informa que estão com um problema de comunicação na transmissão. Estão  
7 conseguindo gravar a reunião mas não transmitir, estão tentando resolver. A Conselheira  
8 RACHEL MENEGUELLO parabeniza a iniciativa da PRP com relação a essa documentação,  
9 a essa regulamentação das práticas de pesquisa. Acha que isso faltava para a Unicamp, que se  
10 parametriza pelas fundações, pela Fapesp, mas a Unicamp teria de ter a sua própria. Acha que  
11 foi uma excelente iniciativa, assim como a iniciativa do repositório de dados, e a professora  
12 Cláudia tem sido muito central nesse processo todo. Conversou bastante com ela, os dados  
13 brutos das pesquisas que vêm fazendo nos temáticos já estão lá inclusive no Redu da Unicamp,  
14 da Fapesp, acha isso muito positivo. Sua pergunta vai, na verdade, no sentido do que falavam  
15 sobre revistas aqui, porque há uma revista na Universidade, a “Opinião Pública”, que trabalha  
16 muito com dados empíricos, e ela também tem um repositório que solicita as bases de dados  
17 dos autores que publicaram, tem aprovação ali. Sua dúvida é sobre convivência de repositórios,  
18 não tem clareza se esse repositório grande de dados deve incluir aquilo que a Instituição também  
19 faz, porque não são pesquisadores da Unicamp, evidentemente, são pesquisadores de outros  
20 lugares, países, então como devem tratar essa convivência de repositórios. Ou se estão falando  
21 de duas coisas que, de fato, são diferentes, o repositório de dados da revista é uma coisa, o da  
22 Unicamp e Fapesp é outra. De toda maneira, é tudo acesso aberto, a revista é de completo acesso  
23 aberto, quem publica passa esses dados para a Universidade, estão no repositório da página,  
24 mas queria entender um pouco se estão duplicando o trabalho aqui ou se essa coexistência de  
25 fato tem de ser nessa direção. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR parabeniza a  
26 iniciativa, é muito importante ter essas normas. Os representantes discentes da pós-graduação  
27 olharam os documentos e reuniram algumas dúvidas e comentários que vai colocar. Já no  
28 começo fala que essas normas estão inspiradas por princípios internacionais, então ficaram  
29 curiosos para saber quais princípios são esses. No artigo 7º, onde fala que a comissão não tem  
30 um caráter punitivo, mas que ela pode respaldar sindicâncias e outros processos encabeçados  
31 por áreas competentes, pergunta quais seriam essas áreas. Na parte de procedimentos teóricos,  
32 perguntam se vai haver um diálogo com a Cepe, e na parte que fala sobre diretrizes, às folhas  
33 7, onde trata de assédio moral e outras formas de opressão, pergunta se vai haver um diálogo  
34 com o SAVS e se já houve alguma conversa, porque acha que o SAVS até já preparou um  
35 material bem interessante sobre essas questões, e acha que poderia ser um trabalho conjunto.  
36 Às folhas 8, são mencionados alguns critérios, mas estão um pouco vagos, então queriam saber  
37 um pouco mais. Às folhas 22, está dito que os resultados devem ser analisados de forma  
38 imparcial, e ficaram com dúvida de até que ponto as pesquisas conseguem realmente ser  
39 imparciais. E, por fim, no artigo 3º do eixo IV, têm uma dúvida com relação aos processos, se  
40 eles podem ser reabertos no futuro, ou se após avaliação e arquivamento não seria mais possível

1 reabrir. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF diz, com relação ao aspecto muito  
2 importante que a professora Claudia mencionou, que é o plano de gestão de dados, que já existe  
3 um tutorial, ele é totalmente operacional, a professora Claudia tem feito diversas palestras. Ela  
4 começou, na verdade, com algumas dessas palestras no Cepid, isso tem streaming, podem  
5 disponibilizar o link, salvo engano, acha que isso está sim registrado. A Conselheira CLAUDIA  
6 MARIA BAUZER MEDEIROS observa que em todo esse período representou a Fapesp, na  
7 Unicamp é o professor Benilton. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF diz que já ia  
8 mencionar isso, o professor Benilton foi quem elaborou inclusive a parte de programação e de  
9 organização do repositório. Ele trabalhou muito, intensamente, e praticamente sozinho. Ao  
10 contrário da USP, que tem uma equipe enorme, aqui não possuem, então agradece ao professor  
11 Benilton explicitamente e muito encarecidamente. Com relação às perguntas do professor  
12 Fernando e do professor Geromel, diz que este repositório da produção científica, torná-la  
13 acesso aberto, não significa pagamento ou estímulo de pagamento de taxas de publicação de  
14 acesso aberto das revistas. Não podem confundir a política institucional e o repositório com as  
15 práticas adotadas pelas revistas de pagamento para publicação em acesso aberto. Essas duas  
16 coisas não se misturam, elas não devem ser, de maneira alguma, confundidas. Não estão aqui  
17 dizendo que a Unicamp vai colocar recursos para financiar editoras, não se trata absolutamente  
18 disso, de maneira nenhuma. É simplesmente o repositório da Universidade para artigos  
19 publicados. Vai falar de artigos, teses vai deixar de lado porque a compreensão já está mais  
20 sedimentada; o artigo acabou de ser publicado, já está encerrado o processo com a revista, então  
21 vão disponibilizar da melhor maneira legalmente possível esse trabalho no repositório que será  
22 organizado e operacionalizado e que está sendo assim pela Biblioteca Central. Já respondendo  
23 à pergunta do professor Fernando sobre o copyright, os bibliotecários têm um conhecimento  
24 técnico profundo, existem plataformas, como a plataforma Romeu, e tem outras que dizem “tal  
25 revista”, aí ela tem as classificações Golden Access, Green Access e outras categorias. Há  
26 editoras, há revistas que permitem disponibilizar o conteúdo integral tal qual ele aparece na  
27 revista, com a formatação da revista, permitem disponibilizar exatamente aquele PDF do seu  
28 repositório. Tem outras editoras, e dependendo da revista, que permitem disponibilizar no  
29 repositório institucional o artigo no formato em que ele foi aceito. Depois de passado por  
30 revisão etc., mas ele vem no formato que conhecem, que não é o formato formatado pela revista.  
31 O conteúdo é idêntico, mas ele está na forma de manuscrito. Há revistas que permitem publicar  
32 no seu repositório o trabalho da maneira como ele foi submetido para a revista, ou seja, não  
33 houve nenhum input de revisores, nem de editores, nada, é o trabalho como ele foi submetido.  
34 Então imaginam a seguinte situação: o trabalho já foi aceito, revisado, foi publicado e está lá, e  
35 a revista permite colocar no repositório institucional a primeiríssima versão submetida à revista,  
36 aquela que não teve nenhum input da revista, então ela permite publicar no seu repositório este  
37 formato nos primeiros dois anos, às vezes nos primeiros três anos. Isso tudo as bibliotecas se  
38 encarregarão de fazer. E ela sabe como fazer isso, e é claro, pode existir uma diferença muito  
39 grande entre o texto que foi submetido e o texto que foi finalmente publicado. Mas, para isso,  
40 todo o repositório, a exemplo de outras universidades do mundo, com repositórios semelhantes,

1 terá uma capa informando que aquela é a versão submetida, coloca o link original, e tem o logo  
2 da Unicamp, então informa que a pessoa acessou o repositório da Unicamp, traz um conjunto  
3 de informações, inclusive o sistema mantém o registro, detecta qual foi o IP que fez o download.  
4 Então sabem quem fez download, quem acessou, quem não acessou. O repositório da  
5 Universidade, nesse sentido, é bastante seguro. Sobre o artigo 4º aqui, da questão do professor  
6 Geromel, a questão da denúncia anônima, diz que é uma prática que tem sido adotada. Essa  
7 denúncia aqui não é do ponto de vista ainda da sindicância, ela não está nesse eixo, ela é uma  
8 denúncia do ponto de vista de que há suspeita de fraude, e então comissão vai examinar se  
9 houve suspeita de fraude ou se não houve suspeita de fraude, ou se houve uma suspeita de má  
10 conduta. E ela só vai analisar, não tem oitivas, não vai ouvir partes, nada disso, para não  
11 contaminar os processos legais que já existem na Universidade. Ela vai examinar a denúncia  
12 do ponto de vista técnico. Se não tiver base técnica para suspeita, aquilo é descartado e avisa-  
13 se o denunciante que não encontraram indícios. Mas se houver indício, aí sim passa-se para  
14 uma segunda etapa, e aqui já responde à conselheira Patrícia, encaminha-se, por exemplo, para  
15 a unidade, informando que houve uma denúncia de plágio, a comissão examinou e viu que há  
16 razões para suspeitar ou há razões para suspeitar que a alegação tem fundamento, então tem de  
17 encaminhar aos órgãos, por exemplo, à unidade, para cuidar desse assunto. Da mesma maneira,  
18 as questões de assédio e tudo isso vão estar intimamente relacionadas com o Observatório de  
19 Direitos Humanos e a Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Universidade. Então, isso  
20 não vai ficar no âmbito da pró-reitoria. As questões de assédio, seja sexual, moral, isso é um  
21 assunto que foge do escopo técnico que se teria na PRP. A professora Rachel mencionou as  
22 bases de dados das revistas, e informa que essas coisas coexistem. Quando se submete, por  
23 exemplo, para uma determinada revista, ela coloca que a pessoa tem de depositar os seus dados  
24 primários no site da revista, ou se pode dizer no seu plano de gestão de dados onde estão os  
25 seus dados ou como armazenou os seus dados. Então não estão duplicando esforços. Se, por  
26 exemplo, uma determinada revista da Unicamp tem uma base de dados, ela é independente da  
27 base de dados do Redu. E no Redu pode ficar registrado que esses dados foram depositados em  
28 outro lugar, mas é obrigação do pesquisador, faz parte dessas boas práticas em pesquisa,  
29 registrar os seus dados lá. Não são todos os dados, apenas os que realmente fazem parte de uma  
30 publicação. Há outras vantagens que pode também mencionar, como, por exemplo, a indexação  
31 desses dados no Google. Então seus dados passam a ser citados, além da publicação. Isso é uma  
32 coisa muito interessante que dá bastante visibilidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que a  
33 comissão olhou boa parcela de assuntos similares no mundo inteiro e no Brasil, e são essas as  
34 práticas internacionais. Ela foi coletando ideias, buscando as informações e, naturalmente, a  
35 ideia aqui é seguir institucionalmente os caminhos que já existem na Universidade, ou seja, é a  
36 possibilidade de acolher e de dar pareceres técnicos com relação a essa questão específica das  
37 boas práticas em pesquisa. Agradece todos os membros das comissões que participaram, a PRP,  
38 esse é um trabalho que está sendo desenvolvido há dois anos, pelo menos, e é um trabalho muito  
39 difícil, muito árduo, mas o resultado é bastante interessante. Como sempre, a Unicamp  
40 novamente inovando, e às vezes até um certo ponto atrasada, mas, certamente, com resultado



1 muito mais, qualitativamente, muito superior ao que há na média das universidades brasileiras.  
2 Então parabeniza todas as comissões que participaram desta elaboração. O Conselheiro JOSÉ  
3 CLÁUDIO GEROMEL diz que estão definindo aqui uma política institucional de acesso aberto  
4 para a Unicamp, muito bem feita e muito bem projetada. Lembra que esta iniciativa, como  
5 sendo uma política institucional, deveria, e talvez possam fazer isso no futuro, também sinalizar  
6 como se trata, qual é o impacto do financiamento através, por exemplo, de Faepex, de Capes,  
7 da própria Unicamp, da Fapesp, em relação ao acesso aberto. Acha que a política de  
8 financiamento faz parte deste esforço que a Universidade tem feito e está fazendo de maneira  
9 muito positiva. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso é algo que está conectado, mas é  
10 completamente independente desta questão. Podem criar, naturalmente, um grupo de trabalho  
11 específico para discutir esta questão, que é uma questão importante no que diz respeito às  
12 publicações no cenário internacional hoje em dia. Então, está anotado, vão considerar esta ideia.  
13 Não havendo mais observações, submete à votação em bloco os itens 02 e 03 da Ordem do Dia  
14 Suplementar, que são aprovados com 54 votos favoráveis e 01 abstenção. Nada mais havendo  
15 a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: B –  
16 Comissão de Vagas Não Docentes – Indicação de Membro – 02) Proc. nº 01-P-3972/1999 –  
17 Indicação de membro para compor a Comissão, conforme Informação CVND-08/2020 –  
18 Representação da Área de Ciências Biológicas: Suplente: Prof. Dr. Orival Andries Júnior - FEF  
19 (mandato 01.10.2020 a 30.09.2021). C – Calendário das Reuniões do Consu, Cepe e CAD para  
20 2021 – 03) Calendário das reuniões para o ano de 2021 do Conselho Universitário e das  
21 Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Administração. D – Contratações no Exercício  
22 de 2020 – a) Docentes – 04) Relatório de Contratações Docentes no Exercício de 2020,  
23 conforme previsto no item 1) da Deliberação Consu nº 24/2020 – Inf. CVD nº 98/2020. b)  
24 Funcionários Paepe – 05) Relatório de Contratações de Funcionários Paepe no Exercício de  
25 2020, conforme previsto no item 2) da Deliberação Consu nº 24/2020 – Inf. CVND nº 09/2020.  
26 E – Apresentação dos Vídeos “Minuto Unicamp” pela Coordenadora Geral da Universidade,  
27 Profa. Dra. Teresa Dib Zambon Atvars. O MAGNÍFICO REITOR informa que no Expediente  
28 há destaque do item 01 – Proc. nº 01-P-4124/1987 –, da Comissão de Orçamento e Patrimônio,  
29 indicação de membro suplente para compor a Comissão na Representação dos Servidores  
30 Técnico-Administrativos, que é o senhor João Raimundo Mendonça de Souza. Também do item  
31 01 – Proc. nº 01-P-8679/2019 –, do Expediente Suplementar, que trata da indicação de membros  
32 para compor o Conselho de Administração da Organização Gestora do Fundo Patrimonial da  
33 Unicamp, com mandato de 02 anos, nos termos dos itens 2 e 3 do § 1º do artigo 4º da  
34 Deliberação Consu-A-29/2019, como segue: Dois docentes da Carreira MS, sendo um  
35 escolhido pelos Diretores das Unidades de Ensino e Pesquisa e um escolhido pelos  
36 Representantes da Bancada Docente do Conselho Universitário: Prof. Dr. Newton Cesário  
37 Frateschi – Inova e Prof.(a) Dr.(a) aguardando indicação. Um Coordenador de Centros e  
38 Núcleos da Unicamp, escolhidos pelos pares (Memo Cocen nº 127/2020): Dra. Marta Cristina  
39 Teixeira Duarte – Coordenadora do CPQBA. Em seguida, solicita ao pessoal daqui da SG que  
40 fizesse uma apresentação muito breve dos vídeos Minuto Unicamp, que foram produzido pela

1 Coordenadoria Geral da universidade. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS diz  
2 que esse assunto foi objeto de um projeto estratégico, primeiro houve um projeto estratégico  
3 relacionado a comunicações com o Minuto Cocen, o projeto foi muito bem-sucedido e  
4 executado e a partir disso propuseram que também houvesse um projeto equivalente para as  
5 unidades de ensino e pesquisa, que foi executado pela doutora Ana Carolina, da Cocen, e neste  
6 momento está sendo feito o lançamento dos vídeos das unidades de ensino e pesquisa, o que  
7 chamam de "Minuto Unidades". Há um vídeo que a doutora Ana Carolina vai poder apresentar,  
8 já está na Secretaria Geral, e segue para todas as outras unidades que participaram do projeto,  
9 a mesma metodologia, como mais uma forma de divulgar aquilo que a Unicamp faz e faz bem.  
10 O MAGNÍFICO REITOR solicita que a SG coloque a apresentação, que é reproduzida para  
11 todos. Agradece à CGU, à professora Ana Carolina Maciel, que também ajudou na produção  
12 desses vídeos, e lançarão agora no Portal, estará tudo disponível, de todas as unidades que  
13 participaram. Reforça que precisam da definição de um docente da carreira MS escolhido pelos  
14 representantes da bancada docente do Consu para compor o Conselho de Administração da  
15 organização gestora do fundo patrimonial. Solicita à bancada docente que discuta esse nome.  
16 Passa a palavra aos inscritos no Expediente. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA  
17 DE SOUZA diz que traz a preocupação apontada pela diretoria do Sindicato que diz respeito  
18 ao plano de retorno. Para os funcionários, segue um calendário com cinco datas para se voltar  
19 paulatinamente, com todo os critérios e os protocolos que foram ali apresentados. A ressalva  
20 que estão fazendo é que há ainda um ciclo muito forte da doença no estado, no país, em que  
21 pese se tenha apresentado uma queda, e que ainda no conjunto do estado de São Paulo, em  
22 Campinas, há instituições, de comércio, de indústria, que não está funcionando prontamente e  
23 continua trabalhando em home office, assim como a Universidade continua funcionando em  
24 trabalho home office. Portanto, a preocupação é, primeiro: assegurar que de fato, no retorno,  
25 esses trabalhadores ao voltarem vão ter garantidas as condições de segurança. em particular no  
26 sindicato, tiveram muitas dificuldades com adoção dos protocolos na área de saúde, foi um  
27 processo bastante conturbado. Como isso ficou delegado para as unidades, não existe uma  
28 política homogênea, inclusive da reitoria, isso também fica como um elemento da preocupação,  
29 por isso entendem que é prematuro o retorno para as atividades. A Universidade deveria tratar  
30 das questões pontuais que ela está levantando inicialmente, que é dos alunos que precisam  
31 concluir os seus trabalhos no ano de 2020, mas não tratar isso com um retorno com um  
32 calendário em definitivo, porque isso pode também sinalizar errado para a sociedade que as  
33 coisas estão voltando ao normal. Viu uma reportagem sobre essa questão do trabalho home  
34 office e no centro de São Paulo, no que diz respeito à transporte coletivo, e aqui além do  
35 transporte coletivo há questões do transporte fretado para garantir a segurança. Lá no Largo da  
36 Batata, estavam demonstrando o quanto diminuiu o fluxo de ônibus porque há muitas empresas  
37 trabalhando em home office, e isso impactava, obviamente, nos cuidados com a pandemia.  
38 Então, a Universidade, que foi um símbolo na saída da pandemia, considerando a gravidade da  
39 situação, sinalizar um retorno pode também sinalizar para esse setor da sociedade que as coisas  
40 estão entrando em uma normalidade que, de fato, não existe. Então, é trazer essa preocupação

1 para o Conselho Universitário, porque muitas áreas estão definindo escalas de plantões, retorno,  
2 e não está dado que os trabalhadores e a comunidade que voltar vão ter as garantias necessárias.  
3 O Conselheiro ROBSON BOMFIM SAMPAIO informa que haverá um debate, uma  
4 apresentação da chapa única que foi inscrita para eleição da APG da Unicamp, a chapa se chama  
5 Lélia Gonzalez, Ciência Plural, Popular e Soberana. Será dia 08.10 às 18h. Estão pedindo um  
6 apoio a todas unidades, todos os programas e todos os representantes aqui que possam ajudar a  
7 divulgar aos estudantes de pós-graduação essa apresentação da chapa, da importância da APG  
8 estar organizada. Ela tem trazido muitas contribuições e ajudado a construir cada vez mais as  
9 lutas em defesa da universidade pública. Outro informe é que na Faculdade de Educação, a pós-  
10 graduação acabou de abrir o processo seletivo. Com muita felicidade informa que além das  
11 cotas que já existem desde 2016, estão sendo ofertadas vagas tanto no acadêmico quanto no  
12 profissional cotas trans. Está muito feliz em estar passando essa informação que representa a  
13 democratização de acesso; saúda a Faculdade de Educação e o programa de pós-graduação. O  
14 Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI informa um feito expressivo do professor Wilson  
15 Lazaretti, do IA, e da equipe do Laboratório de Imagem e Som, que é o material audiovisual  
16 “Quando tudo isso passou”, selecionado na chamada “Olhares Sobre a Covid-19”, que integra  
17 a mostra audiovisual Ciência, Saúde e Sociedade do Portal Fiocruz. Então convido a toda a  
18 comunidade para assistir ao vídeo no referido portal, que traz um olhar após o período da  
19 pandemia. Há também o link desse vídeo no site do IA. Um segundo informe é que tiveram no  
20 dia 1º de outubro o primeiro evento da série #IACONVIDA, que teve como mote a reflexão  
21 sobre o ensino remoto na área das Artes, com dois convidados internacionais: professor José  
22 Bidarra, da Universidade Aberta de Lisboa, e a professora Mírian Tavares, da Universidade de  
23 Aveiro, e teve como tema: “Longe é um lugar que não existe?”. Essa série faz parte das ações  
24 do recém aprovado edital RenovaGrad da PRG, e aproveita para agradecer toda equipe da PRG  
25 pela iniciativa e apoio com esse edital, também ao EA2, e aos coordenadores de curso de  
26 graduação do IA, que elaboraram e estão executando esse projeto. O próximo evento, cujo tema  
27 abordará “A Arte Digital” ocorrerá no dia 15.10, às 10h, com os professores Jônatas Manzolli,  
28 Rachel Zuanon, César Baio, José Augusto Mannis, e com a intermediação de Paulo Telles,  
29 todos docentes do IA. Os detalhes desse evento encontram-se na página do Instituto e aproveito  
30 para fazer o convite a todos. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR ressalta uma  
31 fala do conselheiro João, na reunião da semana passada, em que ele mencionou a preocupação  
32 que possuem com a permanência da pós-graduação no ano que vem, nos anos seguintes, devido  
33 a todos os cortes e contingenciamentos. Estão querendo criar um projeto de um fundo  
34 emergencial para a pós-graduação, estão pensando em maneiras de fazer isso e diz que seria  
35 muito bom se tivessem um grupo de trabalho institucional para pensar nessa questão. Também  
36 solicita, mais uma vez, a prorrogação do período de integralização para pelo menos um ano,  
37 como a USP já fez, e sabe que a resposta vai ser que está sendo analisado caso a caso e que  
38 todos os pedidos estão aceitos, porém isso não corresponde à verdade, porque souberam do caso  
39 de uma pós-graduanda do IFCH que teve o seu pedido de prorrogação negado pela PRPG, sendo  
40 que ela está enfrentando inúmeras dificuldades, como todas as mulheres, que são as mais

1 afetadas nesse trabalho remoto, por acumularem as tarefas domésticas, e ela também é mãe,  
2 então, como sempre, as mães são as mais prejudicadas em todas as situações. Acha que  
3 precisam olhar para essa questão da maternidade na pós-graduação com mais seriedade. Então  
4 faz aqui mais uma vez esse pedido. E, por fim, lamenta que o xerox do DCE tenha sido  
5 removido em plena pandemia. Pergunta se realmente era necessário fazer isso neste momento,  
6 e lamenta porque era um dos poucos espaços de xerox que ainda estão funcionando no *campus*,  
7 muitas pessoas utilizavam seus serviços, incluindo ela mesma, e aos poucos estão ficando sem  
8 xerox e sem cantinas. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que cansou de pedir  
9 ações da PRPG, porque eles faltam com a verdade nos esclarecimentos que dão aos alunos e  
10 não tomam atitudes para prorrogação dos prazos de integralização. Fizeram vários pedidos à  
11 Reitoria enquanto APG Unicamp para realizar a votação por meio eletrônico e ter acesso à  
12 divulgação ampla dos prazos de eleição dos próprios associados. O professor Marcelo está  
13 faltando com a verdade, porque diz que ajudaria as associações e as entidades a ter acesso aos  
14 seus associados. Tiveram um esforço importante em várias reuniões com a Administração, com  
15 o Gabinete para operacionalizar isso, até que receberam uma negativa de forma repentina. Então  
16 pergunta se a Unicamp estaria negando a uma associação a divulgação para seus associados.  
17 Outro ponto que o preocupa é que na sessão do Consu, quando votou o recurso do IFCH, alguns  
18 conselheiros chegaram a mencionar que não foi votada na reunião da CAD a extinção do  
19 Departamento de Demografia. No tempo 1:38:46 da reunião da CAD do dia 1º de setembro, o  
20 professor Marcelo conduziu a votação da extinção do Departamento de Demografia. Extinção  
21 foi a palavra utilizada. Então, de novo, faltou com a verdade. Reproduz o áudio da reunião e  
22 diz que contra fatos não há argumentos. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER  
23 MEDEIROS diz que lerá um texto muito rápido, que e elogia as iniciativas da Unicamp e do  
24 Instituto de Computação: “Há duas semanas ocorreram as finais mundiais das Olimpíadas  
25 Internacionais de Informática, com 343 jovens de 87 países, e foram totalmente virtuais por  
26 causa da Covid, mas, graças ao apoio da Reitoria e da PRP, os brasileiros conseguiram fazer  
27 provas na Unicamp e em Fortaleza. As olimpíadas brasileiras vêm sendo coordenadas desde  
28 1999 pelo professor Ricardo Anido junto ao Instituto de Computação, trabalhando  
29 incessantemente, por anos a fio, em paralelo e sem prejuízo de suas atividades na Unicamp, em  
30 todas as provas e etapas em todo o Brasil e, depois, internacionalmente. Então, ao longo desses  
31 22 anos, as olimpíadas já atingiram mais de 500 mil jovens brasileiros entre 11 e 18 anos, dos  
32 quais, diga-se de passagem, tem 220 meninas, o que é raríssimo em computação no mundo.  
33 Desde o início, as finais são realizadas na Unicamp, para onde vêm os finalistas de cada  
34 modalidade. A semana olímpica na Unicamp é um grande prêmio com que muitos alunos  
35 sonham. Ao materializar este sonho, a Unicamp e o Instituto de Computação vêm permitindo  
36 há 22 anos que jovens excelentes em todo o Brasil tenham a Unicamp como modelo que é”.  
37 Agradecer ao apoio da PRP ao longo dos anos, da Reitoria, mas, principalmente, ao professor  
38 Ricardo Anido pelo trabalho incessante de 22 anos e, muitas vezes, solitário nesta empreitada.  
39 A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU solicita informações sobre o status do PL 529, o  
40 que, de certa forma, se tornou um pouco extemporânea após a fala do professor Ignacio. Então,

1 ela vai se restringir somente a saber se houve algum tipo de novas tratativas, evoluções, porque  
2 sabe que o assunto foi parar em algumas sessões extraordinárias durante esta semana. A  
3 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE diz que sua fala vai ser muito breve e ela  
4 diz respeito a duas questões; está colocando aqui aspectos que alguns colegas comentaram  
5 comigo e pediram expressamente que viessem ao Consu. A primeira questão foi que este  
6 semestre receberam uma quantidade muito grande e incomum de alunos especiais. Ainda mais  
7 incomum, a solicitação de inclusão dos nomes ou aceitação dos alunos especiais foi feita em  
8 uma tarde de um dia específico, e o prazo para resposta era meia hora. Então, ou aceitavam ou  
9 não aceitavam, ou aceitavam alguns e não aceitavam outros. Para complicar ainda mais a  
10 situação, as justificativas dos alunos para seus pleitos não foram veiculadas, não chegaram aos  
11 docentes. Como não conheciam a situação, aceitaram, e depois ela e outros colegas pediram as  
12 justificativas, e aí os casos são os mais variados. Primeiro, que lhe chamou muita atenção, foi:  
13 não há justificativa. Simplesmente, este semestre ministra Química Geral, que é uma química  
14 geral específica para os químicos, não é a mesma dos engenheiros e demais unidades da  
15 Universidade. Então, sem justificativa para cursar Química Geral. A segunda era ampliação de  
16 conhecimento; pessoas já formadas desde 2007, por exemplo, 2006, pessoas formadas mais  
17 recentemente, e pessoas que ainda estão fazendo algum curso na Universidade. Das pessoas  
18 formadas, teve um engenheiro, no seu curso especificamente, formado pela Unisal, e alguns  
19 colegas tiveram aceitos alunos especiais que vêm de universidades privadas, ainda cursando  
20 seus cursos. Então, solicita que a justificativa fosse necessária para que avaliassem o pedido,  
21 pois sem a justificativa não conseguem avaliar. Não entende muito bem essas questões de  
22 pessoas já formadas virem fazer um curso específico como era, uma pessoa formada em um  
23 curso completamente diferente. Na sua neurose de perseguição, obviamente, pensa que é uma  
24 pessoa que vem, vai receber as aulas como estão, quer dizer, gravadas, provas, listas de  
25 exercícios, fóruns de perguntas, aulas de dúvidas que também são gravadas, de graça, e pode  
26 ela mesma dar o seu curso onde quer que seja, porque está tudo pronto. Solicita que essas coisas  
27 fossem um pouco examinadas dentro da própria DAC, entre os coordenadores de graduação,  
28 porque acha que é um problema sobre o qual devem se debruçar. E a segunda questão que  
29 colocaram é que de um tempo a esta parte, os RAs dos alunos não têm mais correlação com  
30 seus anos de ingresso. Parece bobagem, mas quando recebem uma lista de nomes ou uma lista  
31 de inscritos nos cursos, o RA dizia há quanto tempo aquela pessoa estava fazendo aquela,  
32 cursando aquele curso específico, então isso ajuda a entender alguns problemas que vão  
33 enfrentar, algumas dificuldades, se necessário podiam pedir até para saber quantas vezes aquela  
34 disciplina em particular tinha sido cursada, isso ajuda no desenvolvimento do curso. De uns  
35 tempos essa prática não é mais feita, dessa forma perderam esse traço. Então, se for possível  
36 retornar a forma anterior, ótimo. Se não for possível, que pelo menos na lista de inscritos da  
37 disciplina venha o ano de ingresso do aluno, para saberem com o que estão lidando. O  
38 MAGNÍFICO REITOR diz que não passará a palavra aos pró-reitores e nem à Mesa, na Cepe  
39 eles se manifestam. No caso comentado pela conselheira Patrícia, não consta nada de nenhum  
40 caso na PRPG de negação de prazo de integralização, então solicita que ela envie diretamente

1 à PRPG o caso em questão, porque não foi negado pela PRPG. Sobre a questão específica do  
2 xerox, esse é um assunto que vem desde 2007 e trata-se de um contrato irregular que o DCE  
3 fez com uma empresa que não pode fazer um contrato com um espaço público, então esse  
4 contrato está absolutamente irregular. Há um contrato entre o DCE e uma empresa privada  
5 usando o espaço público, isso não existe. Houve depois um processo que vem rolando desde  
6 2007, houve uma licitação do espaço em 2015, em que a empresa que ganhou não pôde assumir  
7 porque tinha outra ali ocupando o espaço e isso vem na justiça desde então. E houve então neste  
8 momento a reintegração de posse de um espaço que é público, da Universidade. Então queria  
9 deixar isso muito claro, que não é um processo agora da pandemia e nem nada do assunto, é um  
10 assunto que vem sendo discutido e tem consumido recursos da Universidade aí desde 2007.  
11 Sobre a discussão desse projeto de lei 529, que prevê retirada no seu novo artigo, na sua nova  
12 redação, no artigo 6º das disposições transitórias, a retirada do chamado “superávit do balanço  
13 patrimonial” das três universidades públicas e da Fapesp. Isso já está mais do que explicado,  
14 discutido, comentado, que não existe esse recurso, é um dinheiro que vem sendo guardado pela  
15 Universidade ao longo de muitos anos e, naturalmente, neste ano de pandemia, em que tiveram  
16 uma frustração de receitas previstas que sejam da ordem de R\$200 milhões, já consumiram  
17 todas as possibilidades e recursos que tiveram. Isso tem sido discutido com os secretários, tem  
18 sido discutido com o governo, conversou com absolutamente todos os deputados estaduais.  
19 Tem uma mobilização da comunidade científica, não só por causa da Unicamp, mas da Fapesp.  
20 E o governo semana passada não conseguiu aprovar por 1 voto, faltou 1 voto no final da  
21 votação, não conseguiram aprovar esse projeto de lei. Tentaram ontem novamente, por 1 voto  
22 não foi possível, e tudo indica que eles estão se mobilizando para tentar aprovar este projeto de  
23 lei hoje à noite ou amanhã. Isso é claro que tem além das questões relacionadas com a Unicamp,  
24 USP e Unesp e a Fapesp, outros assuntos relacionados com uma reforma administrativa do  
25 estado. Têm se mobilizado muito durante todos os dias, todas as noites, fim de semana, ligando  
26 para deputados, conversando, discutindo, buscando apoios, mas o governo está irredutível em  
27 querer aprovar este projeto de lei. Para piorar a situação, no meio desse assunto todo, o  
28 desespero e a pressa para aprovar tudo isso é porque eles precisam apresentar o projeto de lei  
29 orçamentária para o ano que vem. E então eles apresentaram o PL 627, que é um projeto de lei  
30 do orçamento do ano que vem, e eles inventaram uma metodologia que estão há dois dias  
31 tentando entender. Colocaram umas rubricas que nunca existiram, para tentar inserir o desconto  
32 que viria da aprovação do PL 529. E preocupa em particular nesse caso também uma rubrica  
33 que foi colocada como benefícios que seriam resultantes da aprovação do PL 529, ou seja, eles  
34 colocaram uma linha fictícia ali de recursos extras que virão se o PL 529 for aprovado, o que é  
35 completamente absurdo, porque não se sabe qual é de fato o resultado que este projeto de lei  
36 eventualmente terá. Além disso, preocupa particularmente a situação da Fapesp, onde além do  
37 corte, estão tentando entender, estão em discussão com a Fapesp, mas, além do corte específico  
38 já do PL 529, aparentemente tem mais um corte de 30% referente ao orçamento da Fapesp para  
39 2021, ou seja, ela perderia 2/3 do seu orçamento em 2021, o que implicará uma situação  
40 desesperadora para a ciência do estado de São Paulo, é uma situação inaceitável e estão se

1 mobilizando em todos os sentidos para tentar reverter essa situação. Irão até as últimas  
2 conseqüências, para a justiça, buscarão todo tipo de ação necessária para garantir a autonomia  
3 das universidades, a autonomia da Fapesp e que seja atendido o que está previsto na constituição  
4 do estado com relação ao repasse da Fapesp e das universidades, da Fapesp especificamente, e  
5 ao decreto da autonomia com relação às universidades. Então, a situação não está fácil, não está  
6 nada definido, mas, certamente, terão momentos muito difíceis nas universidades e na ciência  
7 do estado de São Paulo, agora e para o futuro. É difícil conseguir entender como um estado que  
8 tem um legado tão rico, tão importante, tão forte com relação à pesquisa, consiga de um dia  
9 para o outro buscar a destruição desse sistema de uma maneira tão evidente. Estão aqui dia e  
10 noite trabalhando no sentido de reverter essa situação. Às 14h, vai participar de um debate com  
11 os três reitores, o diretor científico da Fapesp e o deputado Sérgio Victor, que é o presidente da  
12 comissão de ciência e tecnologia da Alesp. Estão tentando, de todas as maneiras, continuar a  
13 sensibilização, a explicação, está acionando o Ministério Público. Conclui o Expediente  
14 informando que a professora Eliana Amaral tomou posse no Conselho Estadual de Educação  
15 no dia 16 de setembro, foi reconduzida. E infelizmente encaminha os votos de pesar do Consu  
16 à família de Marcos Lutz Muller, professor aposentado do IFCH, que faleceu no dia 15 de  
17 setembro, e à família de Rubens Roberto Soares, servidor aposentado da Faculdade de  
18 Educação Física, que faleceu no dia 17 de setembro; e também à família do aluno Guilherme  
19 Franco Pinto, do pós-graduação em Multimeios do IA, que faleceu no dia 21 de setembro. Sobre  
20 a dúvida da professora Heloise, informa que precisam regulamentar melhor essa questão e a  
21 professora Eliana poderá responder logo em seguida, na Cepe. A Conselheira VANDERLAN  
22 DA SILVA BOLZANI diz que foi muito boa a colocação com relação à situação da Fapesp e  
23 das universidades, estão trabalhando muito. Passou esses dias todos mandando um documento  
24 de deputado por deputado, conseguiu falar com alguns, mas, a situação é muito complicada, é  
25 muito triste, é uma tragédia no estado de São Paulo. Nada mais havendo a tratar, o  
26 MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha  
27 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para  
28 ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 06 de outubro de 2020.

***NOTA DA SG:*** A presente Ata foi aprovada na **169ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 24 de novembro de 2020, com a seguinte alteração:

- Às fls. 433, linhas 33, onde constou: (...) reunião com o coronel Garcia (...), constar: (...) reunião com o vice-governador Rodrigo Garcia (...).